



# As Mulheres na cidade do Recife

Feminismo, Cultura  
e Transgressão (1870-1935)

Organizadoras

Alcileide Cabral do Nascimento

Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz

**AS MULHERES NA CIDADE DO RECIFE:  
FEMINISMO, CULTURA E TRANSGRESSÃO  
(1870-1935)**



Alcileide Cabral do Nascimento  
Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz  
(Organizadoras)

**AS MULHERES NA CIDADE DO RECIFE:  
FEMINISMO, CULTURA E TRANSGRESSÃO  
(1870-1935)**



---

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Reitora: Maria José de Sena

Vice-Reitor: Marcelo Carneiro Leão

Diretor da Editora: Bruno de Souza Leão

Organização:

Alcileide Cabral do Nascimento

Noemia Maria Queiroz Pereira da *Luz*

Revisão:

Izabela Fraga

Projeto gráfico e diagramação:

Alexandre Vieira da Silva Melo

Capa

Silvio Cadena

Impressão e acabamento

Editora Universitária da UFRPE

---

### Ficha catalográfica

---

M956 As mulheres na cidade do Recife: feminismo, cultura e transgressão (1870-1935) / Alcileide Cabral do Nascimento, Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz, org. – Recife : EDUFRPE, 2015.  
254 p. : il.

ISBN 978-85-7946-236-8

Referências.

1. Mulheres – Recife (PE), 1870-1935
  2. Feminismo
  3. Cultura
  4. Transgressão
- I. Nascimento, Alcileide Cabral do, org. II. Luz, Noemia Maria Queiroz Pereira da, org.

CDD 305.4

---

2015

Editora Universitária da UFRPE

# SUMÁRIO

## **7... APRESENTAÇÃO**

*Rachel Soihet*

## **11... LIBERDADE, TRANSGRESSÃO E TRABALHO:**

Cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870-1914)

*Alcileide Cabral do Nascimento*

*Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz*

## **63... O BONDE DO DESEJO:**

O Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931)

*Alcileide Cabral do Nascimento*

## **105... A ESCRITORA E A FEMINISTA:**

Edwiges de Sá Pereira e o feminismo no Recife (1920 – 1935)

*Maria Angélica Pedrosa de Lima Silva*

## **143... ENTRE RASTROS E ROSTOS:**

Presença das mulheres nas revistas recifenses no início do século XX.

*Izabelle Lúcia de Oliveira Barbosa*

**175... LÁBIOS RUBROS:**

Melindrosas, corpo e cultura da beleza no Recife dos anos  
1920

*Alexandre Vieira da Silva Melo*

**217... MOÇAS DESONRADAS:**

Usos da justiça pelas mulheres e famílias pobres na cidade  
do Recife (1900–1912)

*Sandra Izabele de Souza*

# APRESENTAÇÃO

Rachel Soihet<sup>1</sup>

**F**ruto de minuciosa investigação em fontes primárias, aliada a sólido referencial teórico e variada historiografia, a obra em foco, organizada pelas professoras Alcileide Cabral do Nascimento e Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz, nos fornece um rico panorama da realidade das mulheres do Recife, desde fins do século XIX aos anos 1930. Assim, desfilam ante nós a sua organização em movimentos em prol da conquista de direitos, especialmente, políticos, mas também, relativos à educação e trabalho, configurando sua luta pela cidadania. Nessa perspectiva, alinham-se os três primeiros textos da coletânea, dois deles das citadas professoras e o terceiro da graduada Maria Angélica Pedrosa de Lima Silva.

Ainda, a presença de revistas femininas e sua contribuição na discussão acerca dessas lutas como nos novos

---

<sup>1</sup>Professora do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense – UFF e bolsista de produtividade do CNPq.

papéis sociais e políticos das mulheres e homens naquela sociedade constitui-se em questão analisada no texto que se segue, não esquecendo o papel dessas revistas interligando o espaço público com o privado, como acentua sua autora Isabelle Lúcia de Oliveira Barbosa. Realidade significativa, atentando-se para o fato de que muitas lideranças desses feminismos tinham atuação destacada no campo literário, escrevendo nestes periódicos, tais como a líder da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino – FPPF, Edwiges de Sá Pereira e, em contraponto, a presença de Martha de Holanda e Heloisa Chagas da Cruzada Feminista Brasileira.

Resultante de uma pesquisa de Iniciação Científica, realça o artigo que busca historicizar “a construção de novas formas de sociabilidades, práticas e a ressignificação do corpo feminino (...) mais especificamente na década de 1920”. Assim, articulando pressupostos da História Cultural e os estudos de gênero, o autor Alexandre Vieira da Silva Melo, analisando uma das revistas da época, *A Pilhéria*, observa profundas ressignificações sofridas pelo corpo feminino. Nesse sentido, por meio da análise da melindrosa, conclui que o corpo feminino tornou-se o *locus* da rebeldia, configurando-se em

uma nova linguagem de resistência e enfrentamento às antigas práticas sociais.

Finalmente, o último texto da coletânea “Moças Desonradas: usos da justiça pelas mulheres e famílias pobres na cidade do Recife (1900-1912), premiado no concurso *Construindo a Igualdade de Gênero* em 2012, se dispõe a analisar como o saber jurídico buscou formas de controle dos comportamentos sociais e sexuais das famílias das camadas populares, tendo em vista compreender o debate em torno da honra e das condutas masculinas e femininas. A autora, Sandra Izabele de Souza utilizou 45 processos-crime de defloração e estupro, através dos quais as mulheres e suas famílias, nas delegacias de polícia e nos tribunais de justiça, tentavam defender ou reparar a sua honra.

Cabe ressaltar que exceto os dois primeiros textos, da autoria das professoras Alcileide Cabral e Noemia Luz, os demais foram escritos por graduadas/os da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, orientadas/os pela prof.<sup>a</sup> Alcileide, apresentando-se muito bem articulados, com leitura das mais agradáveis, deixando transparecer uma qualidade que se constitui em privilégio de alguns poucos,

segundo Marc Bloch, qual seja, a simplicidade “de saber falar no mesmo tom, aos doutos e aos escolares”, em que pese à densidade de que se reveste o objeto da reflexão. Tal fato demonstra a qualidade do trabalho desenvolvido por esta professora, em termos acadêmicos e sociais, na medida em que consegue mobilizar o interesse de suas/seus alunas/os para matéria de significativa relevância, nem sempre privilegiada na produção acadêmica. E, por outro lado, realce-se o engajamento destas/es, demonstrando sensibilidade e maturidade intelectual, fato que prenuncia o início de uma promissora carreira de historiadoras/es.

# **LIBERDADE, TRANSGRESSÃO E TRABALHO:** O cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870- 1914)<sup>1</sup>

Alcileide Cabral do Nascimento\*  
*Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz\*\**

## **RESUMO**

Este artigo analisa o cotidiano das mulheres na cidade do Recife e a conquista do espaço público, entre os anos de 1870-1914. Sobre as novas práticas femininas pairavam temores antigos e modernos, ao pôr em questão a sociedade patriarcal, as relações entre os gêneros, o casamento e a pretensa superioridade masculina.

Palavras-chaves: Mulheres; Transgressão; Trabalho.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq.

\*Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> em História/ UFRPE

\*\* Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> em História da Prefeitura da Cidade do Recife

## A Elevação da Mulher<sup>2</sup>

“A mulher era escrava antigamente,  
Hoje as dores sem fim não a consomem,  
Porque igualou-se logo de repente!  
Cristo pregando a crença verdadeira,  
Disse ao eterno revoltado – ó homem,  
Não dou-te serva, dou-te companheira!”

**N**o final do século XIX e começo do XX, as cidades brasileiras prosperam. A expansão da economia agroexportadora e das manufaturas para atender à demanda do mercado interno, dos serviços e o aumento da população atestam os ares do progresso dos centros urbanos. A vida urbana ganha intensidade, luz, fluidez e velocidade. A eletricidade, o cinema, o automóvel, a locomotiva, o bonde, o avião, a publicidade, a moda, o relógio, o telefone, o rádio, os alimentos enlatados, os novos medicamentos e cosméticos, os cigarros e charutos industrializados, a prática de esportes, os banhos de mar, as confeitarias que se instalam em nobres endereços e as artes plásticas dão visibilidade a essas mudanças vertiginosas e de feições tão modernas.

---

<sup>2</sup>OLIVEIRA. A Elevação da mulher. *O Altaneiro*. Recife, ago. 1912. p. 2.

A cidade era um espetáculo a céu aberto. Se de um lado, essas novidades geraram uma fé e um otimismo no progresso, por outro, desorientaram, intimidaram, perturbaram, confundiram, distorceram, alucinaram, como assinala Sevcenko<sup>3</sup>. Neste cenário, as mulheres pareciam gozar de maior liberdade ao usufruir dos cafés, cinemas, da moda e das novas formas de sociabilidade. Mas, sobre esse novo comportamento, pairavam temores antigos e modernos de que esse “excesso de liberdade” fosse corromper os cuidados com o lar, colocar em perigo a família e a honra feminina.

Em Recife, como uma das capitais mais importantes do norte do país, os tempos modernos chegam com força. Em 1900, a cidade conta com 113 mil habitantes. Vinte anos depois, sua população mais que dobrou, alcançando aproximadamente 239 mil habitantes<sup>4</sup>. Cidade comercial, com industrialização incipiente, nesse momento de sua história, moderniza-se, na medida em que recebe infraestrutura urbana com a instalação das companhias de abastecimento de água, iluminação, esgoto, telefone, telégrafo e transportes. Cidade

---

<sup>3</sup> SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante. NOVAIS, Fernando (Coord. Geral), SEVCENKO, Nicolau (Coord. do volume). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3, p. 515, 516.

<sup>4</sup> REZENDE, Antônio Paulo. *Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002. p. 94.

festiva assiste à formação de uma cultura urbana, onde se multiplicam os clubes carnavalescos, os pastoris, as bandas de música, os mamulengos, os maxixes, a dividir espaços com as festas religiosas.

Era também uma cidade de contrastes: o aumento da população era acompanhado *pari passu* pelo crescimento dos mocambos, pelo abandono de crianças nas ruas e pelos altos índices de mortalidade<sup>5</sup>. Cidade rebelde com seus operários e operárias a fazer greves e a protestar contra a carestia de vida<sup>6</sup>. Cidade que punha em xeque o pacto oligárquico vigente na primavera da República no país<sup>7</sup>, na medida em que essa massa urbana não se domava com facilidade e nem se constituía em curral eleitoral. Uma urbe imoral a estandardizar os crimes de defloramento nas páginas comuns dos periódicos. Os crimes contra a honra ganhavam destaque na imprensa local, como o

---

<sup>5</sup> ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*. Natal: EDUFRN, 1998. p. 43.

<sup>6</sup> REZENDE, Antônio Paulo. *Recife: histórias de uma cidade*. Op. cit. p. 102.

<sup>7</sup> Cf. LOVE, Joseph L. A República brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000. p.121- 160 e LEVINE, Robert. Pernambuco e a Federação Brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1982. v. 1, T. III. p. 123- 151.

da “mocinha de 15 anos” deflorada no bairro de São José<sup>8</sup>. Cidade perigosa na calada da noite e nos escuros dos becos, nos quais as práticas de espancamento e assassinato a peixeiradas ou a pauladas eram frequentes<sup>9</sup>. Cidade moderna a derrubar casarios, ruas antigas e a construir largas avenidas e, nesse compasso, travar intensas batalhas com a tradição<sup>10</sup>. Uma cidade onde circulam novas ideias e hábitos, que aos poucos transformam o cotidiano das pessoas e ampliam as expectativas, as ações e os sonhos das mulheres.

### **Do lar para a Imprensa: as mulheres na campanha abolicionista**

A participação das mulheres no debate político no Brasil ganha visibilidade nos anos efervescentes da campanha abolicionista. O fim da escravidão, que se concretiza em 1888, e a presença feminina ativa na imprensa foram canais importantes de sua expressão e da conscientização de parte dessas mulheres, em geral cultas e de famílias abastadas.

---

<sup>8</sup> Um caso de defloramento. Tio e sobrinha em São José. *O Periquito*, 19.10.1908. p. 4

<sup>9</sup> ARRAIS, Raimundo. *Recife*, culturas e confrontos. Op. cit., p.70.

<sup>10</sup> REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

Nessa época, os jornais, os pasquins e os panfletos exercem uma importância muito grande, apesar do alarmante índice de analfabetismo no país, sobretudo entre as mulheres. Uma imprensa feminina e feminista constitui-se já no século XIX e ganha visibilidade nas primeiras décadas do século XX, quando se observa uma expressiva participação das mulheres, não apenas publicando artigos, poesias, mas criando jornais e revistas femininas e feministas, ocupando e conquistando espaços públicos e formando opinião. Celi Pinto tem razão quando afirma que a “mensagem escrita era a única forma de comunicação de massas nesses anos de luta”<sup>11</sup>. E é nessa seara que entram as mulheres, já que a imprensa se constituía como “o principal meio de troca de ideias e informações entre os brasileiros alfabetizados”<sup>12</sup>.

Em Pernambuco, o espaço da ação das mulheres na vida pública e nas lutas políticas e sociais, assim como a abertura para mudanças no pensar e no comportamento contam, no final do século XIX e no início do século XX, com as brechas abertas pelo movimento abolicionista e pelo anticlericalismo

---

<sup>11</sup>PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 31.

<sup>12</sup> HAHNER, June. *Emancipação do sexo feminino*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2003. p. 84.

dos maçons e dos grupos ditos socialistas<sup>13</sup>, em sincronia com o que acontece nas principais cidades brasileiras. O movimento abolicionista quebra as fronteiras de sexo no debate político nas ações sociais e na escrita dos jornais<sup>14</sup>. Os socialistas questionam o sacramento do matrimônio<sup>15</sup>, propondo o casamento civil. Os maçons, em luta aberta com a Igreja Católica, procuram afastar os padres do convívio diário com as mulheres, colocando em questão as conversas nos confessionários e a influência que estes exercem no pensamento e nas atitudes das fiéis. Essa confluência crítica de

---

<sup>13</sup> Ver a propósito SIQUEIRA, Elizabeth et al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife: Ed. UFPE, 1995.

<sup>14</sup> É importante lembrar que a participação das mulheres no processo abolicionista não foi exclusividade do Brasil. Nos Estados Unidos, a luta pela abolição da escravatura mobilizou parcelas significativas de mulheres, que, até então, não haviam, de forma tão massiva e organizada, participado da esfera política, como assinalam as autoras Branca Alves e Jaqueline Pitanguy. Ademais, “a conscientização da submissão do negro trouxe-lhes, ao mesmo tempo, uma medida de sua própria sujeição”, como ressaltam as autoras. ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Ed. Abril Cultural/Brasiliense, 1985. p. 44.

<sup>15</sup> O Código do Direito Canônico, em seu art. 1055, sobre o sacramento do matrimônio, afirma que “o pacto matrimonial entre batizados, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si a comunhão íntima de toda vida (...) foi elevada por Cristo, como Senhor, à dignidade de sacramento”. Assim, pelo Sacramento do Matrimônio, Jesus Cristo une os esposos num vínculo santo e indissolúvel.

contestação ao Império e à Igreja Católica oportuniza a entrada das mulheres na vida política do país.

Em 1883, pernambucanos propagandistas da abolição procuram disciplinar as forças afetivas para atingir seus objetivos, de preferência sem luta violenta com os proprietários de escravos. Avaliam que há um meio: recorrer ao elemento feminino. Redatores de jornais conclamam as senhoras pernambucasas que têm "os corações abertos para nobres sentimentos" a fazerem campanha abolicionista luta pela liberdade; sugerem que deixem um pouco de lado os cuidados domésticos "que se elevam, contudo não podem ser o páramo exclusivo para o qual alceis voos" e que aquelas que aplaudem os comícios públicos dos "cruzados da abolição" formem sociedades e um centro abolicionista<sup>16</sup>.

Segundo Ângela Grillo, dentre as sociedades que se formam na década de 1880, as duas de maior destaque são o Club do Cupim<sup>17</sup> e a Sociedade Ave Libertas, ambas fundadas

---

<sup>16</sup> R de M (pseudônimo de Rodolfo Gonzaga). As Senhoras pernambucasas. *O Propulsor*. Órgão de interesses abolicionista, Industrial, Agrícola, Literário. Recife, 30 de abr. 1883. p. 1.

<sup>17</sup> Sobre o Club do Cupim, fundado em 8 de outubro de 1884, Leonardo Dantas explica que o nome deriva do caráter abolicionista que tinha o Clube que "ia trabalhar na sombra a coberto das vistas alheias, e minar carcomendo roaz e minaz, o próprio cerne da nefanda árvore da

em 1887. Através de suas ações, “além do auxílio que prestavam às fugas dos cativos, mantiveram, durante toda sua existência, profundas relações com Joaquim Nabuco, sempre visando à abolição plena dos escravos”<sup>18</sup>.

Convocadas para a luta, as mulheres participaram das mais variadas formas, dentre as quais se destacaram no Recife os encontros abolicionistas do Club do Cupim<sup>19</sup> e a ação da Sociedade *Ave Libertas*. A ação do Aves Libertas foi elogiada por redatores de jornais, como Salles Barbosa, que escrevia para o jornal *América do Sul*. Barbosa considerava as participantes dessa Sociedade como "um grupo de senhoras que se distinguem como obreiras de uma civilização" e destaca entre elas, as "atléticas figuras das inteligentes e incansáveis Sras.D. Leonor Porto, Odilia Pompílio e Carlotta Villela"<sup>20</sup>. Essa sociedade tinha “como principal figura D. Leonor Porto,

---

escravidão”. SILVA, Leonardo Dantas. *A abolição em Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 1988. p. 28.

<sup>18</sup> GRILLO, M. Ângela de F. *Ave Libertas: o movimento abolicionista feminino de Pernambuco*. In: *Anais do I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina*. Salvador, 2005.

<sup>19</sup>Em *As Jóias*, Mario Sette descreve os encontros abolicionistas do Club do Cupim, no qual se destaca a presença de D. Leonor Porto. SETTE, Mario. *Terra Pernambucana*. 10<sup>a</sup>. Ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. p. 139, 140.

<sup>20</sup> SALLES BARBOSA. *América do Sul*. Recife, 15 de agosto de 1884. p. 1.

mulher simples, costureira e modista (nome que se dava às costureiras que copiavam fielmente os figurinos parisienses), que cedeu sua casa, situada a Rua Larga do Rosário, nº. 22, como sede da Associação<sup>21</sup>.

O reconhecimento de parte da imprensa e de alguns articulistas no que se refere às ações das mulheres abolicionistas na vida social do Recife pode ser avaliado pela publicação, em 1885, no jornal *Vinte e Cinco de Março*, de versos do poeta Claudino dos Santos, dedicado às senhoras da Sociedade Abolicionista *Ave Libertas*<sup>22</sup>

Quando for se apurar a votação da história  
Intrucada e severa em bem da humanidade,  
Haveis de ter também vosso quinhão de  
gloria  
N'essa estrofe soltada em honra a  
liberdade.

Com a campanha abolicionista, as mulheres ganham espaço em vários jornais da cidade para publicarem artigos e poemas. Dentre elas destaca-se Maria Amélia de Queiroz, que também faz discursos para o grande público no Teatro Santa

---

<sup>21</sup> GRILLO, M. Ângela de F. *Ave Libertas*. art. cit.

<sup>22</sup> SANTOS, Claudino dos. *Vinte e Cinco de Março*. Recife, 25 de março de 1885. p. 4.

Isabel. A campanha abolicionista proporciona visibilidade às ideias das mulheres e as apresenta como capazes de atuar politicamente diante de questões que, até então, está na alçada masculina.

Em Recife surgem vários jornais e revistas dirigidos e escritos apenas por mulheres<sup>23</sup>. Alguns jornais têm um engajamento político e social mais explícito, como os que defendem os direitos políticos para as mulheres. Um deles é o periódico *A Mulher*, criado em 7 de maio de 1875, o primeiro jornal redigido e dedicado ao sexo feminino, que traz reflexões sobre o papel da mulher na sociedade, protestos contra as injustiças e incitações à ação das leitoras.

O jornal *Helios* surge no Recife em 1911, tendo como redatoras Almerinda Ribeiro, Carmelita de B.Silva e Josefa P. de Melo, afirma, em seu primeiro editorial, que o seu principal dever é "batalhar com intransigência pelos direitos da mulher, mantendo contínua propaganda em prol do seu desenvolvimento e do ingresso das mesmas nas múltiplas atividades políticas e sociais". Esse jornal, em diversas seções,

---

<sup>23</sup> Sobre a imprensa feminina e feminista no Brasil ver HAHNER, June E. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta dos direitos da mulher no Brasil. 1850- 1940*. Petrópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2003.

propõe-se apenas a divulgar notícias de interesse do sexo feminino<sup>24</sup>.

Há também uma “imprensa perfumada”, como nomeia Elizabeth Siqueira os periódicos com nomes de flores como A Rosa, O Lyrio, A Grinalda e O Myosote<sup>25</sup>. Nesses periódicos as mulheres escrevem sobre assuntos referentes à família, à moda e aos sentimentos em relação ao mundo em que vivem. O Myosote tem essa feição. Escrito pelas moças do Arraial, sua redatora-chefe é Guiomar de Carvalho, e nele trabalham Amanda Campello, Davina Lima, Julieta de Carvalho, Julia Dias Martins, Julieta Santos e Marieta Brandão. As redadoras do Myosoti têm por objetivo “ocupar um lugar no mundo da intelectualidade”<sup>26</sup>. Nesse romântico jornal, são publicados artigos literários, poesias e pensamentos.

O Lyrio, Revista mensal, surge em 5 de novembro de 1902. Esse periódico tem por redatora-chefe Amélia de Freitas

---

<sup>24</sup>O Nosso Caminho Editorial. *Helios*. Recife, 30 de abril 1911. p. 1.

<sup>25</sup> SIQUEIRA, Elizabeth A. S. Dos Alfinetes aos ideais. In: SIQUEIRA, Elizabeth A. S. et al. *Um discurso feminino possível*. Pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830-1910). Recife: Ed. Da UFPE, 1995. p. 35. O jornal *O Myosoti* foi publicado com essa grafia no ano 1 n°. 1, do Arrayal, tendo por editora chefe Guiomar de Carvalho, do n°. 2 em diante passou a ser chamado de Myosote, continuando a ser publicado do Arrayal, tendo por editora chefe Guiomar de Carvalho.

<sup>26</sup> Gentis Leitores. *O Myosoti*. Arrayal, nov. 1910. p. 1.

Bevilaqua, secretária Cândida de Barros, tesoureira Luisa Ramalho e um corpo de dezoito redatoras. No artigo Laboremos Maria Augusta Meire de V. Freire afirma ser “a mulher o elemento mais estável da sociedade” e, de modo indignado, apresenta sua repulsa ao fato de que “há ainda quem pense na alvorada do século XX que a mulher deve ser a eterna escrava do homem”. Assinala, porém, que para deixar de ser “a escrava” é necessário outro tipo de educação menos religiosa e mais humanista.

### **Entre a crítica e o chiste: a educação religiosa feminina no debate político**

No Brasil do Dezenove, apenas uma pequena parte da população tinha acesso à instrução, principalmente os que eram bem nascidos ou de boa posição social e econômica. Em 1890, esse percentual girava em torno de 19,1% para os homens e 10,4% para as mulheres<sup>27</sup>. Além da desigualdade de acesso, as diferenças de gênero eram bem marcadas, reforçando papéis do mundo masculino e do mundo feminino. A educação destinada às mulheres procurava enfatizar o papel de esposa e de mãe.

---

<sup>27</sup> Ver HAHNER. Op. Cit., p. 75.

Nada mais era necessário para o sexo feminino! Essa situação tende a mudar no final do século XIX, com a expansão das escolas normais em todo o país, sobretudo nos principais centros urbanos<sup>28</sup>. Havia uma esperança enorme no potencial transformador da educação. Essa era uma das heranças do Iluminismo, que se difundiu entre conservadores, católicos, positivistas, liberais e anarquistas, como assinala Miriam Moreira Leite. Acrescenta ainda esta autora que no caso da educação da mulher,

A reativação dessa crença na educação foi da maior importância, pois acabou por legitimar um campo profissional e um papel de alcance social para a mulher, fora da família, antes desempenhado unicamente no âmbito familiar – o magistério<sup>29</sup>.

Havia, em Recife, um movimento difuso de crítica à educação de forte cunho religioso que as mulheres recebiam. No periódico maçônico *A Verdade*, em artigo de Severino

---

<sup>28</sup> Idem, p. 78.

<sup>29</sup> LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda Moura. São Paulo: Ed. Ática, 1984. p. 15.

Cardoso, intitulado Instrução e Educação<sup>30</sup>, o articulista defendia uma educação de qualidade para as mulheres e sua emancipação política por meio do direito eleitoral. Em outro artigo, denominado Controvérsia Evangélica<sup>31</sup>, questionava a virgindade perpétua de Maria e assinala que a única passagem na Bíblia em que Maria é chamada de virgem é em São Lucas 1: 27, além de afirmar que “a virgem de que fala São Lucas é uma virgem no sentido ordinário da palavra, nome esse que lhe é dado como o seria a qualquer outra rapariga ainda não casada”. A querela com a Igreja no que diz respeito à virgindade de Maria colocava em debate a importância de a mulher se manter casta.

Havia campanhas cotidianas contra a confissão, que era vista como um ato de fé realizado num espaço de expiação do pecado e de aconselhamento, o confessionário. Esse lugar passava a ser apresentado na imprensa como área de poder dos padres, que ali exercitavam diariamente, em instante de intimidade, sua influência sobre o pensamento e o comportamento feminino, contribuindo para o distanciamento,

---

<sup>30</sup> CARDOSO, Severino. Instrução e Educação. A Co-Educação dos sexos. *A Verdade*. Semanário Consagrado à causa da humanidade. Recife, 23 de novembro de 1872. p. 2, 3.

<sup>31</sup> BUNGUENER, Félix. Controvérsia Religiosa. *A Verdade*. Semanário Consagrado à causa da humanidade. Recife, 23 de novembro de 1872. p. 4.

aos poucos, do sentimento de culpa das mulheres e estabelecendo as normas de viver socialmente<sup>32</sup>.

A prática da confissão, exercida com frequência, atiçava a mente dos humoristas que, por meio de imagens e versos, não cansavam de expor para os/as leitores/as as possibilidades eróticas desses encontros:

Penitência<sup>33</sup>  
Cena Verídica  
Ass: A.A.

Aurorita ao confessar-se  
Cheia de unção a mais pia,  
E, sem prudência, gabar-se  
Do que com o primo fazia.  
O confessor a bufar  
E de um modo um tanto arrisco  
Depois de a catequizar  
Quis obrigá-la a rezar  
No cordão de São Francisco.  
Diz-lhe a bela. Hom essa agora  
Não sei se deva, não sei...

---

<sup>32</sup>Freyre comenta que o Padre Lopes Gama, nos princípios do século XIX, não se conformava com o fato de haver “Muito menos devoção religiosa do que antigamente. Menos confessionário. (...) e mais romance”. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 6ª. Ed. Recife: Câmara dos Deputados; Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.Tomo I. p. 109, 110.

<sup>33</sup> AA. Penitência. Cena Verídica. *O Papagaio*. Recife, 11 de nov. 1902. p. 3.

Fala a mamãe cá de fora  
- Reza, filha! Reza Aurora!  
- Reza que eu também rezei!

Os fundamentos da educação religiosa, que reforçam a revisão da consciência pela confissão e penitência, assim como o sacramento do casamento, são constantemente questionados, criticados, e, vez por outra, ridicularizados por meio da imprensa local, especialmente nos jornais humorísticos, minando, com isso, as certezas que as mulheres têm do pecado e do seu lugar no interior da casa, nos cuidados com a família e na sociedade de um modo geral. Exemplo disso é o poema *Idyllio*, publicado, sem assinatura, no jornal recifense *O Club 33*<sup>34</sup>.

### **Idyllio**

Tu queres  
Se quero...  
Não amo a ninguém!  
então dá-me um beijo...

---

<sup>34</sup>*Idyllio. O Club 33. Edição Especial. p. 4.*

Casemos meu bem!  
Sem padre e sem nada?  
Que coisa sem graça!  
pois olha -  
Ó anjinho  
É gosto da praça!  
sem ir a Igreja?  
Vovó é de braza  
Depois era logo dizer a comadre:  
Então com quem casa?  
Com a Igreja ou com o padre!  
Contigo  
meu anjo-  
Que és toda uma flor!...  
Então não há dúvida  
- Casemos já - hoje  
Vamos amor.

A imprensa, além de desqualificar a Igreja com publicações de abusos sexuais de padres franceses, utiliza-se de jornais do porte de *A Província* para também procurar questionar a devoção feminina a Deus, ridicularizando a devota, com versos como estes, assinados por Ângelo de Berenice<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup>Ângelo de Berenice A Devotinha. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 27 de abril de 1877. p. 3.

### A Devotinha

Engano! A devotinha também tem seu amante,  
Com quem reparte o amor que à Deus parece dado!  
Se um dia ele quiser acender-lhe aos votos.  
Oh! Deus serás (afirmo) por certo abandonado.

A laicização ganha as práticas cotidianas. As mulheres aos poucos rompem o cerco da Igreja e fazem suas escolhas, sobretudo as que precisam labutar nas fábricas, nas lojas, nos cafés, nas ruas, nos bordéis. Essas críticas de diferentes setores da sociedade à Igreja Católica desatam as normas de controle da conduta feminina que parecem nestes anos frívolos, gozar de certa liberdade.

### **Cotidiano, trabalho e transgressão: as mulheres na cidade do Recife**

Vários são os trabalhos e as profissões que as mulheres assumem na cidade: proprietárias de estabelecimentos comerciais, advogadas, médicas, diretoras, redatoras de jornais,

diretoras de colégios, professoras, parteiras, cigarreiras, modistas, costureiras, cafetinas, prostitutas, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, quitandeiras, vendedoras de rua, amas de leite. As mulheres ocupam a cidade, transitam, trabalham, divertem-se, transgridem, ganham as ruas, a vida e o pão de cada dia.

Há um misto de lamento e exaltação no que se refere ao olhar dos redatores do jornal socialista *Aurora Social*, Órgão do Operariado mantido pelo Centro Protetor dos Operários<sup>36</sup>, sobre as operárias e seus cotidianos. Em artigo assinado por José Dativo, ao mesmo tempo em que chama a mulher que trabalha de “operária infeliz”, ele ressalta suas virtudes e diz ser a mesma a heroína dos nossos tempos. Dativo assinala os caminhos da cidade por onde as trabalhadoras transitam na direção das fábricas e oficinas como vias por onde uma mulher só, ou na companhia de outra mulher, submete-se, com frequência, aos mais variados vexames e conclama a sociedade

---

<sup>36</sup> O *Aurora Social* sai às ruas no dia 1º de Maio de 1901. Traz sob o título o slogan “Proletários de todos os países, uni-vos! O jornal se apresenta como fiel representante da classe operária em Pernambuco. NASCIMENTO, Luís do. *História da Imprensa em Pernambuco*. Periódicos do Recife de 1901-1915 v. VII. Recife UFPE. Ed. Universitária, 1975. p. 36- 39.

para respeitar os pobres<sup>37</sup>. Caminhos perigosos porque podem fazer sucumbir as mais honestas pelos olhares e galanteios de algum sedutor ousado. Ao mesmo tempo, essas mulheres pobres precisam trabalhar ainda que o espaço público seja visto como ameaçador. É necessário assegurar, vigiar, coibir, assinalando os lugares consentidos e interditados para a circulação das mulheres. Como ressalta Margareth Rago, quanto mais as mulheres escapam “da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento da culpa”<sup>38</sup>.

Nesse período, ao cotidiano das mulheres que trabalham, com raríssimas exceções, somam-se os baixos salários que recebem, uma longa jornada de trabalho, as tentativas de controle de sua privacidade, um tratamento social desigual, além da interpretação dos homens de que essa participação ativa na vida econômica da cidade é um motivo para tratá-las como mulheres vulgares, disponíveis facilmente para as aventuras sexuais.

---

<sup>37</sup>DATIVO, José, Pelo Socialismo, A mulher operária. *Aurora Social*. Recife, 1 de maio 1906. p. 2.

<sup>38</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890- 1930)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 63.

## As profissionais do comércio

No século XIX, o Recife revela-se uma cidade onde as mulheres começam a ser admitidas com mais frequência para trabalhar nos cafés. Essas moças trabalham da hora que o estabelecimento abre até aquela em que cerra as portas. Por terem contato direto com os homens, são muito observadas e requisitadas para aventuras amorosas, e algumas se permitem ampliar o tempo de trabalho e o minguado salário no exercício do amor.

Redatores da imprensa local, frequentadores dos cafés, um dos locais prediletos para se informar da vida urbana, mostram-se dispostos a transformar a vida privada das “caixeiras” em notícias de jornal, mesmo que isso signifique acrescentar ao seu trabalho o papel de investigador da vida alheia. Um deles relata, em matéria que intitula *Caixeira Vagabunda*, episódio do qual participa a caixeira Elisa do Café Esperança. Ela foi seguida, após o fim do seu turno, numa segunda-feira às duas horas da manhã, quando sai do Café na companhia do português Joaquim Rodrigues, com destino à Pensão Santo Antônio, com o fim de pernoitar nesse estabelecimento. O proprietário, suspeitando ser um caso,

chama a polícia e, diante da mesma, Elisa declara que há muito é prostituta. Elisa não se intimida nem com a vigilância da imprensa nem com a polícia, dorme com o Joaquim na pensão e, na quarta-feira, acompanhada de Luis Moreira, pernoita no Café Popular<sup>39</sup>.

Algumas profissões inspiram versos, nos quais os poetas, quase sempre redatores de jornais humorísticos, apontam as vantagens de compartilhar o amor de uma mulher que trabalha. João Bogoloff, como se intitula o redator de O Pimentão, assim anota seus sentimentos no poema abaixo<sup>40</sup>.

Amor de Quitandeira

João Bogoloff

A minha namorada é quitandeira  
Reside à mesma rua onde resido...  
Hei de casar com ela, isso é sabido  
Quer a mãe dela queira, quer não queira.  
Fala comigo então de tal maneira  
Que pela quitanda ando perdido...  
E sinto-me feliz, correspondido  
Por Zefa essa simpática trigueira.  
Ser-lhe ingrato eu não devo todo dia

---

<sup>39</sup> Os homens citados pela imprensa não reclamam, pois a divulgação do fato valoriza a sua virilidade.

<sup>40</sup> BOGOLOFF, João. Amor de Quitandeira. *O Pimentão*. Recife, 16 de set. 1914. p. 8.

Manda presentes raros, de valia,  
Bananas, sapotis, pinhas, mangabas.  
Que doce amá-la ... Que ditos vê-la  
Terna, sutil, encantadora e bela...  
Zefa dos olhos de jabuticaba.  
Minha namorada.

## **As profissionais das fábricas**

As mulheres trabalham em diversas fábricas da cidade, especialmente nos ramos têxtil e de cigarro. Há preferência pelas mulheres, na hora da seleção para o emprego, por conta da maior atenção que dão ao trabalho e por constituir uma mão-de-obra mais barata para o patrão.

As fábricas de cigarros empregam mocinhas para embalar cigarros e mulheres, como gerentes, para fiscalizar o serviço. A vida das cigareiras passa a ser matéria dos jornais, que registram suas lutas por melhores salários e mais respeito dentro das fábricas. Há relatos de brigas no interior das fábricas e greves de cigareiras na cidade do Recife. Os conflitos devem-se, em maior número, à ação das gerentes, que fiscalizam e multam as cigareiras, interferem na vida privada e as acusam de furtos ou de qualquer problema no interior da

fábrica, mantendo as trabalhadoras em constante sobressalto<sup>41</sup>. O jornal *O Papagaio* publica o Padre Nosso das cigarreiras<sup>42</sup>, que revela suas aflições e receios:

O pão nosso de cada dia daí hoje, e perdoamos as nossas dívidas assim como perdoamos as multas infligidas a nós e não nos deixeis cair nas mãos dos nossos patões. Livrai-nos do mal, amém.

Há registros de opressão feminina no trabalho, ocorridos nas fábricas de cigarros. Na fábrica Lafayette, a Sr.<sup>a</sup> Veronica Mattos inova a fiscalização e o controle dos serviços, ao estabelecer peso para os maços de cigarros e um serviço de campá para chamar as operárias; quando não correspondem prontamente, são suspensas e demitidas<sup>43</sup>. Na fábrica Moreninha, avaliada pelos jornalistas do *Aurora Social* como um sorvedouro da vida alheia, devido à anti-higiene que ali impera, há registro de correspondência encaminhada ao jornal

---

<sup>41</sup> Nos dois artigos, com o título *Roubo na Lafayette*, de *O Fallador*. *Periódico Literário, Humorístico e Noticioso*. Recife, 27 de jan. 1914. p. 5 e *O Fallador*. *Periódico Literário, Humorístico e Noticioso*. Recife, 7 de fev. 1914. p. 6, descreve-se a denúncia de roubo por parte de uma gerente, que alegou o furto de sua bolsa e o encontro da mesma no interior da fábrica.

<sup>42</sup> *Padre Nossa das Cigarreiras*. *O Papagaio*. Recife, 7 de jul. 1914. p. 4.

<sup>43</sup> *Triste Sina*. *Aurora Social*. Recife, 7 de out. 1902. p. 1.

Aurora Social de que a gerente, Sr.<sup>a</sup> Maria de Moraes faz o pagamento de forma incorreta, pois desconta 1\$600, da quantia de 3\$780 que a cigarreira deve receber. Nessa fábrica cada operária paga à gerente 600 réis, por semana, para a limpeza, que é feita de oito em oito dias, e para a água que consomem<sup>44</sup>.

Da vida privada das cigarreiras os repórteres se interessam pelos namoros escandalosos em plena rua e pelas transgressões com maiores consequências. Um dos episódios noticiados é o de uma cigarreira da Fábrica Caxias<sup>45</sup>, que, tendo se apaixonado por um forneiro da Fábrica Pilar, foge da casa de sua família e retorna após quinze dias, grávida e abandonada pelo amante.

## **As profissionais liberais**

As mudanças trazem novos horizontes para as mulheres das camadas urbanas médias e alta que sabem aproveitar as oportunidades e ampliar a sua participação social, por meio do

---

<sup>44</sup>Villania. *Aurora Social*. Recife, 30 de nov. 1902. p. 2.

<sup>45</sup>Victimas de um forneiro. *O Bem-te-vi*. Recife, 11 de julho de 1913, p. 6. Fábrica Caxias, pertencente aos Srs. Azevedo &C<sup>a</sup>., ficava na Rua Duque de Caxias. *A Influenza*. Revista Carnavalesca. Recife, Carnaval 16 de fevereiro de 1890. p. 4.

ingresso em cursos superiores e pela escolha de profissões até então interditas ao sexo feminino. No final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, o Brasil passa a contar com uma minoria notável de médicas, advogadas, escritoras e artistas mulheres<sup>46</sup>.

Em 1881, há o registro, em Recife, das primeiras mulheres formadas no ensino superior. Maria Augusta Generosa Estrella e Josepha Agueda Felisbella de Oliveira tornam-se doutoras em medicina, profissão até então ocupada apenas pelos homens. Elas são homenageadas com um *crayon* em página inteira pelo jornal O Etna<sup>47</sup>. Em 1889, entre as indicações úteis do Pequeno Jornal, consta morando e atuando no Recife a Dr.<sup>a</sup> Amélia Cavalcante, que reside e tem consultório na Rua Conde da Boa Vista nº. 24 A<sup>48</sup>.

Em 1888, recebem o grau em ciências jurídicas e sociais, as primeiras bacharelas em Direito do Brasil, D. Maria Coelho da Silva e a pernambucana D. Maria Fragoso, como

---

<sup>46</sup> Ver, a propósito, BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914- 1940)*. São Paulo: EDUSP, 1999 e HANHER, June. Op. Cit.

<sup>47</sup> O desenho a lápis, na época foi nomeado *Crayon* como referência ao tipo de lápis utilizado. *O Etna*. Recife, 12 de novembro 1881. p. 8.

<sup>48</sup> Indicações Úteis. Médicos. *Pequeno Jornal*. Recife, 23 de mar. 1899. p. 2.

anuncia e homenageia O Binóculo, em primeira página<sup>49</sup>. A poetisa Edwiges de Sá Pereira publica seu livro de poesias e é homenageada com seu retrato na galeria da primeira página do jornal *Gazeta Literária*<sup>50</sup>. Ela é a primeira mulher a entrar na Academia Pernambucana de Letras e presidiu, em 1932, a Federação Pernambucana para o Progresso Feminino<sup>51</sup>.

Como assinala Susan Besse, aos poucos

As famílias urbanas de classe média, diante do declínio do valor do trabalho doméstico da mulher, das altas taxas de inflação e da crescente necessidade de dinheiro, começaram a encarar de maneiras mais favorável o trabalho assalariado feminino – desde que não maculasse a reputação das mulheres (pela associação com as trabalhadoras de status social inferior), não comprometessem sua feminilidade (colocando-se em competição direta com os homens) nem ameaçassem a estabilidade do lar chefiada pelo homem fomentando ambições individuais das mulheres ou

---

<sup>49</sup>*O Binóculo. Revista Semanal*; Noticiosa, Crítica, Literária e Commercial. Recife, 10 de nov. 1888. p. 1.

<sup>50</sup> Edwiges de Sá Pereira. *Gazeta Litteraria*. Recife, 15 de set. 1904. p. 1.

<sup>51</sup>*NOTAS BioBibliográficas de Edwiges de Sá Pereira, Acervo Pessoal “Edwiges de Sá Pereira”*. Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

oferecendo oportunidades reais de independência econômica.<sup>52</sup>

A imersão no trabalho parece não ameaçar mesmo, como se pode notar no crescente número de colégios dirigidos por mulheres. Em Recife, Anna do Rego Barros de Almeida dirige o Collegio de Saint Luci, para o sexo feminino, situado na Rua do Visconde de Inhauma nº. 25, 2º andar, onde se ensina as primeiras letras, português, francês, geografia, história, aritmética, desenho, música, trabalho de agulha, bordados à matriz e flores de pano<sup>53</sup>. D. Augusta Uchôa Cavalcante dirige o Externato Misto 2 de Fevereiro, estabelecimento que ensina, além das disciplinas, trabalhos de agulha e piano<sup>54</sup>. Em matéria assinada por Carmem de Carvalho, há o registro de D. Clotilde de Oliveira, como diretora do Colégio Pritaneu, que se destina à instrução das mulheres, utilizando um método de ensino despido de fanatismo, superstições e credices<sup>55</sup>, equiparado à Escola Normal mantida pelo Estado.

---

<sup>52</sup> BESSE, Susan K. Op. cit. p. 8.

<sup>53</sup> Anuncios. Collegio de Saint Luci. Para o sexo feminino. *Gazeta da Tarde*. Recife, 1 de maio 1889. p. 3.

<sup>54</sup> Externato Misto 2 de fevereiro. *A Verdade*. Recife, 19 de set. 1904. p. 3.

<sup>55</sup> CARVALHO, Carmem. Colégio Pritaneu. *Jornal da Semana*. Espinheiro, 22 de abril 1911. p. 1. Sobre escolas públicas no Recife ver REZENDE,

A Escola Normal é criada em Pernambuco em 1864. Seu público alvo é masculino, mas sofreu com a falta de recursos, de professores preparados e de um currículo rudimentar. Ademais, com os poucos salários pagos aos docentes, não conseguiu atrair o público masculino. Apenas nos anos finais do Império, as escolas normais vão sendo abertas às mulheres, nelas predominando progressivamente a frequência feminina e introduzindo-se em algumas a coeducação<sup>56</sup>. Em todo o Brasil a profissão de professora firma-se no final do século XIX e início do século XX. As mestras passam a ocupar as salas de aula das escolas públicas e privadas no ensino primário. Em Recife, segundo a Revista da Instrução Pública de Pernambuco, o número de homens matriculados e que chegam a concluir o curso na Escola Normal decai, enquanto as moças cada dia mais passam a ocupar as cadeiras daquele estabelecimento de ensino. Isso atesta a "sede de saber" feminina<sup>57</sup>. A profissão de professora é valorizada de tal forma que a entrega dos diplomas e a

---

Antônio Paulo. (Coord.). *Recife, 100 anos de escola pública municipal; 1ª. Parte, 1894-1929*. Recife, 2000. BPE/ PE, UFPE/ BC, UFPE/CE.

<sup>56</sup> TANURI, Leonor Mari. História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 2000. n.º. 14. p. 64- 67.

<sup>57</sup>Instrução Pública. *Revista de Instrução Pública de Pernambuco*. Recife, 15 de dez 1899. p. 1.

distribuição dos prêmios conferidos às/os alunas/os da Escola Normal são feitas por ato solene, ao qual compareciam o Presidente da Província, o Chefe da Polícia, o Inspetor Geral de instrução Pública, em 1877<sup>58</sup>.

Algumas professoras, como Julia C. do Rego Barros, titulada pela escola Normal da Sociedade Propagadora da Instrução Pública da Província, abrem aula mista, no Largo de Casa Forte, na qual ensinam matérias adotadas pela Escola Normal, a preços módicos, inclusive oferecendo “cinco vagas para pessoas pobres”<sup>59</sup>. O trabalho de professora, além de ser um ofício respeitado socialmente, garante renda às mulheres nas setenta escolas primárias municipais do Recife e nas cento e noventa escolas estaduais, no ano de 1900<sup>60</sup>. Várias professoras dão suas aulas de modo particular, como Maria dos Santos Pereira, que, por meio de anúncio, oferece-se para ensinar primeiras letras, costuras e bordados em sua residência

---

<sup>58</sup> Em 1877, doze alunos concluíram o curso na Escola Normal, dos quais sete são mulheres, a saber: Anna Amelia da Paz, Carolina Amelia da Paz, Florinina Joaquina de Mello Montenegro, Francelina Vieira de Araujo, Generosa Hisbella do Rego Medeiros, Maria Idalina de Albuquerque, Maria Joaquina do Sacramento, e Marianna Cavalcanti d'Albuquerque. Escola Normal. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 28 de nov. 1877. p. 3.

<sup>59</sup> Ensino Particular. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 9 de jan. 1877. p. 3.

<sup>60</sup> Escolas Normais. *Revista de Instrução Pública de Pernambuco*. Recife, 15 de julho de 1900. p.1.

ou em qualquer fazenda<sup>61</sup>. D. Carolina Leopoldina Coelho ministra aulas de instrução primária, piano, língua francesa, na Rua Coronel Suassuna nº. 14<sup>62</sup>. Há também anúncios de professoras de piano, como o que Julia R. Ramos veicula no *Jornal do Commercio*, no qual, além das aulas, oferece seu trabalho para alegrar as reuniões particulares<sup>63</sup>.

Professoras inspiram poetas, que em versos apresentam seu trabalho legalizado e assinalam seu poder de sedução:

Há pouco nomeada e no exercício,  
Da infância desvalida, em benefício,  
Já se acha, a quase um mês, a sedutora!  
Reside no lugar que é dado aos sinos;  
E leciona com gosto... aos meninos,  
Na rua Quarenta e Nove! À professora!

### **As filhas de Vênus e os prazeres da noite**

Ao ler os jornais da época, paira a sensação de que a vida da cidade é animada pelas chamadas, entre outros nomes,

---

<sup>61</sup> A os Pais de Família. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 7 de ago. 1877. p. 3.

<sup>62</sup> Aula particular de primeiras letras para meninas. *Jornal da Tarde*. Recife, 21 de janeiro de 1876. p. 3.

<sup>63</sup> *Jornal do Commercio*. Recife, 15 de jul. 1908. p. 3.

por filhas de Vênus e filhas de Jerusalém<sup>64</sup>. São elas que ganham as ruas, praças e pátios, passeiam, param, conversam, insultam e pilheriam nos lugares onde podem encontrar seus clientes. Sobre as prostitutas, muitas são as queixas apresentadas à imprensa e, às vezes, aos que cuidam da ordem na cidade. Os jornais dão espaço para o registro do cotidiano das mulheres de vida alegre, suas aventuras e desventuras, em colunas presentes em diversos periódicos da época, sob títulos como: Notas Brejeiras e Estatística Mundana, nas quais há relatos, com ironia, um pouco de perversidade e, por vezes, com compaixão, sobre os amores, encantos e tormentos das prostitutas<sup>65</sup>.

A constância em publicar notas sobre o comportamento, as paixões e as astúcias das mundanas, ocorre por haver público leitor atento aos movimentos, às mudanças, aos queixumes, às dores de cotovelo e mesmo à saúde de tais

---

<sup>64</sup> Encontrar as mulheres de vida alegre chamadas de Filhas de Jerusalém denota o preconceito com que eram tratadas as judias na cidade do Recife. O termo filha de Jerusalém pode ser entendido como uma referência àquelas mulheres perdidas por as judias não participarem do sacramento da eucaristia e não comungarem com os princípios da Igreja Católica. As Prostitutas. Filhas de Jerusalém. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 30 de out. 1877. p. 3.

<sup>65</sup> Há todo um debate médico sobre a prostituição, como mostra ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1880)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

mulheres.<sup>66</sup> A frequência do assunto e a riqueza dos detalhes dos acontecimentos denotam a importância que as mesmas têm no fluir da vida da cidade. Entre as informações, uma de utilidade pública diz respeito à mudança de endereço e à abertura de novos recursos, como são conhecidos os prostíbulos no Recife no final do século XIX e início do século XX, veiculadas nas notas que orientam os passos dos fregueses na cidade<sup>67</sup>.

Como assinala Margareth Rago, no contexto de São Paulo, a prostituição se constitui nas primeiras décadas do século XX em

Um espaço visível, espetacularizado e quantificável, à medida que se tornava uma profissão reconhecida com a expansão do mercado capitalista, permitindo então que chefes de polícia, médicos, higienistas e juristas [e de jornalistas] constituíssem um

---

<sup>66</sup> Correção. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 30 de out. 1877. p. 3.

<sup>67</sup> Rosa Italiana ex-moradora da Rua Bella está agora na Rua das Agoas Verdes (sic) servindo aos fregueses pelo antigo e moderno. Revelações de um papagaio. *O Besouro*. Recife, 21 de maio de 1904. p. 3; *O Coró*. Recife, 25 de abril 1913. p. 3.

universo empírico para suas observações, classificações e análises<sup>68</sup>.

O Recife vive também essa imersão no mercado capitalista. Para cobrir a vida das “mundanas” com se diziam então, os jornalistas disponibilizam tempo e entusiasmo. Não há queixas no exercício de bisbilhotar a vida alheia para a escrita das matérias e eles apresentam muita disposição para correr os vários espaços da cidade na busca de informação, demonstrando interesse profissional e, por vezes, pessoal, no que se refere ao tipo e à qualidade de vida dessas mulheres.

Se por um lado, a imprensa se farta com o cotidiano da vida mundana, por outro, os repórteres sofrem toda sorte de ameaças, muitas das quais bastante justas, quando as meretrizes se deparam com notícias de escândalos dos quais participam, ou de qualquer outro aspecto de sua vida privada na imprensa. Para se defenderem, dizem que vão bater no repórter ou fazê-lo engolir a notícia<sup>69</sup>. As ameaças são divulgadas pelos próprios

---

<sup>68</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. p. 22.

<sup>69</sup> O Bem-te-vi. Recife, 27 de jun. 1913, p.5. Notas Brejeiras, *O Bem-te-vi*. Recife, 11 de set. 1913. p. 6.

repórteres, que não poupam adjetivos, chegando mesmo a rebatizar a injuriada.

Amélia Necrotério, batizada Amélia ‘Rabo Inchado’, está contratando um cano de ferro nas oficinas de seu amante para quebrar a redação d’O Bem-te-vi<sup>70</sup>.

Nas colunas, os jornalistas, por vezes, denunciam os maus tratos aos quais as prostitutas são submetidas nos recursos<sup>71</sup>. No entanto, eles utilizam o espaço de redação com alertas para os defeitos das prostitutas e para as condições de higiene dos locais onde elas recebem os clientes. Tais denúncias frequentemente vêm acompanhadas de relatos minuciosos para dar veracidade ao texto, como revela a nota A Casa onde Conceição reside, a Rua Larga do Rosário, nº. 2<sup>72</sup>:

De ar grotesco, fisionomia aborrecida, a inquilina de Nenen, no fundo da Matriz de

---

<sup>70</sup> Notas Brejeiras. *O Bem-te-vi*. Recife, 11 de set. 1913. p. 6.

<sup>71</sup> Sobre a violência que marca a vida das prostitutas ver RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op. Cit.

<sup>72</sup> Tratamento e higiene das mulheres. *O Besouro*. Recife, 5 de jun. 1908. p. 2.

Santo Antônio tem tudo de limpo no morredor, mas, em se falando de limpeza de cama e corpo, cousa (sic.) admirável. Ela não obedece.

Quando os jornais contam a história de vida das prostitutas, por meio delas pode-se notar que com pouca idade as meninas ingressam nesta vida, por volta dos doze anos, e que o custo dos serviços de uma meretriz era em torno de 1\$500 a 2\$000<sup>73</sup>.

As mulheres são frequentemente detidas por embriaguez, desordens e ofensa à moral pública. Num breve levantamento do movimento da Casa de Detenção, no Jornal A Província, observa-se que o quantitativo de mulheres detidas diariamente varia entre 2% e 5% da população carcerária, sendo raras as prisões por roubo e raríssimos os aprisionamentos por homicídio praticados pelas mulheres da cidade<sup>74</sup>. No início da República, a Lei nº. 14 cria o cargo de

---

<sup>73</sup> Maria Felismina do 40 da Rua Nova. *O Fallador*. Recife, 2 de ago. 1913. p. 5; Com críticas à prostituição das crianças há vários artigos entre os quais Guerra ao Cafetismo. *O Fallador*. Recife, 26 de ago. 1913. p. 4.

<sup>74</sup> Dos 463 presos, 14 são mulheres. Casa da Detenção. *A Província*. Recife, 19 de jul. 1890, p.2. Dos 590 presos, 29 são mulheres. Casa de Detenção. *A Província*. Recife, 12 de nov. 1890, p. 2; Do total de 544 presos, 19 são mulheres. Casa de Detenção. *A Província*. Recife, 8 de dez. 1890. p. 2.

questor municipal, autoridade que tem por função remeter ao Juiz de Direito as prostitutas, a fim de obrigá-las a assinar termo de bom viver<sup>75</sup>.

No Recife, desta época, há um aluvião de casas de tolerância<sup>76</sup>, montadas por raparigas que envelhecem, ou arrumam uns cobres, o que torna, segundo a imprensa, a profissão de cafetina e cafetão uma das mais rentáveis da época. Os trabalhos da profissão consistem em gerenciar o ‘recurso’ e agenciar, na cidade e no interior novas meretrizes. Existem também os agentes de rapariga<sup>77</sup>. Mas como esse serviço tem seus custos, quase sempre as cafetinas os requisitam apenas quando se trata de trazer moças do interior, pois na cidade elas cuidam desse trabalho pessoalmente.

Segundo os jornais, tais agenciamentos são realizados a céu aberto, recolhendo moças que não têm o que vestir ou comer. As raparigas recém chegadas alugam um biombo, com cama de percevejo e colchão imundo, por 50\$000;

---

<sup>75</sup>PERNAMBUCO, Leis e Decretos. Lei nº. 14 de 14 de nov. de 1891. SFR. SNT. S/p.

<sup>76</sup> Casa de Tolerância. *O Besouro*. Recife, 5 de jan. de 1908. p. 6. As casas mais conhecidas são as de: Totonia Abelha Mestre; Julia Peixe Boi; Izabel da Rua Larga; Quina da Rua do Carmo; Catita Italiana; Totonia Damnada mocinha Porrista; Nenen Mulata e Anninha do Tenente. As Casas de Conventículos. *O Papagaio*. Recife, 10 de nov. 1910. p. 8.

<sup>77</sup> Notas Mundanas. Gado Novo. *O Papagaio*. Recife, 18 de jun. 1910. p. 4.

comprometiam-se a pagar 2\$000 réis diários pela comida e se sujeitam a aceitar quem a dona do conventículo apresentasse<sup>78</sup>. Como precisam de novas roupas, as moças são levadas até as lojas para comprar fiado com a garantia da ‘abadesa’. Notícias dão conta da exploração financeira da Madama, que faz ‘as meninas’ pagarem tudo pelo duplo, sem regalia, deixando-as sem dinheiro e com dívidas infundáveis, às vezes até mesmo sem roupa, para garantir a dependência e confinar as moças do interior em seus ‘conventículos’<sup>79</sup>.

A partir de 1908, com a reforma do porto e do bairro do Recife, que busca modernizar fisicamente a cidade, passa a circular ideias e discursos higienistas em torno do saneamento físico e moral dos habitantes, para atingir certo grau de civilização. Em consequência, há na cidade uma tenaz perseguição às cafetinas por parte da imprensa, que intenta descobrir e denunciar o endereço à polícia, com o objetivo de deportá-las. O comentário corrente é o de que entre os motivos que movem a caça às cafetinas destacam-se as denúncias de que as mesmas “facilitam as conquistas mais impossíveis em

---

<sup>78</sup> As Casas de Conventículos. Mulheres Exploradas. A vida das infelizes. Crimes e selvageria. Apello a polícia. *O Papagaio*. Recife, 10 de nov. 1910. p. 8.

<sup>79</sup> *O Besouro*. Recife, 17 de mar. de 1908. p. 6.

seus ‘recursos’, para os quais atraem as moças de família e senhoras respeitáveis de sociedade”<sup>80</sup>.

## **As profissionais dos serviços domésticos**

Na década de 1870, com o crescimento da camada média urbana, as tarefas de comprar, cozinhar, lavar e engomar, além de serem trabalhos muito requisitados pelas sinhás, passam a ser ofertados por lojas especializadas nesses serviços, dispondo para aluguel mulheres asseadas<sup>81</sup>. Aparecem nos jornais vários pedidos para contratar ama<sup>82</sup> e alugar

---

<sup>80</sup> Pouca Vergonha. Casa de Susana. Na travessa do Beco do Cajú. *O Besouro*. Recife, 19 de mar. 1908. p.3; Escândalo. Uma mulher casada na casa das meretrizes. *O Coió*. Recife, 25 de abr. 1913. p. 13. Sobre as mudanças em relação a sexualidade e sensualidade na cidade do Recife, ver , LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. *Os Caminhos do Olhar*. Circulação, Propaganda e Humor. Recife, 1880-1914. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós- Graduação em História. Tese de doutoramento em História. Recife, 2007.

<sup>81</sup> Marcus Carvalho, ao analisar o trabalho doméstico no Recife, entre os anos de 1822-1850, ressalta a variedade de requisitos que se exigia dessas mulheres, escravas ou livres, dividindo-se em duas categorias: as de portas a dentro e as de portas a fora que implicavam em habilidades diferentes. Entre as tarefas das amas de portas a fora estava “fazer as compras da casa, buscar água, e até levar meninos e meninas às aulas”, o que não era simples, pois a rua não era percebida como um lugar seguro e muito menos decente. De portas adentro e de portas a fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, 29/03, 2003. p. 47, 48.

<sup>82</sup> Ama. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 4 de jul. 1877. p. 4. Ama. *A Província*. Órgão do Partido Liberal Recife, 13 de ago. 1877. p. 4.

escravas para exercerem tais ofícios<sup>83</sup>, e surgem também anúncios de locais onde esses afazeres domésticos são realizados. Entre tais locais, há residências como a do Beco da Carvalha n.º. 5<sup>84</sup> e estabelecimentos criados para esse fim, como o existente na Rua da Imperatriz n.º. 24, 1º andar, que garante prontidão na entrega, asseio e modicidade<sup>85</sup>.

No Brasil, durante séculos a fio, as mulheres das elites e das camadas mais abastadas economicamente não costumavam amamentar seus filhos. Era comum contratar mulheres livres ou mesmo alugar ou comprar escravas, que podiam ser pretas ou pardas e até brancas, para exercer esse ofício – o de aleitar e cuidar de criança nova. Os cuidados e a afeição pelos filhos passavam pela contratação de uma ama “parida de pouco”, “sem defeito”, “bons costumes” e com “abundante leite”, como costumavam anunciar os jornais de então<sup>86</sup>. Nos anúncios dos

---

<sup>83</sup> Aluga-se. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 26 de jul. 1877. p. 4; Aluga-se. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 14 de set. 1877. p. 4.

<sup>84</sup> Lava-se e engoma-se. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 24 de nov. 1877. p. 4.

<sup>85</sup> Anúncios. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 24 de set 1877. p. 4.

<sup>86</sup> Ver a propósito NASCIMENTO, Alcileide Cabral. Maternidade, eugenia e higiene: o combate às amas-de-leite no Recife e a fabricação da mãe civilizada (1870-1880). In: *Anais do Encontro Enfoques Feministas e os Desafios Contemporâneos*, Belo Horizonte- MG, 2008.

jornais encontravam-se inúmeras solicitações de amas de leite<sup>87</sup>.

Quem eram essas mulheres que podiam até engravidar para se alugar como amas-de-leite, como Leocádia intentava convencer o estudante Henrique no romance *O Cortiço*<sup>88</sup>. Do ponto de vista social, estavam na condição de livres, forras ou escravas, civilmente podiam ser viúvas, casadas ou solteiras. Mulheres que inventavam a arte de ganhar o pão de cada dia com o leite do seu próprio corpo. Sabe-se cada vez mais sobre elas. Em geral, eram mulheres pobres, que se sujeitavam a ganhar tão pouco para um trabalho tão árduo, o que, aliás, não diferia do resto do Brasil<sup>89</sup>.

Nesse mercado, em franca expansão, de criação de bebês lactantes ou em fase de crescimento, despontam novos serviços oferecendo mais conforto para as famílias e mulheres que assim o desejassem e pudessem arcar com outros custos, como sugere o anúncio de uma viúva que se dizia “honestas e de bons

---

<sup>87</sup> Ama. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 25 de set. 1877. p. 4. Ama. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 26 de set. 1877. p. 4.

<sup>88</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Santa Catarina: Avenida Gráfica e Editora, 2005. p. 87.

<sup>89</sup> Sobre o perfil das amas no Brasil ver MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 246- 250 e VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*. Campinas: Papirus, 1999, p. 60- 70.

costumes”, residente na Rua do Calabouço Velho n.º 21, ao anunciar que se encarregaria de “receber crianças, ou meninos de todas as idades para criar e educar com todo cuidado, pagando seus pais o trabalho e sustento das ditas crianças”<sup>90</sup>.

No ambiente doméstico, espaço que oferece o maior número de emprego nos anúncios dos jornais, surgem com mais frequência casos de sedução ou atentado à honra e ao pudor, cometidos pelo patrão com as criadas e, por vezes, pela patroa com os criados. As/os empregadas/os, quando têm escolha, ora cedem, ora negam, ora negociam os serviços não contratados de acordo com seus interesses.

As lavadeiras que, como as demais criadas, estimulam a libido de quem as observa no ofício, levam os jornalistas de periódicos humorísticos, escondidos sob pseudônimos, a escreverem, sob seu ângulo de observação, acerca do exercício de lavar e ensaboar roupas.

Que Gosto<sup>91</sup>

- Que modos de lavar roupas!

Que bonita posição!

Assim a lavadeira

---

<sup>90</sup>*Diário de Pernambuco*. Recife, 4 de abril de 1875. p. 5.

<sup>91</sup> Que Gosto. *O Papagaio*. Recife, 3 de maio 1911. p. 1.

## É mesmo uma tentação

A Intendência Municipal do Recife manda publicar posturas que regulamentam o trabalho dos/as criados/as<sup>92</sup>. Elas definem, no artigo 1º, que é criado de servir, pessoa livre que, mediante salário convencionado, tenha ocupação em hotel, hospedaria, casa de pastos, como costureiras, engomadeiras, copeiros, cocheiros, ama de leite ou ama seca; no art. 2º, proíbe o exercício dessas ocupações sem inscrição no livro de registro da Secretaria da Polícia; no art. 3º, assinala os dados que devem ser registrados, como nome, sexo, características e procedimentos dos criados nos empregos. No fim da inscrição, os criados recebem uma caderneta. No artigo 7º, os patrões ficam obrigados a só empregar quem estiver inscrito e com caderneta e anotar a data em que toma o criado para o serviço e o seu respectivo salário. Até que ponto essa regulamentação ganha concretude, ainda não se sabe.

Outras mulheres montam ateliês no Recife, modistas que se anunciam capazes de executar figurinos recebidos de Londres, Paris, Lisboa e Rio de Janeiro, como D. Leonor

---

<sup>92</sup> A Intendência Municipal do Recife (...) manda publicar postura abaixo: 4ª. Secção. Palácio da Presidência de Pernambuco, em 19 de jul. 1887. *A Província*. Recife, 16 de Jul. 1890. p. 2.

Porto<sup>93</sup>. Madame Marie, modista de Paris, atenta à crise financeira da Província, concede abatimento considerável no preço do feitio de vestidos de passeio, casamento e teatro, assim como nos enfeites dos chapéus<sup>94</sup>.

Para as costureiras não faltam serviços particulares e nas lojas de venda de roupa pronta, especialmente para as que dominam o trabalho de coser à máquina<sup>95</sup>. As costureiras, além dos vestidos do dia-a-dia, costuram vestidos de bailes, casamentos, com preços definidos segundo a fazenda e o modelo.

O fato de ter trabalho e sustento garantidos começa a levar as mulheres a repensar o casamento e mesmo a fugir dele, como registra, com uma ponta de despeito, uma quadrinha publicada em *O Coiô*<sup>96</sup>, que demonstra o desconforto masculino diante do crescimento e diversificação do trabalho das mulheres.

---

<sup>93</sup> Modista. Leonor Porto. *O Luso Brasileiro*. Pernambuco, 18 de abril de 1890. p. 4.

<sup>94</sup> Madame Marie. Modista de Paris. Rua Nova n°. 48. *A Província*. Órgão do Partido Liberal. Recife, 12 de out. 1877. p. 3.

<sup>95</sup> Costureiras. *A Província*. Órgão do partido Liberal. Recife, 8 de janeiro 1877. p. 3.

<sup>96</sup> A Costureira. *O Coiô*. Recife, 25 de abril 1913. p. 5.

## A Costureira

Costureira é gente feia  
Mas se traga muito bem  
Namora com todo mundo  
Mas não casa com ninguém.  
Mas não casa com ninguém.

Na primeira década do século XX, os homens, por meio da prosa e do verso, usam amplamente a ironia e, por vezes, a maledicência, para assinalar o mal-estar que provoca o trabalho remunerado feminino e, às vezes, a troca de papéis no interior das casas e nas relações com os filhos. O poema *Art-nouveante* assim apresenta a situação:

### *Art-nouveante*<sup>97</sup>

Gritos e choros, sempre alaridos  
De qualquer lado sempre aperreios  
E o triste esposo, Sr. Feio,  
Prega os botões que já lhe hão caídos.  
O chapéu bota, bem decidida  
A mulherzinha...para rua ganha  
Ouvindo choros ela se assanha  
E vai pra rua fazer a vida...

---

<sup>97</sup>*Art-nouveante. O Papagaio. Periódico ilustrado, Humorístico e Noticioso. Recife, 24 de set. 1910. p. 1.*

Os homens, por meio da imprensa, registram suas angústias em relação à preferência dada nas fábricas ao trabalho feminino. As mulheres estão ganhando empregos que antes eram deles, como exemplo, pode-se observar os números de funcionários das quatrocentas oficinas das fábricas de cigarros Caxias e Lafayette, onde trabalham trezentas e cinquenta mulheres e apenas cinquenta homens. Em artigo sob o título *A Fome Avassala*, publicado no *Echo do Povo*, o redator assinala como vantagem para o empregador a escolha do trabalho feminino porque "a paga feita as mulheres é muito inferior a paga feita aos homens". Além disso, coloca em risco a saúde feminina, afirmando que "não se pode comparar o organismo de uma mulher com o de um homem e daí resultar o definhamento e a moléstia nas pobres mulheres". Por fim, alude à questão da honra feminina, apresentando como o mais grave problema decorrente da introdução da mulher no mercado de trabalho, pelo fato de serem as fábricas lugares de "verdadeiros ladrões da honra" que atiram grande número de vítimas na prostituição<sup>98</sup>.

---

<sup>98</sup>A fome avassala. *Echo do Povo*. Jornal de Livre Opinião. Recife, 10 de dez. 1910. p. 1; *União Operária*. Órgão do operariado em Pernambuco.

Casadas, solteiras, pobres ou remediadas, as mulheres conquistam o espaço público, cultivam novos hábitos numa cidade que se moderniza e se encanta com o moderno. As novas relações de trabalho, a crescente autonomia feminina, o acesso a uma educação mais laica, as críticas à Igreja Católica parecem colocar em xeque a sociedade patriarcal ao questionar as relações entre os gêneros, o casamento e a pretensa superioridade masculina. O Recife, como outras cidades brasileiras, foi palco dessas tensões, dos embates, das conquistas de parte dessas mulheres, e conviveu com a intensa exploração do trabalho feminino e do corpo de muitas meninas e moças pobres, reafirmando, nas casas, nas fábricas, nas ruas e nos bordéis, o medo e o poder dos homens no que diz respeito à violência contra as mulheres.

---

Recife, 5 de nov. 1905. p. 3, há a informação de que nas fábricas as mulheres recebem 1/3 do valor do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Ed. Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Santa Catarina: Avenida Gráfica e Editora, 2005.

ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*. Natal: EDUFRN, 1998.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo: EDUSP, 1999.

COUCEIRO, Silvia Costa. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife dos anos 20*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1880)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 6ª. Ed. Recife: Câmara dos Deputados; Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981. Tomo I.

GRILLO, M. Ângela de F. Ave Libertas: o movimento abolicionista feminino de Pernambuco. In: *Anais do I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina*. Salvador, 2005.

HAHNER, June. *Emancipação do sexo feminino*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

LEITE, Miriam L. Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda Moura. São Paulo: Ed. Ática, 1984.

LEVINE, Robert. Pernambuco e a Federação Brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1982. V.1, T.III. p. 123-151.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. *Os Caminhos do Olhar*. Circulação, Propaganda e Humor. Recife, 1880-1914. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

LOVE, Joseph L. A República brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Edit. SENAC São Paulo, 2000. p. 121-160.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. Maternidade, eugenia e higiene: o combate às amas-de-leite no Recife e a fabricação da mãe civilizada (1870-1880). In: *Anaisdo Encontro Enfoques Feministas e os Desafios Contemporâneos*, 2008, Belo Horizonte-MG.

NASCIMENTO, Luis do. *História da Imprensa de Pernambuco*. Periódicos do Recife, 1876-1900. Recife: UFPE, Ed. Universitária, 1972. V. VI.

\_\_\_\_\_. *História da Imprensa em Pernambuco*. Periódicos 1901-1915. Recife: UFPE. Ed. Universitária, 1985. V. VII.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890- 1930). 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite*. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2ª. Ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2008.

REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

\_\_\_\_\_. *Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

\_\_\_\_\_.(Coord.). *Recife, 100 anos de escola pública municipal; 1ª. Parte, 1894-1929*. Recife, BPE/ PE, UFPE/ BC, UFPE/CE, 2000.

SETTE, Mario. *Terra Pernambucana*. 10<sup>a</sup>. Ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante. NOVAIS, Fernando (Coord. Geral), SEVCENKO, Nicolau (Coord. do volume). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. V. 3.p.513-654.

SILVA, Leonardo Dantas. *A abolição em Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 1988.

SIQUEIRA, Elizabeth et al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife: Ed. UFPE, 1995.

TANURI, Leonor Mari. História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 2000. Nº 14, p. 64- 67.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*. Campinas: Papirus, 1999.

**O BONDE DO DESEJO:**  
o Movimento Feminista em Recife e o debate em  
torno do sexismo na política republicana (1927-  
1931)<sup>99</sup>

Alcileide Cabral do Nascimento\*

**RESUMO**

Este artigo investiga como o Movimento Feminista em Recife problematizou o silêncio e a negação dos direitos políticos às mulheres na Primeira República. Estrategicamente, as feministas tiveram como foco a conquista dos direitos políticos, como possibilidade de alcançar a igualdade civil e os direitos sociais. A intensa utilização da imprensa, do rádio e a criação de jornais e revistas pelas feministas falam de práticas de liberdade e de jogos de poder, que buscam redefinir as relações de gênero possíveis nos marcos do regime democrático. Se o Movimento não combateu a naturalização da diferença entre os sexos, questionou seus pressupostos e desnudou a profunda e entranhada concepção de inferioridade das mulheres frente aos homens. As feministas pegaram o moderno bonde e fizeram os percursos do desejo.

Palavras-chave: Feminismos; Movimento Feminista; Relações de Gênero; Cidadania.

---

<sup>99</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq e pela FACEPE.

\*Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> em História/ UFRPE

**O**s anos iniciais do regime republicano dão asas aos desejos, fazem voar sonhos. A vida urbana ganha intensidade, luz, fluidez e velocidade. As novidades se espriam pelas avenidas e pelos becos das grandes cidades. A eletricidade, o cinema, o automóvel, a locomotiva, o bonde, o avião, a publicidade, a moda, o relógio, o telefone, o rádio, os alimentos enlatados, os novos medicamentos e cosméticos, os cigarros e charutos industrializados, a prática de esportes, os banhos de mar, as confeitarias que se instalam em nobres endereços e as artes plásticas dão visibilidade a essas mudanças vertiginosas e de feições tão modernas.

A cidade é um espetáculo a céu aberto. Se, de um lado, essas novidades geram fé e otimismo no progresso, por outro, desorientam, intimidam, perturbam, confundem, distorcem, alucinam.<sup>100</sup> Nesse cenário, as mulheres parecem gozar de maior liberdade, ao usufruir dos cafés, cinemas, da moda e das novas formas de sociabilidade. No entanto, sobre esse novo comportamento, pairam temores antigos e modernos de que esse ‘excesso de liberdade’ corrompa os cuidados com o lar,

---

<sup>100</sup> SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante”. In: NOVAIS, Fernando (Coord. Geral), SEVCENKO, Nicolau (Coord. do volume). *História da vida privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 515, 516.

coloque em perigo a família e a honra feminina. Ademais, algumas mulheres, oriundas da classe média e alta, alçam outros voos para além do lar. Acadêmicas, médicas, advogadas, professoras e funcionárias públicas são algumas das profissões que empoderam o sexo feminino, abrem horizontes e novos questionamentos nas relações de gênero e na esfera política, da qual elas se encontram excluídas.

O problema, que já se coloca nos anos iniciais do regime republicano, é a estreiteza com que se compreende a cidadania e a noção de esfera pública moderna, na vigência da ‘república dos coronéis’, na qual só votam homens, maiores de 21 anos e alfabetizados, em eleições duvidosas. Afinal, onde reside a diferença entre homens e mulheres que alimenta a exclusão feminina da arena política? Esse parece ser o ‘x’ da questão colocada por diferentes feministas do Recife e de outras capitais, onde as mulheres discutem, debatem e questionam sua exclusão dos espaços públicos de decisões políticas.

A partir disso, neste artigo, averiguo os argumentos das feministas pernambucanas em prol da igualdade de direitos políticos, que passavam pelo questionamento da diferença entre homens e mulheres, e tinham como base o problema que a

democracia republicana instaurou, ao abolir o voto censitário e criar a divisão sexual na esfera política. Também, avalio a estratégia política do movimento sufragista que, se de um lado objetivou a emancipação das mulheres de forma pacífica, por outro, atçou o desejo feminino, ao almejar mais do que o direito de votar e de concorrer a votos.

### **Em nome do desejo: os direitos políticos nas vozes das mulheres**

As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercerem, sem peias, os seus direitos e deveres individuais.<sup>101</sup>

É assim que as sufragistas filiadas à Federação Brasileira para o Progresso Feminino se manifestam – revoltadas e indignadas com a decisão do Senado de depurar os votos das eleitoras norte-rio-grandenses que haviam votado pela primeira vez em 1927 – e lançam a Declaração dos Direitos da Mulher, conclamando as mulheres para exercer

---

<sup>101</sup> Ver ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.120.

‘sem peias’ a cidadania política.<sup>102</sup> São os novos tempos, com aspirações, sonhos, inquietações e frustrações. Sim. Frustrações datadas, inclusive, quando as mulheres foram devidamente ‘esquecidas’ e silenciadas na Constituição de 1891, que estabeleceu o sexismo político, ao sancionar que apenas homens alfabetizados seriam considerados cidadãos.

É uma data para se execrar e exaltar ao mesmo tempo. Se as mulheres já se pronunciavam sobre seus direitos e desejos, já se imiscuíam na campanha abolicionista, ousavam publicar revistas e periódicos, como mostra o estudo de June Hanher,<sup>103</sup> a lei republicana, portanto, foi mesmo excludente, ao não considerar a mulher como cidadã. Assim, pode-se dizer que a data é execrável, mas, ao dar visibilidade à disparidade entre os sexos, termina por fortalecer as reivindicações feministas e os movimentos feministas. Nesse sentido, a afirmação de Joan Scott de que “o feminismo não é produto das operações benignas e progressistas do individualismo

---

<sup>102</sup> Sobre o debate no Congresso da validade ou não do voto feminino no Rio Grande do Norte, ver: ALVES, Branca Moreira. Op. Cit., p.117-121.

<sup>103</sup> HAHNER, June. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

liberal, mas um sintoma de suas contradições”<sup>104</sup> ganha força também no Brasil.

Não há dúvida de que no país os movimentos feministas tomam fôlego na Primeira República, regime oligárquico e liberal, como se sabe. Mas isso só é possível nos marcos de um Estado que se propõe a ser democrático, onde a liberdade é um dos princípios norteadores de sua constituição. E as mulheres instrumentalizaram esse espaço da liberdade e da crítica. A intensa utilização da imprensa, do rádio e a criação de jornais e revistas pelas feministas falam, por si, de novas práticas de liberdade<sup>105</sup> e de deslocamentos de jogos de poder. Provocam, questionam, apontam caminhos de convivência entre os sexos, redefinindo campos de relações de poder entre os gêneros, descortinando novos horizontes para mulheres e homens.

Na Constituição republicana, o direito de votar não é explicitamente negado à mulher. Aliás, sequer a mulher é citada, já que os constituintes entendiam que a mulher não é um sujeito possuidor de direitos, como a historiografia vem

---

<sup>104</sup>SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. p.48.

<sup>105</sup>FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política*. v.5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p.267.

ênfatizando.<sup>106</sup> Contudo, o dado novo no debate é a questão colocada por Anne Verfus, ao aclarar que “a cidadania oriunda da abolição do sufrágio censitário fez emergir com uma visibilidade *sem precedentes* a separação política entre os homens e as mulheres” [grifo da autora],<sup>107</sup> ao fazer aparecer o voto individual masculino em ‘idade viril’ e a não-inclusão das mulheres no corpo eleitoral. O sexismo, que, como princípio político, faz uso do discurso da diferença natural entre os sexos para justificar as desigualdades em matéria de direitos políticos,<sup>108</sup> torna-se um problema para o regime republicano brasileiro e vira bandeira de luta dos movimentos feministas, que dão seus primeiros passos no território nacional e em outras partes do mundo. Em Recife, a conquista dos direitos políticos pelas feministas do Rio Grande do Norte, em 1927, coloca o tema na ordem do dia, e algumas mulheres são chamadas a expressar opinião sobre essa vitória feminista na vizinha província.

---

<sup>106</sup> PINTO, Céli Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p.15-16.

<sup>107</sup> VERFUS, Anne. Voto familiarista e voto familiar: contribuição para o estudo do processo de individualização das mulheres na primeira metade do século XIX. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo, Estação Liberdade, 2005.p.428.

<sup>108</sup> Idem, p.430.

## Uma enquete para dar o que falar

Em artigo de 7 de novembro de 1927, o jornal A Notícia informa que, no dia 31 de outubro desse mesmo ano, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte o direito das mulheres de votar, dando exemplo ao país, ainda que a imprensa brasileira não tenha dado a merecida repercussão a essa conquista. Segundo o jornal, “é uma inovação ousada que os rio-grandenses introduzem em nossos costumes políticos, adiantando-se à própria união que ainda não se resolveu entregar seus destinos às mãos das mulheres”.<sup>109</sup>

Em outra matéria, o jornal afirma que a discussão do voto feminino supera até mesmo as contendas em torno do voto secreto. Por ser assunto polêmico, o jornal se propõe a fazer uma enquete sobre o tema com “intelectuais e figuras prestigiadas” da sociedade, e abre o debate com a seguinte pergunta: É bom ou mau o voto feminino?<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup>Uma novidade sensacional passando despercebida. No Rio Grande do Norte as mulheres podem votar. A NOTÍCIA. Recife, 7 nov. 1927. p.1.

<sup>110</sup>O voto feminino. Deverá Pernambuco aceitá-lo, tenham a palavra as senhoras recifenses. A NOTÍCIA. Recife, 14 dez. 1927. p.1.

Da enquete prometida, são entrevistadas a poetisa Anna Amélia C. de Mendonça, a escritora D. Rachel Prado e D. Esther do Rego Barros, esposa do então presidente da Câmara dos Deputados. Essa primeira questão trata do direito das mulheres ao voto. Anna Amélia, embora afirme não ter “opinião amadurecida” sobre a questão, que considera “complexa e transcendente”, problematiza o direito ao voto do ponto de vista da democracia e da igualdade entre os sexos. Em consonância com o princípio fundamental que diz que “o melhor meio de governar os povos é fazer política partidária”, sua argumentação a favor do voto feminino está na assertiva de que “desde que o voto existe, deve esse direito caber, como todos os direitos políticos, igualmente a ambos os sexos”, portanto, sem distinção.<sup>111</sup>

Em segundo, a poetisa entra no debate sobre o valor e a eficiência do voto feminino. Sem dúvida, considera que é preciso avaliar “o grau de cultura feminina no Brasil para poder concluir em que percentagem está ela [a mulher] verdadeiramente preparada para o voto”, mas adverte que também nem todos os homens estão preparados para exercer

---

<sup>111</sup> O voto feminino no Brasil. A NOTÍCIA. Recife, 15 dez. 1927. p.1. As citações que seguem são desse artigo.

esse direito, e questiona: “Quantos não o estão fazendo dentro da mais absoluta incompetência, capazes apenas de escrever um nome, inconscientes da própria responsabilidade!”.

Nessa linha de argumentação, a escritora Rachel Prado ataca os que subestimam as mulheres, quando insistem em que elas não saberiam usar o direito de voto, e lembra aos incautos e “pessimistas” que, para “legislar ou ditar leis inócuas ou progressistas, não são chamados todos os homens coletivamente”. Há uma elite para isso no Legislativo e no Executivo, “representantes das massas e ou das ‘aspirações públicas’”,<sup>112</sup> no que tinha razão. Não são as massas que governam nem decidem, mas seus representantes, como esclarece Bobbio sobre os princípios que norteiam a democracia.<sup>113</sup>

A terceira questão do debate elencada pelo periódico é: Até que ponto o voto feminino é compatível com a vida do lar? Nesse aspecto, as entrevistadas seguem a forte tendência de reafirmar a responsabilidade das mulheres com o lar e os filhos como “deveres verdadeiramente femininos”. Ao mesmo tempo,

---

<sup>112</sup>O voto feminino no Brasil. A NOTÍCIA. Recife, 27 dez. 1927. p.1.

<sup>113</sup> BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*. 20.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p.371-386.

Anna Amélia argumenta que, muito mais do que o ato de votar, afastam-nas de seus lares “a intensa vida mundana e os intermináveis compromissos sociais da vida moderna nas cidades”.<sup>114</sup> Sua fala remete à dimensão de classe. Aqui ela não se reporta às mulheres trabalhadoras, operárias, diaristas, às que precisavam ganhar o pão de cada dia, mas às que curtiam o lazer, o consumo e as novas sociabilidades da vida moderna, e recusavam, negavam veladamente a vida doméstica e a domesticidade de suas vidas. Por fim, Anna conclui que “com ou sem direito ao voto, a mulher terá sempre a responsabilidade no futuro da sua pátria, quando ostentar nos braços uma parcela viva do porvir: um filho”.<sup>115</sup> Procriar seria, portanto, sua contribuição para a nação, responsabilidade inscrita em sua natureza, em seu corpo, em sua essência e da qual nenhum direito político poderia isentá-la.

Já Rachel Prado, mais eloquente em suas assertivas, reafirma a missão natural da mulher “cônsua dos seus deveres, como orientadora e responsável pelo futuro dos filhos, que seriam úteis à família, à Pátria e à Humanidade”.<sup>116</sup> Mas não se

---

<sup>114</sup>O voto feminino no Brasil. A NOTÍCIA. Recife, 15 dez. 1927. p.1.

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> O voto feminino no Brasil. A NOTÍCIA. Recife, 27 dez. 1927. p.1.

trata de qualquer mulher. Encontra-se aqui uma reivindicação de classe: a educação feminina, pois, para ela, “só a mulher inteligente e culta saberá preparar homens nobres para uma pátria grandiosa”,<sup>117</sup> deixando de ser “melindrosa e fútil”, “instrumento de prazer” e “objeto de luxo” dos homens.

Portanto, Rachel reivindica outro lugar para as mulheres, que extrapola os muros do lar. Para essa escritora, “a mulher deve ser, em qualquer país, uma unidade econômica, independente, e só o será quando de posse de seus direitos políticos”.<sup>118</sup> Essa questão é basilar para várias das feministas de então: a autonomia econômica feminina frente ao poder dos homens. Nesse sentido, não se vê o homem como superior ao sexo feminino, mas como um companheiro emancipado ao lado da mulher. Depois de afirmar que mais de trinta e tantos países civilizados já tinham dado a igualdade de direito às mulheres, ela alfineta a elite brasileira, ao declarar que o “Brasil não quererá fazer um papel retrógado, inclinado ao preconceito todo de que o lugar da mulher é única e exclusivamente no lar”.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> Ibidem.

<sup>119</sup> Ibidem.

Esther de Rego Barros, senhora da elite pernambucana, coloca-se contrária ao voto feminino, porque entende que a grande missão social da mulher é “a formação do caráter dos filhos, que se molda numa educação inspirada nos sãos princípios de moral católica”.<sup>120</sup> Assume posição declaradamente antifeminista, ao descreditar as possibilidades de mudança e conquistas derivadas desse direito, sobretudo, porque entende que, na organização familiar vigente, “a grande maioria das mulheres não tem ainda independência, para intervir nos acontecimentos políticos, com a necessária autonomia”. Assim, em sua apreciação, a reforma política com a inclusão das mulheres não deveria “ser fonte de inquietação” da “comunhão brasileira”.<sup>121</sup> Essa opinião parece expressar consenso sobre o voto feminino: seus deveres para com o lar; sua dependência, portanto, a pouca autonomia para escolher e votar; e, por fim, uma vez sendo concedido o direito, este não traria maiores transtornos ao *status quo*, já que os alicerces desiguais das relações de gênero não seriam alterados. O poder patriarcal continuaria intacto e as mulheres, submissas ao lar, aos maridos, aos pais, aos homens.

---

<sup>120</sup>O voto feminino no Brasil. A NOTÍCIA. Recife, 28 dez. 1927. p.1.

<sup>121</sup> Idem

O que se vê, portanto, são diferentes opiniões. O que as une é a certeza de que existia uma natureza feminina inscrita no corpo, na capacidade e na obrigação de procriar e educar. Se, para Anna Amélia e Rachel Prado, não há diferença entre homens e mulheres que fundamente a exclusão política, Esther de Rego Barros silencia sobre a exclusão da mulher da cidadania política e desloca a questão para a dependência econômica do sexo feminino, que derivaria da impossibilidade de exercer com autonomia esse direito, uma vez conquistado. Enquanto as duas primeiras defendem a compatibilidade entre a vida do lar e o direito político, a terceira termina por defender que a mulher deve concentrar-se em sua missão de mãe e esposa. Contudo, D. Esther acredita que a conquista das mulheres será inevitável, mas, com um olhar desencantado para a emancipação feminina, vaticina que isso não significaria maiores transtornos à sociedade, porque teria alcance transformador limitado.

O debate estava em aberto. O medo pairava no ar. A virilidade masculina parecia estar colocada em cheque. Uma guerra dos sexos se encenava, às vezes, veladamente, outras vezes, com cores e tons fortes. Mulheres educadas e formadas, de famílias abastadas, reclamavam de sua sujeição e, de certa

forma, davam visibilidade ao sexismo da política republicana que, ao acabar com o voto censitário, revelou o quão menosprezava a força, a inteligência e a capacidade femininas, independentemente de sua condição social e civil. Ricas, pobres e remediadas, casadas ou solteiras, as mulheres pareciam carregar consigo a pecha de inferioridade, a quem se negava a vida política.

### **Nas asas do desejo: a criação da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino**

As notícias sobre as conquistas femininas circulam na capital pernambucana, como visto. Os jornais, aqui e acolá, trazem os últimos debates e embates no Congresso em torno das reivindicações feministas pelo direito ao voto, nas mobilizações no Rio de Janeiro, epicentro político do movimento, liderado pela jovem feminista Bertha Lutz. Em Recife surgem, em 1931, duas organizações que pretendem lutar pelos direitos das mulheres: uma representada por Martha de Hollanda<sup>122</sup> e outra por Edwiges de Sá Pereira, duas

---

<sup>122</sup> Martha de Hollanda, em 31 de maio de 1931, realizou em sua casa a primeira reunião da Cruzada Feminista Brasileira com a participação de um grupo de mulheres da elite e da intelectualidade pernambucana. Nessa ocasião, elegeram a diretoria provisória, com voto secreto, definiram os principais objetivos. Além disso, a Diretoria empossada deliberou convidar

expressões importantes no cenário intelectual da cidade como poetisas e escritoras. Contudo, o enfoque aqui será dado à Federação Pernambucana para o Progresso Feminino (FPPF), não apenas por ser filiada à Federação Nacional, mas pela visibilidade que teve em Pernambuco.

Marcada pelas incertezas de qualquer começo, com caminhos árduos a desbravar, “a resistência do hábito, os percalços do preconceito, a indiferença pela causa, o negligente desconhecimento do que ela importa como a expressão mais elevada da justiça”, como desabafa a presidente da Federação Pernambucana, em seu primeiro relatório, tinha início a organização das feministas. Esse movimento teve mais visibilidade em prol dos direitos políticos para as mulheres, filiado ao movimento nacional de linha moderada e elitista, que

---

a poetisa Edwiges de Sá Pereira para sua presidência de honra e declararam sua filiação à FBPF. Cruzada Feminista Brasileira. A NOTÍCIA. Recife, 31 maio 1931. p.1. Em 12 de novembro daquele mesmo ano foi empossada a diretoria: presidente, Martha Hollanda; vice-presidente, Auri Moura; oradora, Heloísa Chagas; oradora adjunta, Juracy Soes; primeira secretária, Celeste Dutra; segunda secretária, Jacyra Goes; tesoureira, professora Antônia Maranhão; bibliotecária, Sílvia do Passo; procuradoras, farmacêutica Antônia Martins e professora Edmé e Barbosa. Cruzada Feminista Brasileira. A NOTÍCIA. Recife, 13 nov. 1931. p.1 Nem Martha de Hollanda aceitou o convite de participar da Federação Pernambucana criada por Edwiges e, tudo indica que, Edwiges de Sá declinou do convite de ser presidente de honra da Cruzada Feminista.

buscava ampliar os marcos delimitadores da República brasileira liberal, de feição burguesa e base ruralista, falocêntrica e profundamente excludente. Em síntese, a luta tinha um foco: emancipar o sexo feminino, a partir da plataforma dos direitos. Cidadania política, educação primária obrigatória, igualdade civil com os homens, legislação trabalhista protetora da mãe e da criança.

Em 31 de maio de 1931, Edwiges de Sá Pereira fez um convite, por meio do periódico *A Notícia*, às “senhoras pernambucanas que se interessam pela reivindicação dos direitos femininos”<sup>123</sup> para uma reunião em sua casa, na Boa Vista, rua Dr. Barros Sobrinho (antiga rua do Progresso), n.71,<sup>124</sup> cujo objetivo era “fundar em Pernambuco uma associação” filiada à Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), “sob as mesmas bases e com idênticos propósitos”.<sup>125</sup> Edwiges informava que fazia essa convocação na condição de delegada da FBPF. Em outra reunião para os trabalhos preparatórios de organização da filial de Pernambuco

---

<sup>123</sup>PEREIRA, Edwiges de Sá. Segundo Congresso Feminino. A NOTÍCIA. Recife, 31 maio 1931. p.1.

<sup>124</sup> A confirmação de que essa reunião aconteceu na casa da Edwiges está n<sup>o</sup> A NOTÍCIA. Recife, 2 jun. 1931.

<sup>125</sup>PEREIRA, Edwiges de Sá. Segundo Congresso Feminino. A NOTÍCIA. Recife, 31 maio 1931. p.1.

à Federação Brasileira para o Progresso Feminino, com a presença de trinta senhoras,<sup>126</sup> foi designado um comitê de propaganda que divulgaria as atividades do grupo pela imprensa e pelo rádio,<sup>127</sup> foi lida uma carta da escritora Martha de Hollanda, “justificando sua ausência por motivos imprevistos” e foi agendada uma nova reunião.<sup>128</sup>

O comitê de propaganda entrou em campo para a organização da filial pernambucana. Na segunda reunião, compareceu “avultado número de senhoras”, com apoios importantes, como da educadora D. Débora Feijó e da acadêmica Ida Uchôa que em carta à Edwiges de Sá declara-se solidária ao movimento e pronta a prestar-lhe todo concurso.<sup>129</sup> As mulheres reuniram-se ainda algumas vezes na casa da jovem escritora e professora Edwiges de Sá Pereira.<sup>130</sup> Quem eram essas mulheres? O que pretendiam? Como levariam a cabo a vontade impetuosa de tornarem-se cidadãs? Como

---

<sup>126</sup> ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Relatório da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino*, de 31 mai. 1931 a 30 set. 1933. Fundo FBPF, p.3.

<sup>127</sup> Idem, p.2.

<sup>128</sup> Movimento Feminista. A NOTÍCIA. Recife, 02 jun.1931, p.3.

<sup>129</sup> Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A NOTÍCIA. Recife, 07 jun.1931, p.1.

<sup>130</sup> ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Relatório da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino*, de 31 mai. 1931 a 30 set. 1933. Fundo FBPF, p.3.

engajar-se na luta sufragista? Qual era o alcance dos objetivos? Que obstáculos encontrariam no caminho? Como enfrentar a vasta e disseminada corrente antifeminista?

Escritoras, poetisas, advogadas, professoras, irmãs de Edwiges, moças de famílias importantes, como Celina Feijó, Iñez Sabino, Maria Augusta Meira Vasconcelos Freire, Nanette de Sá Pereira, Umbelinda Bandeira, Amélia Bevilaqua, Dulce Chacon, atenderam ao chamado da feminista. Mulheres de classe média, educadas, algumas profissionais liberais, casadas e solteiras compareceram às reuniões e foram responsáveis pelo sucesso da iniciativa.<sup>131</sup>

A Federação Brasileira foi o grande suporte da filial pernambucana, inclusive pelos estreitos laços de amizade entre as duas lideranças feministas, como se observa nas cartas entre Bertha e Edwiges. Seguindo orientação da Nacional, nesses encontros, que deram origem à criação da sucursal pernambucana, foram discutidos os princípios e objetivos da associação; foi constituída a comissão organizadora; definida a

---

<sup>131</sup> Sabe-se dessas informações quando se cruzam as assinaturas das atas das sessões extraordinárias da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino (acervo FUNDAJ, Recife) e de algumas articulistas que colaboravam na *Revista Pernambucana* (Recife, 1902) e *Polyantho* (Recife, 1904).

participação de Edwiges de Sá como representante de Pernambuco para o II Congresso Internacional Feminista; feita a leitura do anteprojeto do estatuto; e, finalmente, no dia 2 de agosto, foi eleita a diretoria efetiva, por meio do voto secreto, e aclamadas as comissões subsidiárias para o conselho social, conselho auxiliar e conselho fiscal.<sup>132</sup>

A solenidade de abertura foi marcada para o dia 31 de outubro. No entanto, o levante dos jovens tenentes do 21º Batalhão de Caçadores no Recife contra o governo de Carlos de Lima Cavalcanti,<sup>133</sup> que contou com a adesão de parte da população,<sup>134</sup> sacudiu a cidade durante três dias, com a ocupação de quartéis e algumas delegacias de bairros,<sup>135</sup> e

---

<sup>132</sup> ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Relatório da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino*, 31 mai. 1931 a 30 set. 1932. Fundo FBPF, p.2.

<sup>133</sup> O político pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti foi designado por Juarez Távora para assumir o governo como interventor do estado, depois da Revolução de 1930. Ele era coproprietário da Usina Pedrosa e dos jornais *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*. Também era considerado um político tradicional, ligado à velha oligarquia açucareira. Segundo Manuel Correia, Cavalcanti “não tinha uma linha ideológica segura e se cercou de pessoas de posições político-ideológicas as mais diversas”, de forma que os problemas não tardaram a aparecer, como o levante dos insatisfeitos tenentes. Cf. ANDRADE, Manuel Correia. *Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife: Ed. CEPE, 1997. p.335-337.

<sup>134</sup> REZENDE, Antônio Paulo. *Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 2002. p.106.

<sup>135</sup> ANDRADE, Manuel Correia. Op. Cit., p.337.

provocou adiamento da criação oficial da associação feminista para o dia 10 de novembro.<sup>136</sup>

O surgimento da Federação Pernambucana não foi ato silencioso. A posse da diretoria aconteceu no prestigiado Club Internacional do Recife, pomposo endereço da cidade. O *smart set* recifense ali estava, como declarava A Notícia.<sup>137</sup> Autoridades estaduais e federais, representantes da imprensa e embaixadas das diversas corporações prestigiaram a solenidade.<sup>138</sup> Foi um acontecimento, com a presença da imprensa, de famílias importantes, autoridades civis, legitimado pela condução da representante nacional Odila Porto da Silveira.

Em seu discurso de posse, a feminista pernambucana mostrou a via pacífica, moderada, que pretendia seguir, além de enfatizar seu apego aos princípios católico-cristãos, em um misto de “consciência, coragem e fé”. Nesse sentido, ela esclareceu que “o que se pretende não é inovação nem importa

---

<sup>136</sup>Federação Pernambucana para o Progresso Feminino. A NOTÍCIA. Recife, 06 nov. 1931. p.1.

<sup>137</sup>Hontem, no Internacional. A brilhante festa da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino. A NOTÍCIA. Recife, 11 nov. 1931. p.8.

<sup>138</sup> ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Relatório da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino*, 31 mai. 1931 a 30 set. 1932. Fundo FBPF, p. 2.

em medidas que possam trazer qualquer alteração prejudicial aos bons princípios que norteiam os nossos costumes de família cristã”.<sup>139</sup> Esse tom amistoso e pacificador remete ao que foi usado por Bertha Lutz, quando afirmava que o movimento feminista não pretendia “uma associação de ‘sufragettes’, que ameaçassem quebrar vidraças da Avenida”,<sup>140</sup> em clara referência e recusa às formas de luta e embates das feministas inglesas.<sup>141</sup>

Apesar de anunciar as bases conciliadoras e conservadoras do movimento que presidia, a feminista pernambucana afirmava com convicção que “o lar é o refúgio do par humano”,<sup>142</sup> não apenas da mulher. Ademais, lembrava que nem todas podiam escolher ficar no lar; havia as que precisavam trabalhar. Mas também acusava de egoístas as que se enclausuravam e se negavam “a cooperar no socorro aos

---

<sup>139</sup>Hontem, no Internacional. A brilhante festa da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino. A NOTÍCIA. Recife, 11 nov. 1931. p.8.

<sup>140</sup> Cf. SOIHET, Rachel. *Feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006, p.29.

<sup>141</sup> Sobre os movimentos sufragistas na Inglaterra e Estados Unidos, conferir: ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.42-48.

<sup>142</sup>Hontem, no Internacional. A brilhante festa da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino. A NOTÍCIA. Recife, 11 nov. 1931. p.8.

mais fracos”, fugindo das obras pias e beneficentes.<sup>143</sup> Edwiges, em consonância com o discurso de época de sua classe, atacava a ociosidade mundana das mulheres. Veladamente, recusava o papel de boneca de luxo, objeto de ostentação dos homens, mas também o ócio feminino e *voyerismo* citadino. Incitava-as a que saíssem dos lares: se forem “amparadas moral e materialmente pelo chefe da casa” e não queiram ou tenham profissão, que atuem socialmente, que sejam úteis. “Que repulse[m] as festas, que menospreze[m] as modas; que desdenhe[m] do *footing*”, faces de sua educação vitoriana e católico-cristã.<sup>144</sup>

No Brasil e alhures, o apelo ao trabalho social reforçava as qualidades tidas como naturais ao gênero feminino: dedicação, altruísmo, cuidados com o outro e elevada virtude moral. Mas, ao cuidar dos necessitados, a filantropia propicia às mulheres uma inserção pública e uma experiência que modifica a percepção do mundo e de gênero como sugere Michelle Perrot.<sup>145</sup> Apesar de ser um trabalho gratuito, sem remuneração, e de não colocar em xeque a virtuosa esposa e

---

<sup>143</sup> Ibidem.

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru,SP: EDUSC, 2005. p.281.

mãe de família e nem afrontar economicamente o poder dos maridos, possibilitava às mulheres das camadas médias transitar, sair, visitar domicílios pobres, ganhar as ruas e os becos insalubres da cidade. Era uma forma de serem “úteis” e de darem uma contribuição social, como defendia Edwiges de Sá. Descobriam outro mundo que parece inspirar a “consciência de gênero”, como assinala Perrot.<sup>146</sup>

Assim, o movimento feminista, liberal e comportado, ao se aproximar dos dramas, dos desafios, da luta diária das mulheres de vida simples, sem pompa ou fausto, parece dá mais força a importância da educação feminina, seja para a conquista da autonomia financeira, seja para o bom desempenho da maternidade. Neste sentido, o trabalho filantrópico amplia a problematização da exclusão feminina do campo político, visto como estratégico para conquista de outros direitos e oportunidades. Se para alguns autores/as, o trabalho dessas mulheres de classe média e alta servia para atenuar o conflito entre as classes e promover a ordem social<sup>147</sup>, já que

---

<sup>146</sup> Idem, p.279-280.

<sup>147</sup> DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

não questionava a hierarquia entre os gêneros<sup>148</sup>, para outras/os era um espaço de reposicionamento político e pessoal. A própria Edwiges de Sá Pereira era um exemplo disso. No campo social, presidiu a Associação das Damas de Beneficência e integrou o Comitê Feminino da Maternidade do Recife.<sup>149</sup>

Quem era mesmo essa mulher que liderava a campanha sufragista em Pernambuco? Edwiges de Sá Pereira nasceu na cidade de Barreiros, em 24 de outubro de 1884, região da zona da mata sul de Pernambuco, produtora de cana de açúcar, de onde saiu um dos mais influentes políticos republicanos da tradicional elite açucareira, Estácio Coimbra.<sup>150</sup> Filha do bacharel José Bonifácio de Sá Pereira e D. Maria Amélia Rocha de Sá Pereira, era de uma família de proeminentes

---

<sup>148</sup>BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999. p.168.

<sup>149</sup>Intelectuais pernambucanos lembram centenário de Edwiges de Sá Pereira. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 30 out. 1985, Caderno Viver, p.1.

<sup>150</sup> VAINSENER, Semira Adler. Estácio Coimbra. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=302&textCode=799&date=currentDate>>. Acesso em: 04 mai. 2010.

juristas, como seu irmão Eurico de Sá Pereira, que chegou a ser presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.<sup>151</sup>

Em relato autobiográfico de Edwiges, na perspectiva da escrita de si,<sup>152</sup> sem fissuras e rupturas, dúvidas ou incertezas, a autora constrói sua trajetória, que é marcada, desde o início, por forte relação com a literatura. Com apenas 13 anos, com a colaboração de seu irmão Eugênio, fez um jornal manuscrito, o *Eco Juvenil*. Um dia chegou-lhe, do Rio de Janeiro, o jornal O Paíz, contendo poemas seus do *Eco*, para sua grata surpresa. Em seguida, a Revista do Brasil, editada em São Paulo, publicou seu soneto intitulado A uma estrela.

Aos 16 anos, lançou seu primeiro livro de poemas, intitulado Campesinas. Assim teve início uma carreira ascendente como poetisa e escritora, que lhe permitiria, ainda muito jovem, com 17 anos, ingressar na Academia Pernambucana de Letras, na condição de sócia correspondente.<sup>153</sup> A essa altura, já colaborava com diversos

---

<sup>151</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 30 out. 1985, seção B, p.1.

<sup>152</sup> GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.7-24.

<sup>153</sup> Cf. SCHUMAHER, Shuma e BRAZIL, Érico Vital (Orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p.188, 189.

jornais no país, dentre eles, *O Norte* (Rio de Janeiro) e o *Escrutínio* (Rio Grande do Sul), e com revistas, como a *Revista Feminina* (São Paulo).<sup>154</sup>

Formou-se na Escola Normal, onde se tornou professora catedrática de História Geral e do Brasil. Assumiu também a Superintendência dos Grupos Escolares da Capital.<sup>155</sup> Era uma mulher de fibra e “de contrastes”, como assinalou seu sobrinho-neto Virgílio Campos, porque era muito avançada para sua época e, ao mesmo tempo, egressa de uma educação vitoriana, conhecida pela rigidez, pelo controle das emoções e da sexualidade.<sup>156</sup> Era de um tempo, como remete seu

---

<sup>154</sup> Segundo Margareth Rago, a *Revista Feminina* foi fundada por Virgínia Duarte da Costa e circulou, com bastante sucesso, entre os anos de 1914 e 1936, por todos os estados brasileiros. Embora rejeitasse o feminismo “revolucionário e anárquico”, a revista fazia crítica à violência masculina, defendia “o direito ao voto e à educação das mulheres, sem que estas deixassem de ser a dona afetiva do seu lar”. RAGO, Margareth L. . “Adeus ao feminismo. Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil”. *Cadernos AEL*, n.3/4, p.1-33, 1995/1996, p.22. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael\\_publicacoes/cad-3/Artigo-1-p11.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-3/Artigo-1-p11.pdf)>. Acesso em: abr. 2011.

<sup>155</sup> *NOTAS Bio-bibliográficas de Edwiges de Sá Pereira*. Acervo FUNDAJ. Recife, s.d.

<sup>156</sup> Sobre a sociedade vitoriana, ver: GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória à Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

sobrinho, “em que a rainha Vitória ditava a moda e o poder no mundo”.<sup>157</sup>

Todavia, fato que chama atenção nas vidas das feministas, carioca e pernambucana, Bertha Lutz e Edwiges de Sá, é que não se casaram. O ingresso em um mundo masculino pela via da atividade intelectual e da militância política parece ter sido impeditivo ao casamento e à maternidade ou, talvez, isso tenha sido uma escolha. Ademais, a lei submetia a esposa ao marido. O Código Civil de 1916, no artigo 233, definia que “O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe: [...] IV- O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal”.<sup>158</sup> É possível imaginar as implicações legais para essas mulheres se tivessem optado pelo casamento. A certa altura da vida, já com setenta anos, em conversa com as irmãs sobre o problema da mãe solteira, Edwiges revelou que “gostaria de ter tido um filho em qualquer circunstância”,<sup>159</sup> o que parece indicar uma vontade que independe de estar casada ou não. Mas, até onde se sabe, ela

---

<sup>157</sup>Intelectuais pernambucanos lembram centenário de Edwiges de Sá Pereira. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 30 out. 1985, Caderno Viver, p.1.

<sup>158</sup> BRASIL, 1916.

<sup>159</sup> Idem.

não se lançou nessa empreitada nem ousou contra a norma convencional e cristã católica a que declaradamente se filiava.

O programa que defendia, na solenidade de criação da Federação Pernambucana, implicava o direito da mulher de cultivar “a inteligência e especializar, se quiser e puder, a sua vocação no terreno científico”; auferir “dos seus conhecimentos as mesmas vantagens que o homem”; aspirar “para o seu trabalho remuneração ajustada ao serviço prestado sem atender [sem distinção] ao sexo”. No discurso de Edwiges, essas reivindicações se alicerçam na seguinte percepção:

[...] a mulher uma vez que está sujeita, como o homem, ao censo, ao fisco, às contribuições, aos impostos, reclame garantias legislativas e práticas para o resultado do seu labor; porque a mulher pleiteie dentro do Código Civil a equivalência que lhe reconheceu o Código Penal; porque considerando a maternidade o seu mais elevado destino, se congreguem todos os que podem alguma coisa como inteligência, como atividade, como fortuna, uma ânsia de proteção e solidariedade, em torno das mães pobres ou moralmente desprotegidas...<sup>160</sup>

---

<sup>160</sup>Hontem, no Internacional. A brilhante festa da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino. A NOTÍCIA. Recife, 11 nov. 1931. p.8.

Discurso paradoxal. Há insatisfação latente e visível. Era injusta a condição em que se achava a mulher: pagar impostos, contribuir de diferentes maneiras como os homens, e não ter direitos iguais no campo civil e no político. Ser sujeitada, estar na dependência do marido, ser tratada como “menor” de idade e de razão. Seu discurso parece dissolver a diferença entre os sexos e considerá-la inaceitável. Ao mesmo tempo, entende a maternidade como “destino elevado” da mulher – não o seu –, para com a qual os poderes públicos deveriam ser mais solidários e protetores. Ao proteger e amparar a mãe pobre, cuida-se do futuro da nação, da prole que está em seus braços ou ventre. Seu posicionamento em relação à maternidade estava em chamar para o Estado a responsabilidade da proteção e de cuidados, da educação ao trabalho, de um amplo segmento da população, as mulheres pobres. A questão social era candente. A essa altura, não se podia mais acusar e apontar as mulheres das camadas populares como irresponsáveis. Seriam necessárias outras formas de atuação e posicionamento governamental. Ser pobre não é crime, e ser mulher pobre, menos ainda. O que se cobra do Estado é que amplie a gestão da população, sem divisar o custo da imposição dos tentáculos estatais – das normas, dos

controles, da prevenção, das estatísticas, da rede múltipla de poder que enlaça a população e o indivíduo, que atinge as mulheres, penetra seus corpos e busca enquadrar suas práticas sexuais.

A estratégia que subjaz a fala de Edwiges é a de que os direitos políticos abririam caminho para os sociais e os civis. Porém, a seu ver, essa reivindicação não deveria provocar “receios” de “perturbação social”, porque tudo seria feito “dentro dos limites do programa”. Afinal, a mulher não pretendia tomar o lugar dos homens, como os incautos previam e diagnosticavam, porque, segundo a feminista, “cooperar não é usurpar, completar não é anular, substituir não é preterir. Bastar-se a si mesma dignamente, se eleva a mulher, não diminui o homem”.<sup>161</sup> Seu discurso parece propor a horizontalidade entre os sexos e a quebra da hierarquia fundada na superioridade masculina *versus* inferioridade feminina.

Ela era uma das que se bastavam a si mesmas: independente, profissional, inteligente e autônoma. Falava de um lugar social. Representava uma elite pensante e politicamente atuante. Embora não desejasse rupturas, ares

---

<sup>161</sup> Idem.

revolucionários permeavam sua fala, no paradoxo em que se colocava o movimento feminista. Nesse sentido, seu discurso faz lembrar a revolucionária feminista francesa Olympe de Gouges, ao afirmar que as “mulheres ‘só tinham paradoxos a oferecer’ e, como assinala Joan Scott, se, por um lado, pareciam aceitar definições de gênero como verdadeiras; por outro, elas as recusavam”.<sup>162</sup>

Depois da fala de Edwiges, ainda na sessão de abertura da Federação, teve a palavra Cora Santa’Anna, representando a consultora jurídica da Federação, Dra. Ida Souto Uchôa, que estava enferma e não pode comparecer à solenidade. No discurso da feminista Ida Souto, lido pela bacharelanda, ela declara que o principal objetivo da associação era a defesa das mulheres pela emancipação econômica e conquistas sociais.<sup>163</sup> Entende que a evolução e a lei do progresso impõem um “estranho dinamismo” à vida, “grava em todas as coisas uma

---

<sup>162</sup> SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Ed. Mulheres. 2002, p.19.

<sup>163</sup> A emancipação econômica das mulheres é problema central para a FBPF, e reafirmado no II Congresso Internacional Feminista. SOIHET, Rachel. *Feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. p.46.

feição nova, diferentemente vertiginosa”<sup>164</sup> e, nesse ínterim, não faz sentido as mulheres não evoluírem, e continuarem a vida como plantas parasitárias, insuficientemente instruídas, vivendo na “eterna penumbra”, porque “já vai longe o tempo em que a atividade da mulher girava unicamente em torno do lar”.<sup>165</sup> A força desse discurso ainda hoje impressiona. O novo se coloca como avassalador. O progresso chegará de forma implacável e deslocará a mulher do espaço do lar para outras veredas. Espíritos polidos e iluminados pela educação poderão gozar a plenitude dos desejos assegurados pela liberdade de escolha e de expressão.

Em sua concepção, o movimento feminista não visa a “masculinizar a mulher” nem quer que “grotescamente” ela imite o homem. O que se pretende é que seja sempre feminina, aja com “aspirações nobres” dentro e fora do lar, consciente de sua personalidade, integralizada na vida. Assim, saberá “inocular nos filhos a chama sagrada de beleza, de liberdade, de perfeição”.<sup>166</sup> Para isso, terá de se elevar o nível da educação feminina, “polir o espírito”. Aparelhada e habilitada,

---

<sup>164</sup> *Discurso de Ida Souto Uchôa na solenidade de criação da FPPF*. Fundo FBPF, Recife, 10 nov. 1931. p.1. Acervo Arquivo Nacional.

<sup>165</sup> *Ibidem*.

<sup>166</sup> *Idem*, p.2.

terá condições de prover sua situação econômica, sair da rotina, da “atitude burguesa acomodatória e passiva”,<sup>167</sup> tomar parte da grande luta que embeleza a vida, conquistar seus ideais, entrar “no gozo dos seus direitos sem choque com os direitos do homem”.<sup>168</sup>

Como se pode avaliar, esses discursos falam de um novo enunciado em torno das mulheres e sobre elas. São incendiários, buliçosos. Essa sociedade não ficaria incólume aos desejos das mulheres de conquistar outros patamares políticos, sociais e culturais. O paradoxo de sua fala era emblemático ao sistema republicano oligárquico. A liberdade de expressão e de posicionamento dessas feministas forçou o avanço e o alargamento do sistema tão pouco democrático.

Essas palavras soaram os clarins do confronto. Algumas mulheres feministas, essas que haviam conquistado formação superior, uma profissão e um salário, que haviam enfrentado as humilhações, a disputa desleal, os preconceitos de uma sociedade machista, sabiam que a possibilidade de mudança estava na autonomia financeira das mulheres. Mas, como alcançá-la? Como elevar as outras mulheres a esses patamares?

---

<sup>167</sup> Ibidem.

<sup>168</sup> Ibidem.

Só o acesso à educação profissionalizante poderia promover esse deslocamento e empoderamento feminino. Como almejar autonomia, independência, liberdade para a mulher, sem pretender se chocar com o poder dos homens, dos machos, sejam eles maridos, irmãos ou filhos? Eis as encruzilhadas do movimento. Como ressalta Joan Scott, as feministas transitavam entre a “aceitação e recusa simultâneas [que] punham a nu as contradições e omissões nas definições de gênero que eram aceitas em nome da natureza e impostas por lei”.<sup>169</sup>

Ida Souto lançou a plataforma de ações da Federação Pernambucana, repetindo *ipsis litteris* o que a Nacional estabeleceu:<sup>170</sup>

1. Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina;
2. Proteger as mães e a infância;
3. Obter as garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão;
5. Estimular o espírito de

---

<sup>169</sup> SCOTT, Joan. Op. Cit. 2002, p.19.

<sup>170</sup> *Discurso de Ida Souto Uchôa...*, p.4-5. Acervo Arquivo Nacional.

solidariedade e da cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; 6. Assegurar à mulher os direitos políticos e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos; 7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no Hemisfério Ocidental.<sup>171</sup>

Apenas no item seis é expressamente colocada a questão dos direitos políticos, como se a noção de cidadania escapasse da esfera estritamente política, ganhasse outras arenas – da educação, dos direitos trabalhistas, da maternidade.

Sob forte pressão dos movimentos feministas organizados, e a fim de atender a uma das principais reivindicações da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, como chefe do Governo Provisório, nomeou uma comissão para criar uma nova lei eleitoral. Pelo Decreto nº.21.076, de 24 de fevereiro de 1932, o novo Código Eleitoral Brasileiro concedia o direito político às mulheres, no mesmo molde do direito dos homens,

---

<sup>171</sup>*Estatuto da Federação Brasileira para o Progresso Feminino*. Fundo FBPF. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1930. p.3-4. Acervo Arquivo Nacional.

isto é, a maiores de vinte e um anos e alfabetizadas. Deve-se lembrar que o alistamento e o ato de votar não eram obrigatórios. Essa inovação precisava ser incorporada à Constituição a ser elaborada.

Apesar da festa e das congratulações iniciais, as propaladas conquistas estavam ainda sob terreno frágil e contingencial. A campanha sufragista não conseguiu envolver nem alcançar a maior parcela das mulheres – as que pertenciam às camadas populares e operárias –, que não teve acesso à instrução e ficou excluída dessa conquista. Sem dúvida, o ingresso na educação superior e a obtenção de uma profissão eram aspirações para mulheres de classe média e alta, mas irrelevantes para a maioria das mulheres pobres e analfabetas, como afirma Susan Besse. Mas, não se pode olvidar que, mesmo limitado, o movimento significou um momento da luta feminista, em que essas mulheres acreditaram na via política partidária. Sonharam que, uma vez no poder legislativo, poderiam alcançar conquistas importantes na esfera social e civil. Nesse sentido, acreditaram na via liberal, normativa e sem confrontos abertos. Era um caminho... longo, árduo e, talvez, apenas para algumas gerações.

Assim, concordo com Susan Besse, quando ela diz que, se a Federação Brasileira houvesse se misturado com a política de classe, numa sociedade extremamente conflitiva e tão marcada pelas diferenças de classe, isso teria sido intolerável.<sup>172</sup> Em nível nacional e local, o movimento sufragista foi mesmo elitista e limitado.

No entanto, foram essas mulheres de famílias abastadas e de classe média que conseguiram levar adiante o debate e enfrentar, com risos e lágrimas, os chistes, as charges, as caricaturas, as piadas e uma imprensa ofensiva. Foram elas também que terminaram politizando a discussão da exclusão feminina da arena política, ao questionar a desigualdade de direitos entre os sexos. Nem sempre foram coerentes. Aceitaram e negaram ao mesmo tempo a diferença presa ao sexo, ao corpo, ao biológico. Se não combateram a naturalização da diferença, questionaram seus pressupostos e desnudaram a profunda e entranhada concepção de inferioridade das mulheres frente aos homens. Assim, a via partidária, como estratégia de luta, não foi exclusiva. As feministas colocaram em campo as táticas de convencimento, as alianças políticas e familiares, a utilização da imprensa

---

<sup>172</sup> BESSE, Susan. Op. Cit.,1999, p.196.

falada e escrita e, por vezes, tiveram duros enfrentamentos e embates com os poderes estabelecidos, com parte da sociedade da época, incrédula e arredia. Enlaçaram as práticas da liberdade e da amizade. Pegaram o moderno bonde e fizeram os percursos do desejo. Ousaram.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANDRADE, Manuel Correia. *Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife: Ed. CEPE, 1997.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*. 20.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Leis, decretos etc. 1916.

*DISCURSO de Ida Souto Uchôa na solenidade de criação da FPPF*. Recife: Fundo FBPF, 10 nov. 1931. Arquivo Nacional.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

*ESTATUTO da Federação Brasileira para o Progresso Feminino*. Fundo FBPF. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1930. Arquivo Nacional.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política*. v.5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FUNDAJ. Notas Bio-bibliográficas de Edwiges de Sá Pereira. Acervo pessoal. Recife, s.d.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória à Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PEREIRA, Edwiges de Sá. *Pela Mulher, para a Mulher*. Recife: Oficinas Graphics da Associação da Bôa Imprensa, 1932.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru,SP: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

RAGO, Margareth L. “Adeus ao feminismo. Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil”. Cadernos AEL, n.3/4, p.1-33, 1995/1996. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael\\_publicacoes/cad-3/Artigo-1-p11.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-3/Artigo-1-p11.pdf)>. Acesso em: abr. 2011.

*RELATÓRIO da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino*. Recife: Fundo FBPF, 31 mai.1931 a 30 set. 1933. Arquivo Nacional.

REZENDE, Antônio Paulo. *Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

SCHUMAHER, Shuma e BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante”. In: NOVAIS, Fernando (Coord. Geral), SEVCENKO, Nicolau (Coord. do volume). *História da vida privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p.513-619.

SOIHET, Rachel. *Feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

VAINSENER, Semira Adler. Estácio Coimbra. Disponível em:

<<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=302&textCode=799&date=current Date>>. Acesso em: abr. 2011.

VERFUS, Anne. Voto familiarista e voto familiar: contribuição para o estudo do processo de individualização das mulheres na primeira metade do século XIX. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo, Estação Liberdade, 2005, p.405-433.

# **A ESCRITORA E A FEMINISTA:** Edwiges de Sá Pereira e o feminismo no Recife (1920–1935)<sup>1</sup>

Maria Angélica Pedrosa de Lima Silva\*

## **RESUMO**

O presente artigo busca dar visibilidade à trajetória e às contribuições políticas de Edwiges de Sá Pereira, poetisa e líder feminista pernambucana, através da análise de suas narrativas e memórias sobre a emancipação da mulher e sua inserção nos espaços públicos entre os anos de 1920 e 1935. Edwiges de Sá foi uma das lideranças na luta pelos direitos femininos, com destacada trajetória profissional na área de Educação. Teve uma importante atuação pública, a princípio nas letras e depois como organizadora da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino, uma filial da nacional, a mais longeva organização em defesa dos direitos da mulher em Pernambuco.

**Palavras-chave:** Movimento Feminista; Mulher; Emancipação.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq.

\*Pesquisa desenvolvida no Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE), orientada pela prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alcileide Cabral do Nascimento, em 2011. A autora é Especialista em Gênero e Políticas Públicas (UFPE), em 2015.

**D**urante a segunda metade do século XIX, as cidades brasileiras prosperaram. O comércio mais ativo, a crescente industrialização, o transporte mais eficiente e os índices de alfabetização nos principais centros urbanos facilitaram o surgimento de novas ideias e ideologias. Com o progresso da vida urbana, algumas mulheres que faziam parte da minoria alfabetizada conseguiram optar por novos caminhos e defender a emancipação das mulheres no Brasil<sup>2</sup>.

Com a proclamação da República, houve um abrir de janelas por onde circulavam mais livremente ideias que antes se continham no recatado mundo imperial<sup>3</sup>. No início da segunda década do século XX, as ações feministas no Brasil tinham proliferado a passos rápidos. Era crescente o apoio às lutas por melhoria da situação social, civil e política levada a efeito pelas mulheres, as quais se sentiam estimuladas a investigar cada vez mais sobre seus direitos e debater os próprios problemas, definindo seus sonhos e especificando suas reivindicações. A conquista do voto feminino em alguns países,

---

<sup>2</sup>HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. (1850–1940)*. Florianópolis: Editora Mulheres. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 68–74.

<sup>3</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 56.

como Nova Zelândia (1893), Austrália (1902), Finlândia (1906) e Estados Unidos (1920), influenciou bastante essa mesma causa no Brasil. As novas associações, dirigidas pelas mulheres urbanas beneficiadas com os avanços da educação feminina, forneciam a um número cada vez maior de brasileiras um canal de expressão, enquanto ajudavam a criar uma arena política para as mulheres<sup>4</sup>. Os movimentos institucionalizados para os direitos da mulher surgiram no Brasil na segunda metade do século XX, e novos periódicos de caráter feminista apareceram nos principais centros urbanos, sendo o direito ao voto o objeto de discussões mais favoráveis. A imprensa foi um espaço importantíssimo para as mulheres reivindicarem por uma sociedade mais justa, igualitária, e para serem vistas como sujeitos políticos, já que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1891 não deixou claro o exercício do direito político às mesmas, criando assim uma brecha para suas manifestações, como se pode atestar na lei:

Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.  
§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:  
1º) os mendigos;

---

<sup>4</sup> HAHNER, June Edith. Op. Cit., p. 267-268.

- 2º) os analfabetos;
  - 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
  - 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.
- § 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis<sup>5</sup>.

Explicitamente, a Constituição não proibia o voto às mulheres, mas simplesmente, elas não eram vistas como cidadãs dotadas de direitos. O sexismo, que, como princípio político, faz uso do discurso da diferença natural entre os sexos pra justificar as desigualdades em matéria de direitos políticos, tornou-se um problema para o regime republicano brasileiro e virou bandeira de luta dos movimentos feministas, que davam seus primeiros passos no território nacional e em outras partes do mundo<sup>6</sup>.

As mulheres brasileiras que conseguiram ocupar postos elevados no serviço público possuíam, além de contatos

---

<sup>5</sup> *CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil* de 24 de março de 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)>. Acesso em: 05 de maio de 2012.

<sup>6</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral. O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927–1931). *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 21, 2013, p. 42–43.

pessoais importantes, a determinação e a necessária habilidade para organizar e liderar a campanha pelo voto feminino. Em torno de 1920, algumas mulheres não só tinham conseguido se formar em profissões consideradas nobres, como também assumir cargos públicos importantes, como é o caso da bióloga Bertha Maria Júlia Lutz, que, em 1919, voltara ao Brasil com um diploma da Sorbonne e competiu, com sucesso, para um cargo elevado no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Filha de um pioneiro da medicina tropical no Brasil, Adolfo Lutz, Bertha tornou-se uma importante personalidade na luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil<sup>7</sup>. Ela liderou e fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que foi a mais importante organização em defesa dos direitos da mulher no Brasil da década de 1920, e tinha como luta central o direito ao voto<sup>8</sup>. A FBPF foi criada em dezembro de 1922, no Rio de Janeiro.

Depois de 7 anos de estudos na Europa, a feminista Lutz voltou para o Brasil. Publicou um artigo que ajudou a lançar

---

<sup>7</sup> HAHNER, June Edith. Op.Cit., p. 2 –25.

<sup>8</sup>SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Biográfico e Ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000, p. 106–112.

formalmente o movimento sufragista feminino brasileiro. Bertha fez uma chamada oficial para a constituição de uma liga para mulheres brasileiras que entendessem que a mulher não deve “[...] viver parasitariamente de seu sexo”<sup>9</sup>, mas, ao contrário, deve ser útil e capaz de assumir responsabilidades políticas no futuro, tornando-se instrumento precioso para o progresso do Brasil. Essa liga se transformou em uma consistente organização nacional, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBFP). Bertha Lutz redigiu o Estatuto da instituição, que objetivava coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível de cultura e tornar-lhe mais eficiente à atividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e política. A preocupação dessa instituição era principalmente com a educação das mulheres brasileiras, não deixando de focar no estímulo ao exercício do trabalho e da profissionalização<sup>10</sup>.

A revolução de outubro de 1930 fez Getúlio Vargas governar o Brasil de forma provisória até 1934. Segundo Susan Besse (1999), embora os principais membros desse novo governo não fossem defensores do feminismo, o compromisso

---

<sup>9</sup> HAHNER, June Edith. Op. Cit., p. 288.

<sup>10</sup> SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis. Mulheres. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, p. 35.

que eles tinham com a reforma eleitoral e trabalhista e com o bem-estar social ofereceu novas oportunidades ao movimento feminista organizado. Nesse sentido, em 1931, a FBPF reformulou recomendações sobre políticas oficiais para mudanças constitucionais e legais, como políticas sociais que favorecessem os direitos das mulheres<sup>11</sup>.

Com a ascensão de Vargas ao poder, seu regime buscou apresentar a aparência de reforma e provou desejar ouvir os grupos sociais negligenciados pelos governos anteriores, e isso deu às mulheres uma oportunidade ao voto universal, que começou a ser discutido na reforma eleitoral<sup>12</sup>. Em 1932, o Brasil finalmente ganhou um novo Código Eleitoral, estabelecendo no País o voto secreto e o voto feminino. No ano de 1934, o sufrágio feminino foi amplamente garantido com a inclusão do artigo 108 na Constituição Federal. Todo o trabalho desenvolvido pela Assembleia Constituinte foi atentamente acompanhado pelas feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a fim de evitar qualquer

---

<sup>11</sup> BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914–1940)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 188.

<sup>12</sup> HAHNER, June Edith. Op. Cit., p. 339.

retrocesso nas conquistas obtidas e fazer aprovar as questões que as feministas consideravam básicas<sup>13</sup>.

A discussão feminista chega ao Recife com a virada para o século XX. A capital pernambucana era o mais importante centro econômico, político e cultural do Norte do País. A construção de uma cidade moderna não estava só relacionada ao fornecimento de água e luz elétrica, mas também aos avanços dos centros acadêmicos, hospitalares e comerciais recifenses, onde já atendiam não só a capital como as demais regiões<sup>14</sup>. Foram nessas condições que a movimentação das mulheres elitizadas chegou à imprensa pernambucana, compondo estratégias e criando espaços para discutir a questão da mulher diante do sistema político e social. Essa movimentação na imprensa recifense foi bastante divulgada por diversos jornais, entre eles o periódico *A Notícia*; e por

---

<sup>13</sup> SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 226.

<sup>14</sup>CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. *Pela mulher, para a mulher: uma voz feminista no Recife dos anos 1930*, p. 01. Disponível em:< <http://www.unicap.br/neal/artigos/Texto6ProfZuleica.pdf>>. Acesso em: 16 de setembro de 2012.

algumas revistas, como *O Lyrio*<sup>15</sup>, que começaram a publicar matérias sobre as novas conquistas femininas<sup>16</sup>.

Em Pernambuco, destacam-se a manifestação e institucionalização do movimento feminista e a luta pelos direitos à cidadania da mulher, no início do século XX, por Edwiges de Sá Pereira<sup>17</sup>, poetisa, educadora e feminista que se encontrava em todos os âmbitos sociais da cidade do Recife para divulgar e defender seus ideais sobre a condição feminina da época.

### **As mulheres na História: um percurso teórico**

Percebendo poucos estudos sobre a participação das mulheres pernambucanas na institucionalização do Movimento

---

<sup>15</sup> A revista *O Lyrio* foi publicada no início do século XX, em Pernambuco, sob a égide do regime republicano. Circulou mensalmente durante 2 anos de (1902 a 1904) e tinha o objetivo de conscientizar a sociedade de que o único meio para a libertação das mulheres seria a educação. Era redigido e publicado por várias senhoras e sob os aplausos de diversas autoridades masculinas do seu tempo. A poetisa pernambucana Edwiges de Sá Pereira foi uma grande redatora e colaboradora dessa revista na cidade do Recife. Ver em SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos et. al. *Um Discurso Feminino Possível: Pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830- 1910)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995, p. 47.

<sup>16</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral. Art.Cit.,2013. p. 44–46.

<sup>17</sup>SILVA, Maria Angélica Pedrosa de Lima. *Erva militante: Edwiges de Sá Pereira e o Movimento Feminista no Recife (1900 – 1932)*. Monografia do curso de Licenciatura em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco Recife, 2011.

Feminista local e nacional, bem como as narrativas e as memórias resultantes delas, buscamos através desta pesquisa dar visibilidade à abordagem de outros objetos e de novos sujeitos na análise da emancipação feminina na historiografia brasileira, já que por tempos a movimentação se restringiu ao Rio de Janeiro e a São Paulo. O presente artigo tem como objetivos analisar a trajetória da participação política e social de Edwiges de Sá Pereira, considerada líder do Movimento Feminista em Pernambuco, problematizando suas lutas e seus ideais pelo direito à inserção das mulheres nos espaços de poder, e perceber como e por que sua figura foi tão importante para a ascensão e disseminação da emancipação feminina na capital pernambucana, analisando o debate em torno da cidadania, do direito ao voto e do conceito de ser feminista para a época. Assim, contribuímos para uma maior compreensão da História das Mulheres em Pernambuco.

Para a realização desta pesquisa, adotamos a Nova História Cultural, baseada na História das Mulheres, que possibilita aprofundar os estudos sobre a história dos excluídos, somada à discussão da teoria crítica feminista.

Como fontes são utilizadas as séries *Obras Raras* e *Coleção Pernambucana*, disponíveis na Biblioteca Pública de

Pernambuco; o acervo pessoal de Edwiges de Sá Pereira, na Fundação Joaquim Nabuco; e os periódicos da época, encontrados no Arquivo Público. Esses documentos nos possibilitaram mapear as principais lideranças do Movimento Feminista no Recife e a inserção dessas mulheres nos espaços de poder. Edwiges de Sá foi um dos consideráveis nomes encontrados em diversos documentos da época, e, devido a esse destaque, a pesquisa se aprofundou em seus escritos, com o intuito de compreender sua trajetória e a sua importância para a sociedade recifense como líder do movimento feminista em Pernambuco.

O estudo sobre a perspectiva da escrita de si começou também a ser considerável neste trabalho com o intuito de registrar a memória e trajetória de vida da poetisa Edwiges de Sá e revelar sua personalidade.

A produção literária dos indivíduos modernos é subjetiva, fragmentada e ordinária como sua vida. Seu valor, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, uma verdade individual. A escrita de si que Edwiges de Sá constrói em seus documentos compõe a sua verdade, assumindo uma

subjetividade como integrante de sua linguagem. O que passa a importar para o/a historiador/a é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Temos que compreender que o documento não trará o que houve, mas citará o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento<sup>18</sup>.

O recorte temporal abrange o período entre 1920 e 1935 e expressa as principais conquistas realizadas por Edwiges. São nessas atividades que percebemos os discursos, as representações e as perspectivas da luta de algumas mulheres para serem vistas como sujeitos políticos e assim compreender as relações de gênero marcado por poderes profundamente desiguais entre homens e mulheres.

Conforme Sandra Pesavento (2008), as pesquisas em torno da história das mulheres têm apresentado um crescimento a partir da década de 1980, quando a História começou a se inclinar sobre temáticas até então excluídas do seu interesse. Os estudos sobre as mulheres alcançaram a condição de sujeito e objeto da Nova História, apoiando-se em outras disciplinas, tais como a Literatura e a Antropologia, com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Essa

---

<sup>18</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13.

interdisciplinaridade assume uma considerável ferramenta para análise sobre o feminino<sup>19</sup>.

Para Joan Scott, a História Cultural oportunizou a análise da ascensão da História das Mulheres, em que “[...] as mulheres tanto foram acrescentadas à história” como “[...] ocasionaram sua reescrita”<sup>20</sup>. Porém, foi o crescente Movimento Feminista dos anos 1960 o grande motivador de uma história na perspectiva do feminino, já que foram as feministas, antes dos historiadores, que perceberam o esquecimento da História para com as mulheres<sup>21</sup>.

A escassez de vestígios, de fontes e documentos acerca do passado das mulheres se deve à destruição de documentos por elas próprias, como expõe Michelle Perrot, sobre autodestruição da memória feminina:

Convencidas de sua insignificância, estendendo à sua vida passada o sentimento de pudor que lhes havia sido inculcado, muitas mulheres, no ocaso de sua existência, destruíram — ou destroem —

---

<sup>19</sup> SOIHET, Rachel. Art.Cit., 2012. p. 275–278.

<sup>20</sup> BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. p. 70.

<sup>21</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 145.

seus papéis pessoais. Queimar papéis, na intimidade do quarto, é um gesto clássico da mulher idosa<sup>22</sup>.

Esse fato retrata a falta de fontes, não sobre as mulheres, mas, sim, sobre sua existência concreta e suas histórias singulares. Entretanto, muito se fala delas, mas são discursos, na maioria das vezes, obra dos homens, em que se ignora quase sempre o que elas pensavam ou sentiam, criando assim a imagem do que elas deveriam ser e fazer. Parafraseando Elisabeth Grosz, Margareth Rago afirma que não se tratava de um simples esquecimento das mulheres de um campo neutro e objetivo de conhecimentos, mas, sim, de uma amnésia estratégica e servida para assegurar as bases patriarcais do conhecimento<sup>23</sup>.

O conceito de gênero tem grande relevância para esta pesquisa, pois é usado para entender de que maneira o Estado atuou na construção social das diferenças entre homens e mulheres tendo como ponto de normalização a honra, o sexo e

---

<sup>22</sup> PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 21, 22.

<sup>23</sup> RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino e plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998b, p. 10.

a família. Joan Scott deslocou o foco do sujeito feminino para a análise das relações de gênero, em que questionou o “embaralhamento” das identidades sexuais, apontando para a importância de se preservar a identidade feminina. A categoria permite-nos perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propõe o século XIX, mas por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente<sup>24</sup>.

Os principais pontos da crítica feminista à ciência estão incididos na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista, em que se pensa a partir de um conceito universal de homem, o branco, heterossexual, civilizado e ocidental, assim, deixando de lado todos aqueles que escapam desse modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas.<sup>25</sup> A epistemologia feminista<sup>26</sup> vem para apontar a

---

<sup>24</sup> RAGO, Margareth. *Descobrendo historicamente o gênero*. Cadernos Pagu (11), 1998a, p. 91–92.

<sup>25</sup> RAGO, Margareth. Art.Cit., 1998b, p. 04.

<sup>26</sup> Segundo Margareth Rago, podemos pensar a epistemologia feminista como uma forma específica de produção do conhecimento que emprega a marca especificamente feminina, libertária e emancipadora. Isso devido a uma construção cultural da identidade feminina que está evidenciada no momento em que as mulheres entram em massa no mercado, ocupando

necessidade da descentralização desse foco da atenção à masculinidade no interior do pensamento e nas práticas sociais. Embora instituído culturalmente, deveria deixar de ser o único padrão existente para o assim chamado *ser humano*, pois isso implica uma compreensão distorcida e parcial das práticas sociais<sup>27</sup>.

### **Quem foi Edwiges de Sá Pereira?**

Edwiges de Sá Pereira foi uma das personalidades femininas do início do século XX que lutou por voz e vez na sociedade vigente. Poetisa e o mais considerável nome para a manifestação do Movimento Feminista dentro do Estado de Pernambuco.

Em 9 de novembro de 1901, aos 17 anos, com seu primeiro livro de versos intitulado *Campesinas*, foi incluída como sócia fundadora da Academia Pernambucana de Letras (APL), na categoria de correspondente da cidade de Barreiros, tornando-se talvez a primeira sócia correspondente feminina de

---

profissões masculinas e feminizando a cultura e a linguagem. As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando radical e inevitavelmente esses campos, colocando novas questões. *Ibidem*.

<sup>27</sup> RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *São Paulo em Perspectiva*, 15(3), 2001c. p. 64.

uma academia literária. Dezenove anos depois, em 10 de abril de 1920, a poetisa se tornou a segunda mulher a assumir uma cadeira numa Academia de Letras no Brasil, sendo a primeira Presciliana Duarte de Almeida, poetisa mineira admitida na Academia Paulista de Letras em 1909<sup>28</sup>. Edwiges foi empossada na data de 13 de maio do mesmo ano, para a cadeira de nº 7, virando, definitivamente, sócia efetiva e a primeira mulher a fazer parte da Academia Pernambucana de Letras<sup>29</sup>.

**Imagem nº 1**



**Fonte:** Retrato de Edwiges de Sá Pereira para adornar as páginas modestas do Almanaque do ano de 1905, como foi dito pelo redator ao falar

---

<sup>28</sup>*Academia Pernambucana de Letras: sua história*. Recife: APL, 2006, p. 195.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 113–114.

da poetisa. *Almanaque de Pernambuco*. Recife: Imprensa Industrial, 1904, p. 32.

Uma série de almanaques publicados no Recife foi uma grande fonte para analisarmos e registrarmos Edwiges de Sá nos periódicos pernambucanos. Naquela época, poucas mulheres participavam da colaboração de publicações, e geralmente com poesias. Entretanto, a edição do Almanaque de 1905 retratou Edwiges, com apenas 21 anos de idade, como uma personalidade de grande mérito. Percebemos que os organizadores tiveram a preocupação de apresentá-la e torná-la conhecida em todo Brasil, já que se trata de uma publicação dirigida para todas as capitais do País.

A notoriedade que a edição concede à Edwiges pode ser verificada nesse trecho:

O *Almanaque de Pernambuco* [...] levará nas ondas plácidas do elogio consciencioso e verdadeiro as qualidades morais e intelectuais da poetisa, cujo nome em cima estas linhas, da discípula que honra o mestre que nestas páginas mais uma vez confirma as distinções que lhe tem conferido no curso público da Escola onde ela aperfeiçoa seu espírito e seu coração. [...] Assim, melhor que nossas palavras,

valem por uma apresentação ao público as linhas abaixo. [...] Que elas falem por nós e que levem ao espírito dos que lerem a convicção do quanto vale a jovem e brilhante poetisa cujo retrato orna as páginas modestas do *Almanaque de Pernambuco*<sup>30</sup>.

A publicação para o ano de 1905 traz uma biografia da poetisa tendo a própria Edwiges como redatora. Um relato autobiográfico na perspectiva da escrita de si<sup>31</sup>. Como aborda Sérgio Vilas Boas, o objetivo de uma biografia é a revelação de uma personalidade única, individual, dentro da qual se pode procurar conhecer como um ser humano viveu em seu tempo; como uma vida pode influenciar muitas outras.

Nascida no interior de Pernambuco, em Barreiros, em 24 de outubro de 1884, Edwiges relata que “[...] o afastamento dos rumores da capital, o sossego, a calma, que são como apanágio da vida campesina, mais afervoraram o seu amor ao estudo, à

---

<sup>30</sup>*Almanaque de Pernambuco*. Recife: Imprensa Industrial, 1904, p. 33, 34.

<sup>31</sup> A escrita autorreferencial, ou escrita de si, integra um conjunto de modalidades que se convencionou chamar *produção de si no mundo moderno ocidental*. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir de uma relação que estabeleceu entre indivíduo moderno e seus documentos. Cf. GOMES, Ângela de Castro. Escrita de Si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 10.

literatura em geral, e à poesia em particular”<sup>32</sup>. Ela narra que ainda era uma criança quando criou seu primeiro verso, valendo de publicar as suas primeiras produções em um jornal manuscrito, denominado *Eco Juvenil*, redigido pela mesma e distribuído exclusivamente aos seus irmãos. A partir daí, a poetisa descreve o início da sua formação literária, colaborando em diversos jornais, revistas e anuários pernambucanos e de outros estados, salientando que no período desse almanaque, estava na colaboração de um periódico denominado O Lyrrio, que, dito por ela mesma, tratava-se de uma revista mensal e feminista<sup>33</sup>.

Seu trajeto como poetisa foi muito bem retratado por acadêmicos de sua época. Jordão Emerenciano, integrante da Academia Pernambucana de Letras (APL), produziu o prefácio para o livro de poesias da poetisa, *Horas Inúteis*, que só foi publicado após sua morte, em 1958. Esse livro reúne os poemas de Edwiges, escritos ao longo de sua vida. No prefácio, o acadêmico Emerenciano relata que a presença de:

Dona Edwiges na Academia Pernambucana  
de Letras teve um grande significado

---

<sup>32</sup>*Almanaque de Pernambuco*. Recife: Imprensa Industrial, 1904, p. 34.

<sup>33</sup> Idem. p. 35

especial. [...] Isso importava no reconhecimento explícito de que a mulher estava em paridade intelectual com os homens e, assim, era capaz de participar de uma assembleia literária. [...] Havia uma homenagem especial àquela que, poetisa e educadora, fora também uma pioneira e uma combatente do feminismo no Brasil <sup>34</sup>.

A história da educação feminina em Pernambuco também destaca Edwiges. De professora primária à superintendente do ensino nos grupos escolares do Recife<sup>35</sup>, tornou-se uma personalidade destacável por ser atuante na imprensa e no debate em torno da educação em Pernambuco. Em 1924 foi convidada pelo governador de Pernambuco, Sérgio Loreto, a inspecionar e visitar várias instituições educacionais pelo País, para analisar pedagogicamente a organização e o funcionamento do ensino técnico das escolas profissionais e normais e, assim, trazer para o Estado experiências de outras regiões.

Nessa viagem, foi convidada para uma reunião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e, posteriormente, visitada

---

<sup>34</sup> PEREIRA, Edwiges de Sá. *Horas inúteis*: poesias. Recife: Composto e impresso nas oficinas gráficas da imprensa Oficial, 1960. p. 1, 2.

<sup>35</sup> ARAÚJO, Maria de Lourdes de. Edwiges de Sá Pereira. In: *Mulheres do Brasil*. (Publicação da ala feminina da Casa Juvenal Galeno). Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1971, p. 437–441.

pela “[...] notável presidente D. Bertha Lutz”<sup>36</sup>, que ofereceu o estatuto da instituição. Como prescrito nesse estatuto, os objetivos da Federação eram:

1. Promover a educação da mulher feminina e elevar o nível de instrução feminina.
2. Proteger as mães e a infância.
3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino.
4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão.
5. Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos.
6. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental<sup>37</sup>.

Edwiges, ao ler o estatuto, afirma ser um programa que se relaciona muito de perto “[...] com a concepção moderna da

---

<sup>36</sup> PEREIRA, Edwiges de Sá. *RELATÓRIO apresentado por Edwiges de Sá Pereira*. Professora Catedrática da Escola Normal de Pernambuco, em Comissão Oficial do Governo do Estado. Recife, 1926, p. 131.

<sup>37</sup> SOIETH, Rachel. Op. Cit., p. 35.

educação integral de um povo e, por consequência, está dentro da palavra de ordem do assunto”<sup>38</sup>.

Após sete anos desse contato entre elas, quando foi criado um vínculo de amizade, devido às semelhanças dos ideais para a educação feminina, surge, em 1931, uma filial da Federação Brasileira na capital pernambucana. A Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF) teve como criadora e sua primeira presidente Edwiges de Sá Pereira, entre os anos de 1931 e 1935.

A feminista Edwiges não limitou suas atividades entre as mulheres intelectuais, incentivou também o aumento de escolas domésticas e institutos profissionais, conseguindo despertar o interesse nesses grupos a partir do governo de Sérgio Loreto<sup>39</sup> e, através da Federação Pernambucana, estimulou o espírito de organização entre as senhoras, orientando-as por meio de palestras. Dedicou sua docência à instrução da mulher pernambucana, pois, para ela, seria na escolarização que o sexo

---

<sup>38</sup> PEREIRA, Edwiges de Sá. *RELATÓRIO apresentado por Edwiges de Sá Pereira*. Professora Catedrática da Escola Normal de Pernambuco, em Comissão Oficial do Governo do Estado. Recife, 1926. p. 131.

<sup>39</sup> Idem, p. 70.

feminino asseguraria o uso de seus direitos políticos e civis e de garantias legislativas<sup>40</sup>.

### **Edwiges de Sá Pereira e o surgimento da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF)**

Um dos aliados para a difusão dos ideais feministas na cidade do Recife foi um periódico intitulado A Notícia, tendo a década de 1930 como a precursora da institucionalização do movimento emancipacionista no Norte do Brasil. Por meio desse jornal, Edwiges de Sá Pereira fez um convite, na data de 31 de maio de 1931, “[...] às senhoras pernambucanas que se interessam pela reivindicação dos direitos femininos”<sup>41</sup>. O objetivo da reunião seria “fundar em Pernambuco uma associação filiada”<sup>42</sup> à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Essa reunião foi composta pela presença de trinta senhoras<sup>43</sup>, na qual expuseram suas opiniões e sugestões

---

<sup>40</sup> CHACON, Dulce. *Edwiges de Sá*: escritora, acadêmica e professora. Recife: Composto e impresso na Gráfica Boa Vista, 1958. p. 13 – 14.

<sup>41</sup> Segundo Congresso Feminino. A NOTÍCIA. Recife, 31 maio de 1931. p.01.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral. Art. Cit., 2013. p. 47 – 51.

de como desenvolver um comitê de propaganda para atingir as finalidades em vista<sup>44</sup>.

Conforme Alcileide Cabral do Nascimento, outras reuniões foram relatadas pelo jornal *A Notícia*, e, nesses encontros, foram discutidos os princípios e objetivos da associação, constituindo a comissão organizadora e definindo Edwiges de Sá como a representante pernambucana para o *Segundo Congresso Internacional Feminista*, realizado em sessão solene em 20 de junho do mesmo ano, no Rio de Janeiro<sup>45</sup>. No *Segundo Congresso Feminista*, organizado por Bertha Luz, por meio da FBBF, que tinha o intuito de reafirmar as aspirações feministas em torno do voto, Edwiges fez uma conferência intitulada *Pela mulher, para a mulher*. Seu objetivo com esse discurso era mostrar a transformação ocorrida no ambiente feminino nos últimos anos e o despertar do sexo feminino para a vida pública.

Em 10 de novembro de 1931, no Club Internacional do Recife, realizou-se a criação oficial da filial da Federação Brasileira em Pernambuco. Como não poderia deixar de relatar, o periódico *A Notícia* estampou, no dia seguinte, um artigo denominado *A brilhante festa da Federação Pernambucana pelo*

---

<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1931, p. 38.

Progresso Feminino, fazendo da noite passada um grande acontecimento para a sociedade recifense:

A sessão solene de posse da diretoria da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino foi uma nota chique. Os salões do Internacional resplandeciam. O *smart set* recifense ali estava. Vitória esplêndida do feminismo. [...] A Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino está de parabéns. Sua festa inaugural foi um esplêndido sucesso<sup>46</sup>.

Após a abertura da sessão, Edwiges de Sá, já na condição de presidente da instituição, pronuncia seu discurso expondo que a pretensão da Federação “[...] não é inovação, nem medidas que possam trazer qualquer alteração prejudicial aos bons princípios que norteiam os nossos costumes de família cristã”<sup>47</sup>. Entretanto, mostrar que “[...] a mulher pode concorrer aos cargos públicos, ser eficiente na assistência social, pública e privada, onde o seu concurso é inestimável na educação nacional”. Assim, podendo realizar todas essas atividades “[...] sem que ela prescindia de cumprir ou coloque em segundo

---

<sup>46</sup>A brilhante festa da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino. A NOTÍCIA. Recife, 11 nov.1931. p. 03.

<sup>47</sup> Ibidem.

plano os seus deveres sagrados de mãe e de esposa”. Edwiges, com esse pensamento, objetiva a harmonia dos casais, “[...] em que a mulher colabora com o marido na luta pelo pão e pelo teto”. Segundo Alcileide Cabral do Nascimento, “[...] a feminista pernambucana mostrou a via pacífica moderada, que pretendia seguir, além de enfatizar seu apego aos princípios católico-cristãos, em um misto de ‘consciência’, ‘coragem’ e ‘fê’”<sup>48</sup>. Apesar de expor as bases conservadoras do movimento, Edwiges é incisiva ao dizer que “o lar é o refúgio comum do par humano”, porém não só da mulher.

A Federação Pernambucana teve bastante repercussão na sociedade recifense. Foram sete anos de campanha em prol dos direitos e demais interesses das mulheres até o seu fechamento, em 1937, por um decreto-lei no governo de Getúlio Vargas. Entre 1931 a 1935, Edwiges de Sá ocupou o cargo de presidente da Federação, e esses anos ficaram marcados como um grande momento de desenvolvimento da instituição pernambucana. A Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino colaborou para a passagem das emendas feministas na Assembleia Nacional Constituinte; trabalhou para a composição de uma mensagem ao presidente Getúlio Vargas,

---

<sup>48</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral. Art. Cit., 2013. p. 49.

requerendo apoio para as reivindicações feministas; fez parte da revisão da Legislação do Trabalho, para a melhoria da situação da mulher proletária. Outro destaque da Federação Pernambucana está em um plano de ação social, que teve como um dos programas a Escola de *Oportunidades*, ligada à profissionalização feminina. O intuito desse plano era criar um ciclo de conscientização nas mulheres para se sentirem agregadas à luta pelas questões sociais.

### **O feminismo para Edwiges de Sá**

Segundo Susan Besse, o significado de ser *feminista*, para a década de 1910 até a década de 1930, era um tema controverso. As que se definiam como feministas iam desde feministas católicas, que pregavam que sem Deus, pátria, honra e família não há feminismo possível; até profissionais solteiras que buscavam modelos na Europa e nos EUA e consideravam que o emprego assalariado era o essencial para a emancipação feminina. Até dentro do Movimento Feminista organizado, a FBPF, coexistiam opiniões muito divergentes. Com o aumento das filiais pelo Brasil, as associações se dividiam entre “[...] as que se preocupavam em exaltar e louvar os papéis domésticos

femininos e as feministas que lutavam para assegurar às mulheres direitos sociais e políticos”<sup>49</sup>, como se pode observar na atuação de Edwiges de Sá, já que a campanha pelo voto foi uma das suas principais lutas, mas não o voto pelo voto, e sim pelos objetivos que ele poderia facilitar, como a melhoria de salários para a mulher e a sua elevação moral, dando o direito a ter direitos<sup>50</sup>, obter uma cidadania política. Em 1932, Edwiges se fez presente na conquista pelo novo Código Eleitoral Brasileiro, que concederia o direito político às mulheres; depois participou da equipe que assessorou a líder nacional, Bertha Lutz, na luta pelos direitos femininos na nova Constituição de 1934. Juntamente com a Federação Pernambucana, procurou mobilizar as bancadas estaduais, que eram favoráveis às reivindicações das mulheres, e ainda saiu como candidata do Partido Economista às eleições de 1933<sup>51</sup>.

Sua campanha em prol do voto foi intensa, como podemos atestarem diversos periódicos do Rio de Janeiro, que relatavam sempre sua personalidade como representante do Movimento Feminista do Estado de Pernambuco e suas viagens à capital do País para reuniões com as feministas da Federação Brasileira.

---

<sup>49</sup> BESSE, Susan K. Op. Cit. p. 182.

<sup>50</sup> CHACON, Dulce. Op. Cit., p. 20.

<sup>51</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral. Art. Cit., 2013, p. 47–51.

O Diário da Noite, O Paiz, Correio da Manhã e o Diário de Notícias são exemplos de jornais cariocas que trouxeram notícias sobre o Segundo Congresso Internacional Feminista, organizado pela Federação Brasileira, e destacaram a figura de Edwiges como a delegada pernambucana, descrevendo sua participação no evento e as homenagens recebidas em sua permanência na capital brasileira.

*O Diário da Noite* traz uma entrevista “[...] com a escritora Edwiges de Sá Pereira sobre o feminismo em Pernambuco”<sup>52</sup>, abordando também a sua opinião sobre o feminismo para a época. Para Edwiges:

O feminismo é uma evolução natural dos tempos. Como todas as forças vivas da natureza, a mulher não poderia estacionar nas fronteiras do passado, montando guarda aos velhos preconceitos que lhe tolham a faculdade de pensar e agir. O direito sagrado de viver movimentou-a a princípio para a conquista do pão e do teto. Hoje, mais dentro da vida e com ela evoluindo, a mulher reclama direitos que as leis dos códigos não lhe deram para ocupar

---

<sup>52</sup>Segundo Congresso Feminino. DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 22 jun. 1931, p.03.

na sociedade o lugar que os costumes lhe recusam<sup>53</sup>.

A concepção de feminismo para Edwiges permanece relacionada às suas aspirações dentro e fora do lar, onde se faça consciente de sua personalidade e seus direitos, agindo sempre de maneira feminina. Segundo Dulce Chacon<sup>54</sup>, o feminismo para Edwiges, não é somente a reivindicação pela mulher de sua honra e do seu pão; é uma doutrina que reivindica certos direitos desconhecidos pelas leis e na sociedade um lugar justo e legítimo, recusado pelos costumes. Para ela, o feminismo não trabalha, como alguns acreditam, para estabelecer uma rivalidade entre os sexos; muito ao contrário, ele quer unir os esforços para uma obra comum no interesse da pátria, da família e da humanidade<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> Dulce Chacon foi aluna da feminista e educadora Edwiges de Sá na Escola Normal de Pernambuco. Desse contato resultaram admiração, laços de amizade e afinidades intelectuais, principalmente sobre o contexto da emancipação feminina na época. Ela também foi integrante da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, e, para mostrar tal amizade, Edwiges foi madrinha do único filho de Dulce Chacon, Vamireh., Ver AZEVEDO, Ferdinand. Cristãs feministas em Pernambuco 1930–1950: a atuação de Edwiges de Sá Pereira, Dulce Chacon e Nair de Andrade. *Revista de Teologia e Ciências da Religião*. V. 8, nº 2, jul./dez., 2009.

<sup>55</sup> CHACON, Dulce. Op.Cit.p. 16.

## **Considerações finais**

A partir da Primeira República, uma minoria de mulheres da elite, letradas e alfabetizadas, adquiriu o ensejo de disseminar os ideais emancipacionistas e assim travar lutas contra a hierarquia criada pelos homens, atentando para esse novo tempo, o século XX, como uma possibilidade de mudança e de maior inserção das mulheres nos espaços poder. Diante dessa repercussão na capital brasileira, foi confirmada a agitação em que se encontrava também a cidade do Recife em relação aos discursos e ações em prol dos direitos femininos. Essas mulheres persistiram na tática de se criar um espaço possível para a inserção feminina na vida pública.

Edwiges de Sá Pereira foi uma das precursoras na luta pelos direitos das mulheres na cidade do Recife, no início do século XX. Durante sua trajetória, ela se mostrou uma mulher detentora de uma instrução destacável, com importante atuação pública para a capital pernambucana, a princípio nas letras, como a primeira mulher imortal da Academia Pernambucana de Letras, usando seus poemas para retratar os problemas sociais da época, questionando a condição e a submissão feminina. Como feminista, sem dúvida, foi a principal

personalidade que instituiu a Federação Pernambucana para o Progresso Feminino, filial da Federação Nacional. Nesse momento, objetivou difundir reivindicações sobre a cidadania, o direito ao voto e o conceito de ser feminista para a época, publicando livretos e discursando em conferências. Ela se fez presente na conquista, em 1932, pelo novo Código Eleitoral Brasileiro, que concederia o direito político às mulheres, e participou da equipe que assessorou Bertha Lutz na luta pelo sufrágio feminino, na Constituição de 1934.

Edwiges, como outras militantes dos movimentos feministas, lutou por aquilo que acreditava que tornaria a situação feminina menos desigual em relação à dos homens, em direção a uma cidadania igualitária. Como aborda Rachel Soihet, mesmo que hoje as posturas dessas feministas possam ser alvo de críticas, pelo fato de não ter questionado assuntos considerados tabus, como a sexualidade feminina, o que fizeram já foi um grande avanço, pois, a partir daí, as mulheres passaram a ser pensadas como pessoas com capacidades profissionais, intelectuais e como sujeitos políticos <sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> SOIHET, Rachel. Art.Cit., 2012. p. 233, 234.

## REFERÊNCIAS

*Academia Pernambucana de Letras: sua história*. Recife: APL, 2006.

*ALMANAQUE de Pernambuco*. Recife: Escritório da Direção, 1904. Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

ARAÚJO, Maria de Lourdes de. Edwiges de Sá Pereira. In: *Mulheres do Brasil*. (Publicação da Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno). Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1971.

AZEVEDO, Ferdinand. Cristãs feministas em Pernambuco (1930–1950): a atuação de Edwiges de Sá Pereira, Dulce Chacon e Nair de Andrade. *Revista de Teologia e Ciências da Religião*. V. 8, nº 2, jul./dez., 2009.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914 – 1940)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editora, 2005.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. *Pela mulher, para a mulher: uma voz feminista no Recife dos anos 30*. Disponível em:<

<http://www.unicap.br/real/artigos/Texto6ProfZuleica.pdf>>.

Acesso em: 16 de setembro 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHACON, Dulce. *Edwiges de Sá*: escritora, acadêmica e professora. Recife: Composto e impresso na Gráfica Boa Vista, 1958.

*CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil* de 24 de março de 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)>. Acesso em: 05 de maio de 2012.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850–1940)*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

*LIVRO DE ATAS de Assembleia Geral e Sessões Extraordinárias da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino*. Acervo pessoal Edwiges de Sá Pereira, Fundação Joaquim Nabuco.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927–1931). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, p. 41-57, 2013.

PEREIRA, Edwiges de Sá. *Horas inúteis: poesias*. Recife: Composto e impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Oficial, 1960.

\_\_\_\_\_. *RELATÓRIO apresentado por Edwiges de Sá Pereira*. Professora Catedrática da Escola Normal de Pernambuco, em Comissão Oficial do Governo do Estado. Recife, 1926. Coleção Pernambucana. Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e Pós-modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, nº. 3/4, 1995, 1996.

\_\_\_\_\_. Margareth. Descobrimo Historicamente o Gênero. *Cadernos Pagu* (11), 1998a.

\_\_\_\_\_. Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino e plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998b.

\_\_\_\_\_. Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena. *São Paulo em perspectiva*, 15(3), 2001c.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1989.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Ogs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade* (biográfico e ilustrado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Maria Angélica Pedrosa de Lima. *Erva militante: Edwiges de Sá Pereira e o Movimento Feminista no Recife (1900 – 1932)*. Monografia do curso de Licenciatura em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco Recife, 2011.

SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos et. al. *Um Discurso Feminino Possível: Pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830- 1910)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

SOIHET, Rachel. A Conquista do Espaço Público. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Feminismo Tático de Bertha Lutz*. Florianópolis. Mulheres. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.



## **ENTRE RASTROS E ROSTOS:**

Presença das mulheres nas revistas recifenses no início do século XX<sup>1</sup>

Izabelle Lúcia de Oliveira Barbosa\*

### **RESUMO**

Os pontos e vírgulas das revistas tornam-se reticências quando interpretados contemporaneamente. As revistas interligavam o espaço público com o privado e permitiram a escrita feminina. No Recife, o feminismo emergiu por meio de mulheres letradas e envolvidas com a imprensa, como Edwiges de Sá Pereira, Martha de Hollanda e Heloisa Chagas. Personalidades que deixam seus rastros e rostos nos espaços públicos e no feminismo dos anos 30 do século XX.

**Palavras-chave:** Mulheres; Revistas; Feminismo.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq

\* Pesquisa desenvolvida no Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE), orientada pela prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alcileide Cabral do Nascimento, em 2013. A autora é estudante de Mestrado em História Social da Cultura Regional (UFRPE), em 2015.

**N**os labirintos da pesquisa histórica, a busca por respostas leva-nos a curvas sinuosas; muitas vezes é preciso driblar as armadilhas no caminho. A tarefa de organizar os fatos sem os fazer perder sua legitimidade, torná-los inteligíveis e respeitar os personagens de seu tempo faz-se um desafio na abordagem dos acontecimentos dentro da pesquisa histórica. De modo que tais premissas nos fazem refletir sobre em que fio da história as mulheres mergulharam no começo do século XX na cidade do Recife. Assim, realizamos o mapeamento acerca da visibilidade que tiveram algumas mulheres na sociedade recifense. Percebendo poucos estudos historiográficos sobre gênero no Recife, buscamos através deste artigo dar voz ao tema, que contribuirá para a discussão sobre as lutas dos movimentos feministas da década de 1930, como também para o debate em torno dos novos papéis sociais e políticos das mulheres e dos homens na sociedade contemporânea.

Posteriormente, identificamos os movimentos feministas no Recife, entre os anos de 1901 e 1930 e avaliamos se as mulheres que integraram tais movimentos publicaram em revistas. Observamos que no Recife há dois movimentos feministas de expressividade, a Federação Pernambucana pelo

Progresso Feminino e a Cruzada Feminista Brasileira. No primeiro, ressaltamos a atuação da poetiza Edwiges de Sá Pereira, considerada líder feminista; e, no segundo, Martha de Hollanda, fundadora da Cruzada Feminista Brasileira. De início, ficaríamos com essas duas mulheres, mas, ao perceber que Heloisa Chagas, oradora da Cruzada Feminista Brasileira, era bem ressaltada nas publicações, inserimo-la a fim de analisar suas peculiaridades. As revistas *Cri Cri*, *Revista Pernambucana*, *Polyantho*, *Revista de Pernambuco*, *Rua Nova* e *A Pihéria* são utilizadas como fonte documental por ganharem expressão nesse recorte temporal, por serem consideradas leituras sadias para as famílias e por circularem nos espaços público e privado.

Boa parte das mulheres letradas teve espaço dentro da imprensa, que se constituiu já no século XIX e ganhou expressão nas primeiras décadas do século XX. Através dos periódicos, as mulheres recifenses transgrediram, transformaram e transmitiram valores estabelecidos por uma sociedade de padrões sexistas<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos et al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830—1910)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995. p.34.

A dificuldade da abertura no campo da História para as mulheres foi, entre outros fatores, devida ao pensamento da Escola Metódica, que restringia os relatos a grandes homens e seus feitos<sup>3</sup>. Entretanto, com Marc Bloch e Lucien Febvre, a História começa a tomar novos rumos, através da Escola dos Annales, que trouxe a proposta da interdisciplinaridade e, entre outros pontos, propôs a ampliação das fontes do historiador. Durante a terceira geração dos Annales, as propostas vão além, abre-se espaço para a inserção das mulheres, tão reivindicado pelas feministas da década de 1960<sup>4</sup>. A partir de então, a Historiografia presencia a vez da História das Mentalidades, da História Cultural e, principalmente, da Nova História Cultural, com Roger Chartier, em que a busca pelo estudo da representação feminina ganha força e promove o estudo não mais sobre mulher, mas, sim, sobre as mulheres<sup>5</sup>.

O gênero é inserido nos estudos sobre a História das Mulheres por se propor a explicar os comportamentos, as

---

<sup>3</sup> SOIHET, Raquel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de gênero. In: *Revista Brasileira de História*. História e Gênero, Anpuh, vol. 27, nº. 54, 2007. p.285. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2012.

<sup>4</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929–1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. 2ª. ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 90.

<sup>5</sup> SOIHET, Raquel; Pedro, Joana Maria. Op. cit, p. 285.

relações sociais entre “[...] homens-mulheres, homens-homens e mulheres-mulheres”<sup>6</sup>, caracterizando que essas relações pesam de forma excludente sobre as mulheres. Segundo Joan Scott, de início o termo *gênero* foi utilizado pelas feministas, que acreditavam na centralidade dos estudos femininos nas mulheres; assim, utilizavam a palavra *gênero* para introduzir uma noção relacional no vocabulário analítico. Em outros momentos fora proposto por aquelas feministas defensoras da transformação em cada disciplina com a inserção da pesquisa sobre mulheres. De modo que, imersa nesse debate, Scott defende o dever de propor não uma nova História das Mulheres, e sim uma Nova História, e o modo de inclusão dessas mulheres nesse cenário dependeria de como eram vistas e do desenvolvimento do gênero como categoria de análise. A proposta é que essa categoria de análise seja uma categoria transversal. Portanto, para Scott, “O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de

---

<sup>6</sup> CAMURÇA, Silva; GOUVEIA, Taciana. *O que é gênero*. Recife: SOS corpo – Instituto Feminista para a Democracia. *Cadernos SOS Corpo*, v. 1. 2004. p. 11– 14.

significar as relações de poder”<sup>7</sup>. Sendo assim, é uma construção social e varia nas diversas sociedades.

Nas relações sociais as atuações das mulheres estavam bem restritas ao espaço privado. Segundo Michelle Perrot:

A distinção entre o público e o privado é, ao mesmo tempo, uma forma de governabilidade e de racionalização da sociedade do século XIX. Em linhas gerais, as esferas são pensadas como equivalentes dos sexos, e jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e pela casa<sup>8</sup>.

Margareth Rago afirma que as posições binárias foram construídas pelos homens e deram origem a pensamentos que desqualificam as dimensões consideradas femininas, como os gestos, as palavras, as práticas e os atos. A epistemologia

---

<sup>7</sup> SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991. p. 14.

<sup>8</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.p. 465.

feminista vem justamente para quebrar com tais conceitos, percebendo que as práticas realizadas pelas mulheres não condizem com os relatos de uma ciência restrita por tempos aos homens<sup>9</sup>. Ressalta ainda que a grande conquista feminina e feminista no chamado *século das mulheres*, o XX, foi o direito à existência<sup>10</sup>. Assim, a perspectiva da crítica feminista busca combater uma ciência particularista, ideológica, racista e sexista<sup>11</sup>. Essas divisões — sexo masculino “forte” e feminino “frágil” — foram estabelecidas há tempos e teve sua fidelização com o patriarcado, em que as relações eram baseadas na desigualdade entre homens e mulheres, constituindo-se de um conjunto de valores que foram se estabelecendo e determinando lugares sociais e de poder<sup>12</sup>. Para Joan Scott<sup>13</sup>, tal pensamento tem por objetivo a reificação sexual da mulher, ou seja, condicionar a mulher à relação de submissão baseando-se em argumentos biológicos.

---

<sup>9</sup>RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 36.

<sup>10</sup> Idem, p. 34.

<sup>11</sup> Idem, p.04.

<sup>12</sup> SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 53–62.

<sup>13</sup> SCOTT, Joan. Op. Cit., p. 07.

## As revistas e o entrelaçamento do público com o privado

O Recife brota nesse cenário imerso em profundo debate político — a Campanha Salvacionista, em 1911, depôs o Conselheiro Rosa e Silva em favor de Dantas Barreto<sup>14</sup> e promoveu intenso debate, envolvendo literatos, intelectuais, a população e a imprensa. A cidade passa por transformações políticas, inspira-se no estilo europeu e busca valores franceses; projetistas, arquitetos e engenheiros são amparados pelas autoridades competentes, a fim de melhorar a parte urbanística da cidade<sup>15</sup>. Como destacamos no trecho seguinte:

Recife, hoje, é uma cidade que se presa, que tem hábitos civilizados, que se rebica e que já sabe dizer asneiras galantes aos que a requestam... Recife tem cinemas, teatros, automóveis, aviões, rádio-phones, cafés, casas de chá. Almofadinhas, melindrosas,

---

<sup>14</sup>ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998, p. 150–218.

<sup>15</sup> RESENDE, Antônio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005, p. 77–90.

coronéis, padres de *chic, nouveaux riches...*  
Recife é uma cidade civilizada<sup>16</sup>.

Aliado a isso uma diversidade de estudiosos, como Joaquim Cardoso, Manuel Bandeira, Mário Sette, Gilberto Freyre, sente-se cada um a seu modo, motivados a escrever sobre essa cidade<sup>17</sup>.

De fato, os autores pernambucanos que entraram no Recife do início do século XX foram dominados por um forte sentimentalismo que transformou a arte numa tarefa de recuperação do passado, levando-os a ensaiarem, pelas letras, movimentos de retorno e reconquista do que julgavam, e, sobretudo, sentiam perdido. O cenário de sua atuação e o centro sobre o qual eles projetaram essa busca intensa era a cidade do Recife<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup>OUTRO, João. *A Pihéria*. Recife, ano V, nº 181, 1925, p.15.

<sup>17</sup>ARRAIS, Raimundo. *A capital da Saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo*. Recife: Bagaço, 2006, p. 5–19.

<sup>18</sup> Idem, p. 35.

No Manifesto Regionalista de 1930, Gilberto Freyre mostrava-se numa posição crítica em relação às realidades e desigualdades sociais do País e da região. Ao abordar sobre a moderna sociedade brasileira, crítica a decadência da tradição nas atividades femininas, afirmando que:

As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional e regional. Já não têm gosto nem tempo para ler os velhos livros de receitas de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missas, são os livros de receitas de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs, e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. 7. ed. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1926. p. 08.

Devido a esse e outros discursos da época, a mulher que tentava alcançar seu espaço no público se deparava com a falta de oportunidade. Julgamentos eram efetuados em nome da sociedade republicana e burguesa. Entretanto, alguns espaços permitiram que homens e mulheres se organizassem em sindicatos e associações. Apesar de essas mulheres serem acusadas de estarem roubando os espaços de trabalho masculino e de serem estimuladas a voltar aos cuidados do lar, uma parte considerável delas foi ao encontro das pressões sociais, continuaram a lutar e promoveram profundas mudanças no cotidiano e no ordenamento das cidades. Como descreve Margareth Rago:

As novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do País solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, nos acontecimentos da vida social, nos teatros, nos cafés e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. p. 62.

Percebemos que, enquanto as mulheres das classes populares eram introduzidas no mercado de trabalho, submetendo-se, na maioria das vezes, às explorações de trabalho nas fábricas, lojas, casas das famílias ricas, as mulheres das elites, cada vez mais, eram motivadas a estudar. Nas primeiras décadas do século XX, encontram-se escolas destinadas à educação das mulheres, principalmente as escolas normais, ou de magistério. As mulheres, além de concluírem seus estudos nas escolas normais, também iam complementar seus estudos nas universidades fora do País, especialmente nos Estados Unidos e na França, onde tiveram contato com diversos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas<sup>21</sup>. Mulheres que ao regressarem ao Brasil se deparavam com as contradições desses tempos modernos, tendo dificuldades para ocuparem os espaços de deliberação do poder.

Essas mudanças, aliadas ao crescimento rápido de cidades como o Rio de Janeiro, como a maior cidade e a capital

---

<sup>21</sup> HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher e do Brasil, 1850–1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2003. p.73–83.

econômica, política e cultural do País<sup>22</sup>, excitavam a elite brasileira a modernizar o Brasil e se espelhar cada vez mais nos moldes europeus. Assim, o Brasil recém-republicano torna-se um espetáculo de agitação e fervor. No cotidiano das diversas cidades, a ideia de mudança movia a curiosidade. Por vezes o conceito de *república* era mal interpretado pela população leiga ou absorvido de forma seletiva por aqueles que tinham acesso aos livros ou conheciam países com essa forma de governo. As ideias de liberalismo, positivismo, socialismo e anarquismo misturavam-se e combinavam-se das formas mais diversas nas falas das pessoas. Provocando, assim, debates de cunho ideológico. José Murilo de Carvalho defende que, apesar de tudo ser muito louco, havia de certo modo uma lógica nessa loucura no que concerne à questão das cidadanias. Cidadania essa que, até fins do século XX, considerava as mulheres cidadãs inativas, vetando-lhes o direito de votar e de serem votadas<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 16.

<sup>23</sup>O autor descreve dois tipos de cidadania: os cidadãos ativos, possuidores de direitos civis e políticos; e os cidadãos inativos, ou simples detentores dos direitos civis da cidadania—nestes estavam incluídas as mulheres. Em: CARVALHO, José Murilo de. Op.Cit.,p. 42–44. O voto feminino foi

Nesse panorama a imprensa periódica ganhou espaço no Brasil, e movimentações foram realizadas com o aprimoramento tecnológico. As revistas alcançaram o patamar compatível com os tempos modernos. Logo que começaram a circular, conseguiram popularidade; isso se deve em parte à presença da propaganda, ao incrementado das possibilidades comerciais, à permissão de uma leitura descontínua e à possibilidade de se colecionar os exemplares. Configuraram o ritmo cultural de seu tempo, de seus projetos, de suas utopias; vieram para falar do universo das camadas médias e da elite, de seus costumes e anseios, o que conferia às revistas um ar de leitura sadia e própria para as famílias<sup>24</sup>. Os ares da presença feminina na imprensa pernambucana se fez expressar de modo velado e ao mesmo tempo fervoroso, como aborda Maria Luiza Moraes:

---

inserido oficialmente na constituição de 1934, antes disso Getúlio Vargas lança o Decreto-lei nº. 21.076 de fevereiro de 1932, que estabeleceu o sufrágio universal e secreto, concedendo à mulher o direito de votar e ser votada. No entanto, algumas mulheres, baseadas na justificativa de que não estava explícita a não concessão na constituição de 1891, solicitaram o alistamento eleitoral, e muitas foram vitoriosas. Em: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.15–16.

<sup>24</sup> FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, Mães e Médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 25–26.

As pioneiras da imprensa em Pernambuco são uma referência em habilidade e perseverança na conquista paciente e firme dos espaços. Elas vão chegando devagar. Poucas tiveram uma produção expressiva, mas incontáveis as que se fizeram presentes. Uma carta, um soneto, uma crônica, um desabafo, uma palavra solidária, marcaram a entrada das mulheres no jornalismo pernambucano<sup>25</sup>.

Nos “instantaneos” da revista *Cri Cri*, encontramos figuras femininas que circulavam pela cidade do Recife; mulheres da alta classe, normalmente acompanhadas. Na terceira edição, a revista *Cri Cri*<sup>26</sup>, afirma que irá alterar seus

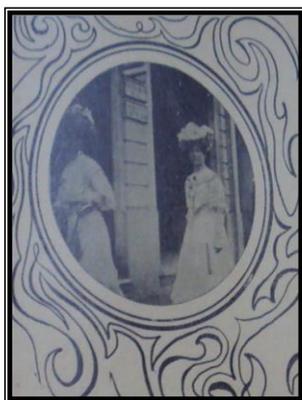
---

<sup>25</sup> MORAIS, Maria Luíza Nóbrega. Presença feminina no jornalismo pernambucano: dos primórdios à regulamentação profissional. *GT de Jornalismo no V Congresso Nacional de História da Mídia*, Facasper e Ciee, São Paulo, 2007. p. 03. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0156-1.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

<sup>26</sup> A revista *Cri Cri* funcionava como um semanário humorístico e noticioso, foi lançada na primeira quinzena de agosto de 1908. O corpo redacional era composto por diversos pseudônimos, como o de Túllius (José Campelo), Rastignac (Teotônio Freire Filho), Petrônio (Valfrido de Almeida), René (Renato Faelante da Câmara), Altamir (Francisco Pessoa de Queiroz), Til (Osvaldo de Almeida) e Hircio, cujo nome não foi ainda identificado. A revista afirma se dirigir à sociedade para alegrar, trazendo um humor delicado e respeitador dos pudores. Reporta-se ao público feminino informando que não serão esquecidas na revista *Cri Cri*. NASCIMENTO, Luiz. *História da Imprensa de Pernambuco (1821–1954)*. VII. Periódicos do Recife (1901–1915) e VIII (1916–1930). Recife: Universitária, 1975. p. 231.

“instantaneos” por estarem completando um ano de circulação, e na quarta edição aparece de modo mais incrementado trazendo a frase *O Recife de relance* com a personalidade *Edwiges de Sá Pereira*<sup>27</sup>.

### Imagem n° 1



Fonte: Madame Nanette e Edwiges de Sá Pereira. Em passeio pelas ruas do Recife, a revista não especifica em qual. Revista *Cri Cri*, ano I, n°. IV, 1908, p.08.

Edwiges de Sá Pereira é pernambucana, nascida em Barreiros. Tornou-se poetisa reconhecida nacionalmente ainda jovem, progrediu com diversas publicações de suas poesias nos jornais e nas revistas circulados no Recife, no Brasil e na Suécia. Com o tempo passa a ser presidente da Associação das

Damas de Beneficência; integrante do Comitê Feminino da Maternidade do Recife; membro da Academia Pernambucana de Letras, ocupando a cadeira número sete; sócia do Instituto de Ciências e Letras da Associação Pernambucana de Imprensa; professora da Escola Normal do Recife; e fundadora e presidente da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF), que era filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). A publicação de Edwiges nos *instantaneos* aponta para a sua posição social; somente as pessoas de prestígio eram ressaltadas nesse espaço<sup>28</sup>. Já a *Revista Pernambucana*<sup>29</sup> apresenta Edwiges de Sá Pereira como colaboradora, sua presença é marcada através da publicação dos poemas: *Verso e Reverso, O Rio, Olhar Celeste e A Primeira Ilusão*.

---

<sup>28</sup>*Cri Cri*, Recife, n.º. IV, 1908. p.08.

<sup>29</sup>A *Revista Pernambucana* teve publicação quinzenal, seu recorte temporal fica entre os anos 1902 e 1904. O primeiro exemplar é publicado no dia 15 de novembro de 1902. Seus redatores são: Teotônio Freire, Clóvis Bevilaqua, Dr. Carlos Porto Carreiro, Artur Orlando, Augusto de Oliveira, Heliodoro Balbi, Ernesto de Paula Santos, Artur Bahia, Eugênio de Sá Pereira (também usou o pseudônimo Paulo Mateus), Domicio Rangel, Caitano de Andrade, Manoel Duarte, Mendes Martins, Julio Barjona, Bruno Barbosa, José G. de Matos e Silva, Luiz Tavares de Lira<sup>29</sup> e a única figura feminina, Edwiges de Sá Pereira. Ver em NASCIMENTO, Luiz. Op. Cit., p. 86.

Apesar de não levantar maiores discussões sobre a presença de Edwiges, a *Revista Pernambucana* ressalta o desenvolvimento da poetisa:

A redação da *Revista Pernambucana*, composta de rapazes que sabem dar o devido apreço ao que emana de inteligentes como o de D. Edwiges, junta, aos do Dr. Edgar Moniz, os que, entre as pessoas poetisas, ocupa a maviosa Pernambucana<sup>30</sup>.

Maria Luiza Nóbrega Moraes reflete que, durante o século XX, a mulher passa a ter atuação marcante na imprensa pernambucana. De início essa relação floresceu intimamente associada à literatura, mas, com o avanço as publicações, passam a compor variados assuntos<sup>31</sup>. A participação das mulheres nos periódicos com seus escritos poéticos e românticos abre espaço para que escrevam sobre os limites de atuação políticos e sociais.

---

<sup>30</sup> Edwiges de Sá Pereira. *Revista Pernambucana*, Recife, ano I, nº V, 1903, p.67.

<sup>31</sup> MORAIS. Maria Luíza Nóbrega. Presença feminina no jornalismo pernambucano. Art. cit.

A revista *Polyantho*<sup>32</sup> insere poemas de Edwiges de Sá Pereira, *Ausentes*; e de outras poetisas, como Umbelinda Bandeira, *Coração que sofre*, e de Celina Feijó, *Última Página*, esta inclusive dedica um texto a Edwiges falando das características notáveis de sua amiga, do desempenho profissional, mas não toca em questões emancipacionistas, pois assume características feministas oficialmente a partir de 1931, com a criação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino<sup>33</sup>. A matéria de título *Edwiges de Sá Pereira* destacada acima foi escrita por Celina Viana, que posteriormente integra a Federação pelo Progresso feminino juntamente com Edwiges de Sá Pereira.

---

<sup>32</sup> Assume feição de revista a partir do n. I, ano III, de Janeiro de 1907. Foram seus colaboradores, além do grupo da redação: Teotônio Freire Filho, Marcelino dos Santos, Paulo Eleutério, Leônidas Sá, João C. M. Cabral, Raul Caluete, Eustorgio Vanderlei, Caitano Galhardo, Tenório de Cerqueira, Carlos Vital, Durval César, Laiete Lemos, Manuel Aragão, Renato Faelante, Rodovalho Neves, Edwiges de Sá Pereira, Fábio Silva, Domingos Magarinos, Pinto Ribeiro, J. Times Pereira, etc. NASCIMENTO, Luiz. Op.Cit., p. 86.

<sup>33</sup> SILVA, Maria Angélica Pedrosa de Lima. *Erva militante: Edwiges de Sá Pereira e o Movimento Feminista no Recife (1900 – 1932)*. Monografia do Curso de Licenciatura em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco Recife, 2011.

## Imagem nº 02



Fonte: Primeira Página do Polyantho contendo o retrato de Edwiges de Sá Pereira. Polyantho. Recife, ano III, nº. 11–12, 1907. p.04.

Há outra vertente do feminismo em Pernambuco, a Cruzada Feminista Brasileira, liderada pelas escritoras Marta de Hollanda e Heloisa Chagas. Segundo Alcileide Cabral do Nascimento, Martha de Hollanda criou, em 31 de maio de 1931, a Cruzada Feminista em reunião na sua casa, com a presença de mulheres que compunham a intelectualidade pernambucana. A diretoria ficou com a presidente, Martha Hollanda, sendo Heloisa Chagas oradora. Nem Martha de Hollanda aceitou o convite para participar da Federação Pernambucana criada por Edwiges, e tudo indica que Edwiges

de Sá declinou do convite de ser presidente de honra da Cruzada Feminista<sup>34</sup>.

Heloisa Chagas publicou diversos poemas na revista *A Pilhéria*<sup>35</sup>, *Rua Nova*<sup>36</sup> e *Revista de Pernambuco*<sup>37</sup>. Já Martha

---

<sup>34</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Por uma igualdade emancipadora da mulher: Edwiges de Sá e Martha de Hollanda, feministas em luta pela cidadania política em Pernambuco dos anos de 1930. *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh*. Rio de Janeiro, 2012, p. 04. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338465467\\_ARQUIVO\\_Textofinal-Porumaigualdadeemancipadoradamulher.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338465467_ARQUIVO_Textofinal-Porumaigualdadeemancipadoradamulher.pdf). Acesso em: 12 de agosto de 2012.

<sup>35</sup>A revista *A Pilhéria* entrou em circulação no dia 3 de setembro de 1902, contando com a colaboração de Mário Sette, Heloisa Chagas, Evangelina Maia Cavalcanti e Rachel de Queiroz. *A Pilhéria* é considerada a revista mais antiga do Norte do Brasil, seu caminho foi trilhado através da divulgação literária, mundana e noticiosa, com boa média de páginas e teve como madrinha a escritora Ida Souto Uchoa, cujas crônicas recebiam destaque. Além disso, contava com diversos pseudônimos masculinos e femininos, em que se destacam Lenita (Beatriz Ferreira) e Maria Helena (Evangelina Peixoto da Silva). Após diversos percursos, a revista, que prometera um humor respeitador dos pudores da vida privada, termina de circular em 1932. Ver: NASCIMENTO, Luiz. Op.Cit., p.120.

<sup>36</sup>A revista *Rua Nova*, surge como continuação da revista *O Fogo*. Seu primeiro número circulou dia 7 de maio de 1924 e não hesitou em prosseguir com a numeração da antiga revista. Possuía diversos anúncios, matérias mundanas, variedades, páginas femininas e assuntos do cotidiano da cidade. Formou um corpo redacional, entre eles algumas mulheres se fizeram colaboradoras, como: Cecília Meireles, Virgínia Vitorino (poetisa portuguesa), Heloisa Chagas, Maria Sabina de Albuquerque, Josefa Pereira de Lira Cavalcanti. Sua circulação perdura até 1926. Ver: NASCIMENTO, Luiz. Op. Cit. p. 177.

<sup>37</sup>A *Revista de Pernambuco* foi elaborada pelo corpo redacional do *Diário do Estado*. Seus conteúdos abrangiam: ciência, arte, política e indústria, apresentando grande acervo fotográfico das obras realizadas em

de Hollanda, publica na *Pilhéria* um trecho de seu livro *Delírio do Nada*. Neste, abre para a sociedade sua sensibilidade e sensualidade em tons fortes para época. Além disso, é considerada a primeira eleitora pernambucana<sup>38</sup>, sendo natural de Vitória de Santo Antão, Pernambuco. A seguir destacamos uma parte do seu poema publicado na revista *APilhéria*,

### **Martha de Hollanda do Delírio do Nada**

Meu amor, o teu amor destrói o oxigênio de meu sangue deixando-o todo venoso; suspende a circulação de minhas artérias, onde só se ouve o rumor das veias cavas de minha exaltação; solidifica os glóbulos vermelhos para a dança rubente da fotossíntese; rasga na membrana escamada do desejo; preside a comunicação, ininterrupta das minhas aurículas com teus ventrículos e dos teus ventrículos com as minhas aurículas. O teu amor emaranha as ramificações arteriais de minhas fibras, fazendo coágulos quentes afluírem a flor da pele! O teu amor é a Sodoma iluminada dos meus nervos e a Jerusalém libertadora

---

Pernambuco. Apesar de altamente política, não deixou de lado os assuntos do cotidiano e literário. Na mesma revista pode-se observar a presença de Heloisa Chagas como colaboradora. Ver: NASCIMENTO, Luiz. Op. Cit, p.184.

<sup>38</sup>INOJOSA, Cristina. *Martha de Hollanda: feminismo e feminilidade*. Recife: Assessoria Editorial do Nordeste, 1984. p. 27.

de minha alma! O teu amor é a bíblia profana de onde tiro os capítulos do meu pensamento! O teu amor é a serenata da de minha carne... A “verônica”, de luz, das minhas noites... A amálgama de pecados e benções da minha consciência<sup>39</sup>.

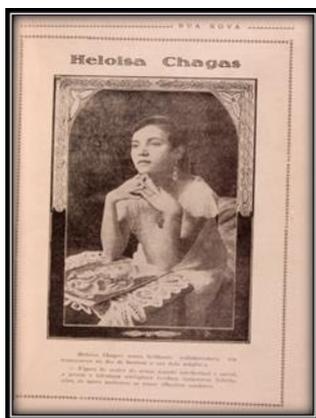
Nota-se no poema uma escrita bem científica, em que as sensações são estreitamente medidas e o embate entre o religioso e o profano se faz presente. O texto provoca as sensações femininas e mostra nas entrelinhas as tentativas de se entregar aos prazeres da carne e, ao mesmo tempo, a redenção pela utilização de termos religiosos. Para além do prestígio assumido por Edwiges de Sá e Martha de Hollanda, a jovem Heloisa Chagas torna-se colaboradora constante em periódicos, assim como as outras poetisas e feministas citadas. Abaixo a imagem em homenagem ao seu aniversário. Observa-se no tom imponente da escritora um reflexo do tamanho de sua expressividade na sociedade pernambucana. Heloisa Chagas é

---

<sup>39</sup>Martha de Hollanda do Delírio do Nada. *A Pilléria*. Recife, ano X, nº 430, 1930. p. 21.

retrata pela revista *Rua Nova*, como brilhante colaboradora, figura de realce do mundo intelectual e social.

### Imagem nº 3



Fonte: Fotografia em preto e branco de Heloisa Chagas na data de seu aniversário. RUA NOVA: Recife, 1926, ano II, nº 68, p.11. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Apesar do espaço restrito dentro das revistas, diferentemente do espaço que essas mulheres alcançaram nos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Notícia*, como aponta o estudo realizado por Alcileide Cabral do Nascimento<sup>40</sup>, essas mulheres não hesitavam em marcar presença em pequenos espaços; publicar seus poemas já era significativo. Observa-se

---

<sup>40</sup> NASCIMENTO, Alcileide. Por uma igualdade emancipadora da mulher. Art. cit.

que Edwiges de Sá Pereira tem presença constante nas revistas dos anos iniciais do século XX, como as revistas *Cri Cri*, *Revista Pernambucana* e *Polyantho*. Entretanto, quando se insere como feminista e funda a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, seu espaço na imprensa passa a ser menor; volta-se para publicação de livretos, folhetos; participa de eventos ligados à Federação; discursa nas rádios; e coordena ações beneficentes.

Já Martha de Hollanda aparece na revista *A Pilhéria*, chegando a publicar o livro *Delírio do Nada*. Heloisa Chagas mostra-se nas revistas *A Pilhéria*, *Revista de Pernambuco* e *Rua Nova*, no início do século XX, publicando seus poemas e recebendo homenagens. A presença das mulheres na imprensa pode ser justificada pelo aumento das ações reivindicatórias dos movimentos emancipacionistas, em que a pretensão de adentrar no privado fazia-se necessária, e as revistas possibilitavam isso — elas funcionavam como um elo entre o público e o privado. Essas e outras mulheres contribuíram para inserção das mulheres nos espaços de poder. A Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino era mais ligada à questão do voto, do trabalho, da manutenção do lar, num movimento feminista liberal e comportado. Já a Cruzada

Feminista Brasileira desejava o alcance da liberdade das mulheres, da educação, de um “[...] feminismo superior e sadio”, nas palavras de Martha de Hollanda<sup>41</sup>. Ambos os movimentos nascem paralelamente composto por mulheres letradas, entretanto com viés político diferente sobre as questões feministas.

O intuito de examinar os rastros e rostos dessas mulheres é devido ao fato de que os estudos sobre a mulher tinham como foco a análise da exclusão dentro dos relatos históricos, devido às dificuldades em se falar da mulher em uma história relatada por homens. Na contemporaneidade, porém, confere não somente o estudo da exclusão, mas também da busca pela legitimidade de toda a luta das mulheres, que ainda hoje continuam a enfrentar as exclusões sociais. Permite compreender que a luta das feministas Edwiges de Sá Pereira e Martha de Hollanda contribuíram para a emancipação das mulheres nos mais diversos níveis sociais e políticos.

A luta das mulheres da primeira metade do século XX “aos olhos de hoje” pode parecer pequena, insipiente. Mas foram esses poucos passos, em matérias isoladas, e poemas

---

<sup>41</sup> Cruzada Feminista. *Jornal Pequeno*, nº 371, ano: XXXIV, Recife, 31 julho de 1931, p. 01.

assinados por pseudônimos que traçaram caminhos e fizeram com que as mulheres formassem grupos e reivindicassem cada uma ao seu modo a condição de igualdade perante o homem. Lutaram, conquistaram e marcaram seus espaços na sociedade pernambucana. Mulheres que pouco se veem referenciadas em nomes de praças, ruas, avenidas, escolas. Mulheres que ficaram nos silêncios dos porões dos excluídos. A História abre possibilidade para que a trajetória dessas mulheres, assim como a de outras, seja conhecida. Os rastros e rostos das bandeiras feministas atualmente são outros, vive-se outros tempos, tenta-se romper outros paradigmas. Mas o que move a luta continua a ser a quebra das relações desiguais de gênero. Nas palavras de Cristina Inojosa, que faço minhas, esse sentimento se faz valer:

Quem lutou, ontem, nesse sentido, desbravou os caminhos do agora e ajudou a amenizar a aspereza da caminhada. Essas mulheres renunciaram os esquemas exclusivos de domesticidade, repressores, diga-se, mas tentadores, à medida que ofereciam mais serenidade numa alienação de vida. A elas devemos a grande conquista dos nossos espaços vitais<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> INOJOSA, Cristina. *Martha de Hollanda: feminismo e feminilidade*. Recife: Assessoria Editorial do Nordeste, 1984. p. 31.

## REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo*. Recife: Bagaço, 2006.

\_\_\_\_\_. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929–1989: A revolução francesa da Historiografia*. 2ª. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

CAMURÇA, Silva; GOUVEIA, Taciana. *O que é gênero*. SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Recife: Cadernos SOS Corpo, v.1, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

*Cri Cri*. Recife, 1908. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

INOJOSA, Cristina. *Martha de Hollanda: feminismo e feminilidade*. Recife: Assessoria Editorial do Nordeste, 1984.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. 7. ed. Fundaj. Recife: Editora Massangana, 1996, p. 47–75.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher e do Brasil, 1850–1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2003.

MORAIS, Maria Luíza Nóbrega. Presença feminina no jornalismo pernambucano: dos primórdios à regulamentação profissional. *GT de Jornalismo no V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo: Facasper e Ciee, 2007, p. 1–18. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/5o-encontro-2007-1/Presenca%20feminina%20no%20jornalismo%20pernambucano%20dos%20primordios%20a%20regulamentacao.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

NASCIMENTO, Alcileide. Por uma igualdade emancipadora da mulher: Edwiges de Sá e Martha de Hollanda, feministas em luta pela cidadania política em Pernambuco dos anos de 1930. *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh*. Rio de Janeiro: 2012. p. 04. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338465467\\_ARQUIVO\\_Textofinal-Porumaigualdadeemancipadoradamulher.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338465467_ARQUIVO_Textofinal-Porumaigualdadeemancipadoradamulher.pdf). Acesso em: 12 de agosto de 2012.

NASCIMENTO, Luiz. *História da Imprensa de Pernambuco* (1821–1954). VII. Periódicos do Recife (1901–1915) e VIII (1916–1930). Recife: Editora Universitária, 1975.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. São Paulo: Edusc, 2005.

*A Pilhéria*. Recife. 1923–1925. Acervo Fundação Joaquim Nabuco – PE.

*A Pilhéria*. Recife, 1926–1930. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

*Polyantho*. Recife, (1906–1907). Acervo Fundação Joaquim Nabuco – PE.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. Epistemologia feminista, gênero e História. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 1–11.

RESENDE, Antônio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005.

*Revista de Pernambuco*, Recife, (1924–1926). Acervo Disponível na Fundação Joaquim Nabuco–PE.

*Revista Pernambucana*, Recife, (1902–1904). Acervo Disponível na Fundação Joaquim Nabuco–PE.

*Rua Nova*, Recife, (1924–1926). Acervo Fundação Joaquim Nabuco–PE.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.

SILVA, Maria Angélica Pedrosa de Lima. *Erva militante: Edwiges de Sá Pereira e o Movimento Feminista no Recife (1900–1932)*. (Monografia). Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, 2011.

SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos. *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830–1910)*. Recife: Universitária da UFPE, 1995.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: *Revista Brasileira e História*. História e Gênero. v. 27, n°. 54, 2007, p. 284–285. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>. Acesso: 10 de julho de 2012.



## LÁBIOS RUBROS:

### Melindrosas, corpo e cultura da beleza no Recife dos anos 1920<sup>1</sup>

Alexandre Vieira da Silva Melo\*

#### RESUMO

Este trabalho historiciza a construção das novas formas de sociabilidades, práticas e a resignificação do corpo feminino na década de 1920, na cidade do Recife, por meio de revistas, embasados nos pressupostos da História Cultural e dando relevância aos estudos de gênero. Entendemos os anos 1920 como período marcado pela explosão de publicações dos mais variados segmentos no universo das principais capitais do País. Os *tempos eufóricos* produziram, nas páginas dos periódicos, fragmentos que auxiliam os pesquisadores atuais na tarefa de reconstrução da memória sociocultural das cidades e de seus habitantes. Por meio da análise de *A Pilhéria*, pôde-se concluir que, no Recife e em alhures, o corpo feminino sofreu ressignificações, alterando-se nesse percurso as noções de masculinidade e feminilidade, além de que *o estar na moda* revelava o desejo de ascensão social de homens e mulheres. Por meio da análise da melindrosa, observamos como o corpo tornou-se também o *locus* da rebeldia, configurando-se em uma nova linguagem de resistência e enfrentamento às antigas práticas sociais.

**Palavras-chave:** Melindrosas; Cidade do Recife; Sociabilidades; Corpo.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq

\* Pesquisa desenvolvida no Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE), orientada pela prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alcileide Cabral do Nascimento, em 2012. O autor é Mestre em História Social da Cultura Regional (UFRPE), em 2015.

**O** corpo é complexo por natureza.

Pensamos os corpos como produtos sociais, culturais e históricos que carregam consigo representações moldadas por determinados grupos formadores de opinião. Os corpos são, em si, um processo que a “[...] nossa sociedade fragmentou e recompôs, regulando seus usos, normas e funções”<sup>2</sup>. É ele uma forma de conhecimento interminável por onde perpassam diversas bases culturais que (re)definem e transformam os indivíduos. “O corpo é uma palavra polissêmica, uma realidade multifacetada e, sobretudo, um objeto histórico”<sup>3</sup>; cada sociedade produz o(s) seu(s) corpo(s) e sua língua, ambos submetidos à gestão social. Obviamente, ele não está pronto e constituído perpetuamente. Ao analisá-lo, devemos problematizá-lo, observando os motivos que levaram à sua construção, representação e apresentação à sociedade, tal como é, e questionando “[...] os gestos e as atitudes que ontem e hoje nos parecem familiares ou não [...], pois o corpo é, ele próprio, um processo”<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> PRIORE, Mary Del. *Corpo a corpo com a mulher*: Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.p. 9.

<sup>3</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi (Org.) *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 12.

<sup>4</sup> *Ibidem*

Evidentemente, a sociedade recifense dos anos 1920 também produziu novos corpos aos seus habitantes. Dessa forma, propomo-nos a refletir um pouco sobre os corpos de seres graciosos – e emblemáticos – que foram incansavelmente representados nas páginas das revistas em diversas capitais do País – inclusive no Recife – as chamadas *melindrosas*. Essa personagem simbolizou uma época, por meio da forma de se apresentar e de ser apresentada, em que a quebra da configuração tradicional dos gêneros e a desnaturalização das posturas de homem e de mulher polemizaram as opiniões dos mais conservadores. Mesmo já havendo sido visitadas em outras pesquisas, é bastante pertinente mais um olhar sobre essas meninas. Pensamos que é impossível observar os corpos de uma única vez e de forma definitiva, pois seu conhecimento é interminável e suas transformações percorrem por diversas bases culturais e por incontáveis lugares sociais que os transformam. Dessa forma, elencamos e analisamos algumas das características marcantes das *melindrosas*.

Ver mulheres desbravando as ruas não é nenhuma novidade, característico dos meios urbanos. Entretanto, nos primeiros anos do século XX, no Recife, essa ascendente presença feminina nas ruas foi encarada com estranheza por

alguns cronistas. Exemplificamos aqui com um trecho do que escreveu Mário Sette:

“[...] naquela época recuada, bem raras as senhoras que iam fazer compras. O lar ainda tinha um tanto de clausura, e nem tudo ficava bonito para “uma mulher direita”. O andar de loja em loja era uma dessas ações que não lhe “assentavam”. E, quando o faziam, prescindiam do marido, do pai ou de uma parenta já velha”<sup>5</sup>.

Segundo Sette, as mulheres “descentes” não percorriam as ruas, e, sim, dedicavam-se aos afazeres domésticos, cuidavam dos filhos e do esposo, tocavam piano e faziam crochê. Sabemos que, até o século XIX, o Brasil era um país fortemente marcado pela economia rural, por grandes latifundiários, que detinham o poder em suas mãos. Esses patriarcas exerciam autoridade sobre famílias inteiras e agregados, e estes, em troca de proteção e segurança econômica, retribuía-lhe com fidelidade, obediência e prestação de serviços. Era uma relação de parentesco e clientelismo. As mulheres casavam-se cedo, ainda na adolescência, tinham algumas responsabilidades e, mesmo que

---

<sup>5</sup> SETTE, Mário. *Maxambombas e Maracatus*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. p. 28 - 29.

em alguns casos tivessem um pouco de influência, predominava a submissão delas para com o marido e seus pais.

A instalação de fábricas e de serviços, a expansão do comércio, a implantação e as melhorias de infraestrutura nas cidades fortaleceram-se no País, a partir de fins do século XIX, provocando, segundo Susan Besse, o gradativo fim do patriarcado<sup>6</sup>. A política de exportação e o iminente fim do escravismo no Brasil desencadearam um acúmulo de capital que foi investido em vários ramos da economia urbana, provocando maior demanda de mão de obra assalariada. Além disso, imigrantes engrossavam as cidades emergentes, que modernizavam sua infraestrutura e expandiam o seu mercado interno. O *boom* da industrialização e modernização das cidades gerou cada vez mais movimentados centros urbanos.

Além disso, a Abolição da Escravatura, em 1888; e a Proclamação da República, em 1889, sinalizavam a iminente decadência do sistema tradicional oligárquico rural, que sangraria aos poucos até definhir. Intensificam-se as importações e exportações e, neste momento, as camadas médias urbanas abrem espaço na política e nas atividades

---

<sup>6</sup> BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 15.

econômicas da cidade. O processo, segundo Besse, deu início ao declínio das práticas patriarcais. Indivíduos que outrora estiveram sob as asas dos fazendeiros, obtendo mais oportunidades fora do meio rural, podiam seguir a vida em carreiras urbanas, afrouxando um pouco mais as amarras de dependência financeira de seus patriarcas.

Enquanto outras regiões do País fortaleciam-se por conta da cafeicultura, o crescimento da população no Recife se deu, em partes, pela migração das elites decaídas advindas da zona açucareira em direção à cidade. Gadiel Perruci observa:

Na verdade, o desenvolvimento da zona do café atrai uma grande massa da população das outras regiões do Brasil. Entretanto, desde essa época [1900], a região do Recife é destino para as migrações rurais provocadas pela desorganização da economia da Zona da Mata, o fechamento de velhos engenhos e a instalação das primeiras usinas<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> PERRUCI, Gadiel. *A Cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria*. ANAIS do VII Simpósio Nacional dos professores Universitários de História – Anpuh: Belo Horizonte, 1973. p.

Alguns donos de engenho venderam ou lotearam suas terras e vieram ocupar sítios em freguesias recifenses. Levas de famílias campestres, “expulsas” da Zona da Mata, chegaram à cidade. Esses migrantes formariam os mocambos próximos ao centro insalubre da cidade. Com o crescimento urbano, tornou-se mais que necessária a implementação de obras públicas para higienizar a cidade, e suprir necessidades básicas, tais como água encanada e saneamento<sup>8</sup>. O declínio do patriarcado e fatores como a higienização das cidades, a troca do meio rural para o citadino e os novos meios de transporte estimularam a criação de maiores áreas urbanas, contribuindo para se processassem transformações no comportamento, principalmente no feminino. Dessa forma, “[...] era nas cidades, as quais trocavam sua aparência paroquial por uma atmosfera cosmopolita e metropolitana, que se desenrolavam as mudanças mais visíveis”<sup>9</sup>; e, dentro delas, cresceu o interesse das mulheres em obter um pouco mais de liberdade na

---

586. Disponível em <http://anpuh.org/anais/?p=15864>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

<sup>8</sup> ARRAIS, Raimundo Pereira. *Recife, culturas e confrontos*. Natal: Edufrin, 1998. p. 45.

<sup>9</sup> MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 371.

sociedade. Com o tempo, tornar-se-ia mais comum a presença da mulher a “[...] correr as lojas, ver as novidades, conferir preços, atender aos reclamos dos jornais”<sup>10</sup>.

Os primeiros anos do século XX, segundo Iranilson Buriti<sup>11</sup>, representaram tempos de disfunção quanto à concepção de se pensar o corpo, e as mulheres paulatinamente foram mudando seus hábitos, renunciando aos velhos espartilhos, em troca de roupas mais leves e cabelos cortados. Os pais se escandalizavam com as saias, que cada vez mais diminuía de tamanho; com o alongamento dos decotes no busto e nas costas, deixando o corpo mais exposto aos olhares. A mulher urbana buscava se distanciar da aparência provinciana, ela desejava se vestir com algo que a identificasse como moderna, e, nesse processo, “[...] o discurso publicitário [...] investe na mulher como consumidora em potencial,

---

<sup>10</sup> SETTE, Mário. Op. cit. p. 31.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Educando pela Roupas: A Educação do corpo através da moda no Recife dos anos 1920*. Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal: 2002, p 2. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0518.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

dirigindo-lhe a maior parte das mensagens, elegendo-a como a compradora oficial”<sup>12</sup> dos produtos e roupas em voga.

Observa-se também que, entre os anos 1900 e 1930, a presença do discurso na mídia maximizava a importância da beleza, atrelando-a a um fator de expressão de saúde. As ascendentes indústrias químicas de cosméticos bombardeavam as camadas médias com inúmeros produtos, que, mesmo sendo voltados ao estético, chegavam, às vezes, a serem chamados de “remédios”. Nessa sociedade do início do século XX, em que o profissional da medicina tem enorme importância, “[...] a falta de beleza, traduzida em termos de doença, merecia o exame médico e o tratamento com remédios”<sup>13</sup>. Os anos iniciais do século XX viram fortalecer-se a ideia higienista da beleza. Pouco a pouco se buscava manter o corpo lindo, belo e fecundo, principalmente entre as camadas médias, as quais reuniam as características financeiras indispensáveis a alimentar essa indústria. Dessa forma, “[...] o uso cotidiano de tônicos, loções e ‘pós-higiênicos’ para embelezar constituem,

---

<sup>12</sup>ibidem

<sup>13</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi (Org.). Op. cit. p. 123.

em geral, um privilégio restrito às mulheres de uma elite mundana em ascensão nas grandes cidades”<sup>14</sup>.

Essas mudanças no tocante ao feminino não foram bem vista pela sociedade como um todo. Sendo o Brasil, na época, tradicionalmente católico, o “embelezamento auxiliado” levantava questões sobre a moral da mulher. Os excessos tendiam a ser mal interpretados pelos mais conservadores, uma parcela expressiva da sociedade ainda considerava “[...] a beleza como um dom (de Deus), muito mais do que uma conquista individual”<sup>15</sup>. A sociedade dos anos 1920 testemunhou esses acontecimentos. Seus olhos testemunharam as moças elegantes, chamando atenção, lindas, produzidas, desfilando nas ruas da cidade, com finas e ousadas roupas, caminhando sozinhas ou, risonhas, em grupos, frequentando os novos ambientes de sociabilidade e trafegando pelos espaços públicos. Sim, elas eram vistas com frequência em lugares como magazines, cinemas e casas de chá. As melindrosas figuravam nos holofotes da imprensa e do cinema; apresentadas e representadas pela sociedade, tiveram suas imagens registradas em revistas, seus rastros deixados nas

---

<sup>14</sup> Ibidem

<sup>15</sup> Idem, p. 125.

letras dos poetas, nos filmes, nos *clicks dos instantâneos*, no rabisco das charges e, principalmente, nos olhos dos fascinados rapazes... Figuras graciosas, que viveram fora das convenções de seu tempo, as melindrosas, constituíram-se em personagens andróginas que viveram nos centros urbanos no início do século XX e que deixaram seus indícios inclusive nas hoje amareladas páginas de revistas que circularam no Brasil durante esses tempos de frenesi. Mas de onde surgiram essas personagens?

A origem da melindrosa é incerta, contudo sabe-se que ela é fruto de um sentimento do pós-guerra. Ao fecharem-se as cortinas da I Grande Guerra, em 1918, o mundo ocidental visualizou estarrecido as consequências destruidoras do combate promovido pelos países da Europa, e, neste período de intermitência entre guerras, sobreveio uma curiosa transformação na identidade social das pessoas. A segunda década do século XX tornou-se um divisor entre o tradicional e o novo, tal como o encontro de águas doces com as salgadas águas do mar. Marly Rodrigues, ao buscar poucas palavras para sintetizar este período, o traduz como um misto de “[...]”

sentimentos como a insegurança, o medo e a esperança”<sup>16</sup>. O mundo vivia um trauma que personificava a fragilidade das relações humanas e, ao mesmo tempo, intensificava-se na produção e inovação tecnológica. Era o ápice de um desenvolvimento que jamais fora visto até então, tempo de desenfreada produção de bens de consumo, modernização dos meios de transporte, intensificação do trabalho, melhorias na comunicação e, conseqüentemente, um acentuado êxtase provocado pelo prazer de comprar. O capitalismo aproximava-nos da cultura europeia, apresentando novas formas de enxergar o mundo, modificando valores morais. Além disso, a sociedade europeia buscava fechar os olhos para o fantasma da guerra, tal como destaca Nicolau Sevchenko:

“[...] nunca em nenhum período anterior tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos,

---

<sup>16</sup> RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920: os anos que mudaram tudo*. São Paulo: Ática, 1997. p. 07.

isso não só no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo integrado”<sup>17</sup>.

Reconstruir era a principal motivação; e esquecer a destruição, a máxima do momento. Um intenso estado de agitação ocupou a mente das pessoas, a busca desenfreada por diversão, festas, danças, tornaram-se o método inconscientemente usado para recuperar o tempo perdido com a guerra. As características da moda se transformaram em seus corpos. “[...] agora, a excentricidade e o exagero dão lugar à elegância e objetividade”<sup>18</sup>. Além disso, a mulher passa a trabalhar sua identidade, tendendo a se articular e desenvolver novos signos de seu ser. Ousa lançar olhares sedutores para rapazes, modifica seu modo de andar, de falar, de se apresentar publicamente, frequenta novos ambientes e envolve-se com o que há de mais moderno dentro de sua sociedade.

---

<sup>17</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (Org.) *História da vida privada no Brasil*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-8.

<sup>18</sup>ACOM, Ana Carolina. Os anos 1920 e a desconstrução das formas. Disponível em: <http://www.modamanifesto.com/>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

## Imagem nº 01



1. *Flapper girl*: Roupas em voga, cabelos curtos e olhar provocante. Flapper girl - 1929 fonte: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/fichero:FlapperonShip1929\\_crop.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/fichero:FlapperonShip1929_crop.jpg)>.

As cidades figuram como lugar fundamental em que essas transformações acontecem, e exatamente nesses ambientes de sociabilidades – sejam lojas, teatros, cinemas, as próprias calçadas e confeitarias, agora repletas – é que surgem essas moças interessantes, com aparência de criança, mas com maquiagens fortes, cabelos curtos e pernas à amostra. Desafiadoras, respondiam na Europa e nos Estados Unidos pelos nomes de *flappers* ou *garçonnes*; no Brasil, tornaram-se conhecidas como *melindrosas*. Elas pareciam meninas, mas agiam como mulheres, e traziam nessa rebeldia, características

tidas como masculinas, mesmo que não perdessem a feminilidade. Eram seres emblemáticos, andróginos e que demonstravam de maneira formidável a adesão de uma sociedade aos desígnios da modernidade capitalista.

Os países anglófonos as denominaram de *flapper girls*. *Flapper* era uma expressão usada para definir as jovens que ainda não tinham alcançado a fase adulta, mas que se comportavam com se já fossem. Definição essa que apresenta muito bem o que propunha essa nova geração de jovens ocidentais, ostentadoras de um desdém pelas épocas passadas e que optavam por viver fora das convenções. Essa alcunha surgiu na Grã-Bretanha<sup>19</sup>, logo após a Primeira Guerra e como uma manifestação cultural que ultrapassou as barreiras do atlântico, espalhou-se pelos centros urbanos do ocidente, por meio da modernização dos meios de comunicação e de transportes. As *flappers*, dessa forma, podem ser consideradas sinal eminente da influência cultural da Europa nas Américas no início do século XX.

Na França, essas mulheres modernas e independentes denominaram-se *garçonnes*, expressão que brinca ao feminizar

---

<sup>19</sup> BONADIO, Maria Cláudia. *Moda e sociabilidade: Mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920*. São Paulo: Senac, 2007. p. 131.

a palavra *garçon*, que significa *menino* em francês. O termo fortaleceu-se com o romance de Victor Margueritte, *La Garçonne*, (no Brasil, *A Emancipada*), escrito em 1922, que descreve a história de uma jovem mulher traída pelo seu companheiro que decide levar a vida intensamente e à sua maneira, conquistando independência financeira, buscando a liberdade sexual e moral para, só depois, buscar uma união estável e igualitária. Tentou-se impedir a circulação desse polêmico romance na Grã-Bretanha, por ser considerado chocante e imoral, inclusive pelas feministas da época<sup>20</sup>.

No Brasil, “[...] nasce a melindrosa, [...] que faz estremecer a hierarquização dos sexos, ao mesmo tempo em que prega o nivelamento social”<sup>21</sup>. Pertencentes às camadas médias urbanas, elassurgiram em vários centros do País. Segundo Hugo Medeiros<sup>22</sup>, a origem da palavra *melindrosa* toma parte da palavra *melindre*, que representava bem uma

---

<sup>20</sup> SPILBORGHES, Mariana Alza. *Moda, beleza e sociedade: um estudo da ilustração no Brasil através da Revista Careta, 1920 e 1950*. [Trabalho de Conclusão de Curso] Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2007. p. 25.

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Educando pela roupa. Art. cit.

<sup>22</sup> MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos. Melindrosas e almofadinhas: Relações de Gênero no Recife dos anos 1920. In *Revista Tempo e Argumento* UDESC volume 02, número 02 jul./dez, 2010, p.107. <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180302022010093>> Acesso em: 06 de dezembro de 2014.

mulher-armadilha, bela, mas perigosa. A melindrosa era a “[...] representação de uma jovem elegante, despreocupada e frequentemente frívola”<sup>23</sup>. O estilo importado viu-se intensificar com a fotografia e o cinema, duas representações que com certeza contribuíram para espalhar essa nova tendência pelo mundo e, apesar de as melindrosas possuírem suas singularidades, tinham em comum a ousadia, graça, espontaneidade e uma aparência bem cuidada. Desregradas, elas desafiavam ao andar pelas ruas sozinhas a fumar, beber, e *flirtar*<sup>24</sup>, mostrando em seus corpos os modelitos “da moda” aos que passavam, transformando as ruas em uma verdadeira passarela ao ar livre. A figura era, em geral, “[...] construída de maneira muito semelhante: roupas e acessórios nas formas mais em voga, maquiagem precisamente aplicada e cabelos bem curtos”<sup>25</sup>. Essa forma de ser invadiu as cidades e se tornou comum de se encontrar pelas ruas. Tal como uma tendência de moda, as características das *flappers* eram encontradas até mesmo em moças que não se identificavam como melindrosas.

---

<sup>23</sup> SPILBORGHS, Mariana. *Op. cit.* p. 24.

<sup>24</sup> Vem do *flirt*, que iam de apenas trocas de olhares, namoricos, ou mesmo beijos até sexo sem compromisso.

<sup>25</sup> DOURADO, Rosiane de Jesus. *As formas modernas da mulher brasileira: Décadas de 20 e 30 do século XX*. [Dissertação]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Carioca do Rio de Janeiro, 2005. p. 99.

O corpo das melindrosas pode ser observado como um símbolo de liberação das amarras de épocas anteriores, a começar por seus cabelos, que se modificaram bastante durante a história. Seu comprimento, coloração, corte, adorno e outros códigos traduziram sentimentos e expressaram, além de relações de poder, modificações sociais, culturais e sentimentais. Paradoxalmente aos longos cabelos de tempos anteriores, a marca característica das melindrosas dos anos 1920 foi justamente os cabelos curtos e raspados à nuca, lembrando cortes masculinos, uma quebra com os modelos da *Belle Époque* do século XIX. Essas mulheres de cabelos curtos simbolizavam uma emancipação que estava chegando e que modificaria o cotidiano feminino. As russas foram as primeiras a cortarem os cabelos com estilo “masculino”, isso entre os anos de 1870 e 1880, grande parte delas eram jovens estudantes. Alguns anos depois, por volta de 1900, as feministas europeias reivindicaram a libertação do corpo, e, como forma de protesto, cortaram os cabelos<sup>26</sup>. Todavia, o fato que exerceu uma influência significativa, levando aos cortes de cabelos curtos no meio feminino, foi mesmo a Primeira Grande Guerra, pois com grande parte dos homens envolvidos na

---

<sup>26</sup> PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.p. 59.

batalha, as mulheres tiveram que entrar com força no mercado de trabalho, e perucas ou longos cabelos cobertos por enormes e inconvenientes chapéus foram cada vez mais caindo em desuso, fazendo com que o corte de cabelos, logo abaixo das orelhas, tornasse-se uma tendência quase que comum à sociedade. “A vida nesse espaço moderno exige mais pressa, mais rapidez, mais versatilidade”<sup>27</sup>. O resultado foi que, mesmo após a guerra, a moda dos cabelos a *lagarçonne* permaneceu, e, assim, gradativamente, delineava-se a silhueta andrógina característica desses tempos de *frenesi*.

Os cabelos curtos já eram conhecidos na cidade do Recife, mas a novidade intensifica-se durante a década de 1920 e torna-se moda por meio do cinema e da imprensa, e não sem resistência por parte da ala mais conservadora da sociedade, que via nisso uma afronta aos “bons costumes”. Entretanto, “[...] já em meados da década, a moda dos cabelos curtos generalizou-se, sendo lançados produtos e utensílios que facilitavam a manutenção do corte”<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Educando pela Roupas. Art. cit.

<sup>28</sup> COUCEIRO, Sylvia. Costa. *Artes de Viver a Cidade: conflitos e convivências nos Espaços de Diversão e Prazer do Recife nos Anos 1920*. [Tese] Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2003. p. 168.

Depilação ainda era tabu, no entanto foi da década de 1920 que a mídia brasileira evidenciava os primeiros relatos de depilação de sobrancelha, ato considerado como um ritual de passagem da infância para a adolescência da garota<sup>29</sup>. Ainda não se depilavam as partes íntimas, e poucas faziam as axilas. Alguns anos depois, tornava-se mais comum que as melindrosas tirassem os pelos de suas pernas até aproximadamente abaixo dos joelhos. Apenas em 1926 é lançado o aparelho depilatório feminino no Brasil da marca Gillette<sup>30</sup>, este de uso apropriado para a depilação da nuca, das pernas e das axilas. Até então em muitos lares as mocinhas se depilavam às escondidas com as navalhas dos pais ou irmãos. A facilidade no processo com o aparelho e o encurtamento das saias fez com que o patamar da depilação fosse subindo cada vez mais, até rasparem-se os pelos de parte da coxa, local que ficava exposto ao se sentar e cruzar as pernas. Nesse mesmo ano, no Recife, *A Pihéria*, revista que circulou entre os anos 1921 e 1931 na cidade<sup>31</sup>, publica, a 12 de junho de 1926, a

---

<sup>29</sup> FEIJÓ, Ateneia; TAFURI, Isabel. *Depilação: o profissional, a técnica e o mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2004. p. 19.

<sup>30</sup> Ibidem

<sup>31</sup> NASCIMENTO, Luiz. *História da Imprensa em Pernambuco*. (1821-1854) V. VIII. Periódicos do Recife – (1916-1930). Recife: Ed. Universitária, 1982. p. 120.

campanha publicitária do aparelho da referida marca<sup>32</sup>. O ritual que envolvia a depilação, por ser tão íntimo, tornava-se quase um fetiche. Enfim, o estilo melindrosa de ser chegava, junto com a modernidade<sup>33</sup>, à cidade do Recife.

Com essa nova configuração da apresentação visual feminina, a mulher viu-se livre dos sufocantes espartilhos, sua silhueta ficou mais reta, e os seios volumosos deram lugar aos pequenos e achatados. Os vestidos, agora mais curtos e com braços e costas à mostra, geralmente com tecido em seda, esbanjavam a sensualidade de seus jovens corpos.

---

<sup>32</sup>A *Pilhéria*, Recife, 1926, n°. 246. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Obs.: A revista *A Pilhéria* não tinha as páginas numeradas.

<sup>33</sup> Diversos estudiosos têm visões diferentes sobre o moderno. Existem, entretanto, três termos importantes quando falamos dessa temática, que devem ser elencados aqui: Modernismo, modernização e modernidade. Não é nosso objetivo dissertar detalhadamente sobre cada um deles aqui; contudo, vale a pena destacar, grosso modo, suas diferenças. Entendemos *modernismo* como um movimento artístico-literário-religioso, em cuja definição se desdobram outros aspectos; temos também a *modernização*, que se refere a inovações e avanços no aspecto tecnológico, geralmente ligados à relação de influência entre um espaço social "mais avançado" e um espaço "menos avançado", associados a processos de aculturação; e *modernidade* associa-se mais à reflexão acerca da modernização e do modernismo. É algo ideológico e que se reflete na cultura da dúvida, na crítica. A modernidade tem ligações, entre outras, com a moda, com o dandismo e com o esnobismo. Para mais informações, *vide* LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p. 179-190.

## Imagem nº 02



2. A quebra do tabu da depilação foi uma das características marcantes dos anos 1920. Anúncio da Gillette voltada ao público feminino (1926). Propaganda da Gillette – *A Pihéria*, Recife, 1926, nº 265. Fundação Joaquim Nabuco.

Algumas ainda usavam meias, que eram em tons de bege. A moda era não ter curvas, os seios deveriam ser pequenos e os quadris estreitos. Outra característica do corpo feminino durante os primeiros anos do século XX era a moda da mulher magra, isso, mais uma vez, influenciado pela Europa, onde o esporte ganhava cada vez mais espaço no universo feminino e de onde vinham ditadas a maioria das

regras de beleza e seus padrões<sup>34</sup>. As saias curtas eram um caso à parte. Em setembro de 1927, R. Danilo escreveu um poema para *A Pilhéria* em que expressava seus sentimentos sobre esse assunto:

### **Elevações**

Saia curta...  
Vejo os teus joelhos e mais acima as tuas  
ligas...  
Afastai de mim certos pensamentos maus...  
Se eu fosse um desses insetos abelhudos,  
pousaria na tua meia de seda...  
Tens um sinal na perna esquerda...  
As meias de algodão eram mais discretas...  
R. DANILLO<sup>35</sup>

A mostra das pernas era um escândalo para uma sociedade que não estava acostumada a vê-las, pois passaram muito tempo escondidas por baixo de enormes saias e anáguas. As pernas depiladas esboçavam sensualidade e provocavam suspiros nos homens.

---

<sup>34</sup> PRIORE, Mary Del. Op. cit.p. 66.

<sup>35</sup>A *Pilhéria*, Recife 1927 n°. 310. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

### Imagem nº 03



3. Ela está insinuando-se ou agindo naturalmente? De toda forma, o olhar do almofadinha volta-se para as pernas da melindrosa. (1927) Capa de *A Pilhéria*, 1927, Recife nº 278, Fundação Joaquim Nabuco.

Outro exemplo sobre esse sentimento pode ser observado na charge que ilustra a capa de *A Pilhéria* em 22 de janeiro de 1927, onde se apresenta o olhar desavergonhado do almofadinha<sup>36</sup> às pernas da melindrosa. No desenho paira a

---

<sup>36</sup> Uma figura também de extrema relevância no universo dos anos 1920 foi a do almofadinha. Esse ser andava pelas sombras das melindrosas, bem-vestidos, com ternos engomados, eram esses os rapazes modernos, que, aos poucos, foram criando também um estilo próprio. Os almofadinhas lançavam olhares, cortejavam, atreviam-se a dançar os mais diversos estilos (coisa impensável a um homem comum da época) o momento da dança era a oportunidade ideal para um bom *flirt* com uma melindrosa.

dúvida: será que a melindrosa está se insinuando ou ela apenas é vítima do olhar do petulante senhor? A atenção anteriormente oferecida a outras partes do corpo feminino era agora voltada aos tornozelos e joelhos. Quanto maiores as pernas, mais ela eram cultuadas. Os moços não resistiam a um *flirt*<sup>37</sup>, uma olhadinha aos tornozelos das melindrosas. Sette evidencia, com seu olhar de cronista que viveu a época, que “[...] os estudantes, à porta do Café Rui, [...] gostavam de assistir ao desfile das moças e de vê-las subir aos bondes da Carril, mostrando uma fração das pernas<sup>38</sup>”.

O rosto bem parecia de boneca, com os olhos pintados; algumas retiravam as sobrancelhas, delineando-as a lápis, outras as deixavam finíssimas. O padrão de beleza europeu predominava, e tendia-se a deixar a pele cada vez mais branca com o uso de pó de arroz, fazendo com que a maquiagem fosse cada vez mais acentuada. No ano de 1924, em *A Pilhéria*,

---

<sup>37</sup> Para definir *flirt*, usaremos as palavras de Almeida Garret: “*To flirt* é um verbo inocente que se conjuga ali entre os dois sexos, e não significa namorar — palavra grossa e absurda que eu detesto —, não significa *fazer a corte*; é mais do que estar amável, é menos do que galantear, não obriga a nada, não tem consequências, começa-se, acaba-se, interrompe-se, adia-se, continua-se ou descontinua-se à vontade e sem comprometimento”. GARRET, Almeida. *Viagens na minha terra*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1991.

<sup>38</sup>SETTE, Mário. Op. cit.p.31.

pode-se observar a seguinte propaganda: “Senhoras e senhoritas: usem pó de arroz Iracy, o mais fino e suave. O preferido da elite pernambucana”<sup>39</sup>. Entende-se que os/as leitores/as do semanário eram majoritariamente pertencentes às camadas médias urbanas <sup>40</sup>, e ser da “elite”, ou pelo menos parecer ser dela, havia se tornado desejo comum a muitos daquela época. Além disso, nota-se que, mesmo com a aversão que se tinha ao antigo, características de padrões de beleza importados da Europa do século XIX ainda existiam no tocante à apologia à “pele alva”. Segundo Gilberto Freyre, essa particularidade iria diminuir modestamente já no início do século XX, quando poetas e outros artistas passariam a enaltecer a “morenidade” da mulher brasileira. Contudo, isso ainda demoraria algumas décadas para se concretizar<sup>41</sup>.

Os lábios, pintados de carmim, destacavam o formato de coração desenhado nas melindrosas. Essa evidência também

---

<sup>39</sup>A *Pilhéria*, Recife, 1924, n.º. 157. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

<sup>40</sup> Segundo MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos. *Identities, sensibilidades e sociabilidades no Recife dos anos 1920 e 1930*. Artigo publicado nos Anais do XIII Encontro de História - Anpuh-Rio, 2008. Disponível em <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1211974810\\_ARQUIVO\\_Completo-Identities,sensibilidadesesociabilidadesnoRecifedosanos1920e1930.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1211974810_ARQUIVO_Completo-Identities,sensibilidadesesociabilidadesnoRecifedosanos1920e1930.pdf)>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

<sup>41</sup> FREYRE, Gilberto. *Modos de homem & modas de mulher*. São Paulo: Global, 2009. p. 40.

foi explorada em poemas, tal como o que foi publicado em 9 de julho de 1927, nas páginas de *A Pilhéria*:

### **Lábios Pintados**

Não sei como nem quando as mulheres começaram a pintar os lábios; não me lembro;

- dizem que foi por querer imitar as rosas que elas aprenderam a arte de manejar o "batom"...

viram nas suas pétalas rubras e macias, a beleza quente do sol, o perfume melífero das abelhas e invejaram-nas;

e se esqueceram de que há pelos jardins, outras rosas que não são rubras... mas que têm as pétalas macias e cheirosas também; às vezes até mais...

- dizem que foi por capricho e maldade dos homens;

que eles quiseram o coração de suas namoradas palpitando nos seus lábios, para que pudéssemos sentir-lhes o grau do amor, a sinceridade, a forma, o perfume...

quiseram para o seu egoísmo, que elas lhes falassem com o coração nos lábios...

... e hoje, as mulheres mentem mais do que nunca!...

Ferreira dos Santos<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup>A *Pilhéria*, Recife, 1927, n.º. 302.

Nas letras de Ferreira Santos, percebe-se a atração masculina pelos lábios extremamente rubros das moças, revelando, tal como a cor da paixão, um sentimento de atração sensual, romântica, ao comparar os lábios delineados às pétalas das rosas. Por outro lado, mostra o anseio de risco que supostamente as melindrosas ofereciam. Cair nas teias dessas mulheres era um perigo! O sexo feminino é tido como formado por sedutoras fatais, propícias a levar o homem à perdição, cativando-o com suas ditas mentiras.

Nas cabeças femininas, geralmente repousava um chapéu do tipo *cloche*, que caía bem melhor com o cabelo curto *garçonne*. O adereço realçava o formato da cabeça da moça, “[...] sugerindo uma espécie de nudez velada que antes, com as torres de cachos e chapéus cheios de enfeites, não era permitida”<sup>43</sup>. O uso desse acessório passaria a ser mais comum durante o dia.

Em relação aos calçados, os mais comuns entre as moças dos anos 1920 eram aqueles que se abotoavam nos tornozelos, modelo preto e branco, que lembram muito os calçados infantis. Estes foram bastante usados pelas melindrosas,

---

<sup>43</sup> SPILBORGHS, Mariana Alza. Op. cit.,p. 26.

tornando-se populares. A influência francesa no modo de se vestir é fato. O estilo despojado de Coco Chanel, entre muitas tendências dentro da moda, trouxe de volta os colares compridos. As joias estavam sempre presentes nas melindrosas, entretanto o excesso delas era mal visto pelos críticos, tal como descreve Cláudia na Coluna Feminina de *A Pilhéria*, em 1926:

“Não há nada mais desgraçoso do que uma mulher que dá a impressão de mostruário ambulante, manequim vivo da casa Luiz de Rezende... Usar joias é horrível, quase grosseiro. Além disso, muitas joias juntas sacrificam-se naturalmente umas as outras, e, entre tantas, nem uma se sobressai.”<sup>44</sup>.

Em síntese, a moda transformou a vida íntima nos quartos das jovens nos primeiros anos do século XX. A preocupação com a aparência, mesmo estando em casa, tornava-se comum. Como suas advogadas, as revistas femininas admoestavam as mulheres a não se mostrarem desgrenhadas a seus maridos, para não perderem o “encanto

---

<sup>44</sup>A *Pilhéria*, Recife, 1926. nº. 245. AcervoFundação Joaquim Nabuco.

que (as) acham os homens”<sup>45</sup>. Conselhos como o citado acima são exemplos de como as revistas eram usadas como verdadeiros “gurus da beleza”.

Diante das características já mencionadas, perguntamos: como eram vistas pela sociedade, as melindrosas nessa época? Em 7 de julho de 1923, a revista *A Pihéria* lança uma indagação bastante interessante que dá um pouco mais de caldo a esta interrogação. Na seção *Perguntas às senhoritas*, encontramos a seguinte: “Essa pergunta de agora; vem dos cravos, vem das rosas, respondei, gentil leitora, que julgais das melindrosas?”<sup>46</sup>. As respostas enviadas pelas leitoras do semanário, algumas escondidas sob a forma de pseudônimos, foram as mais diversas, algumas de elogios, outras de repúdio. Dentre elas destaca-se aqui:

Como julgo as melindrosas?  
Bem tolas e muito fúteis,  
Julgam-se deusas formosas,  
Quando são seres inúteis.  
Lilaz.

Observa-se que uma mulher expressou seu repúdio pelas ditas melindrosas. Sabe-se que, mesmo estando em voga

---

<sup>45</sup> PRIORE, Mary Del. Op. cit. p. 66.

<sup>46</sup> *A Pihéria*, Recife 1923, nº. 93. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

na época, nem todas comungavam da forma melindrosa de ser; para algumas mulheres a postura tomada pelas assumidas beiravam vulgaridade e futilidade. Em contrapartida, outra leitora destaca o seguinte:

As melindrosas, leitores,  
São seres feitos de encantos  
Vivem de sonhos, de amores,  
E são puras como os santos.  
Litinha L.

Nesse caso, ao revés, vemos a exaltação da melindrosa, ao compará-la com santos, além de transformando-as em sonhadoras. Em um terceiro verso, a leitora Ignez escreveu:

Eu, como sou melindrosa,  
só posso me expressar:  
Acho que vim de uma rosa  
E o meu lema é só: Amar!  
Ignez

Aqui percebemos que, ao contrário das outras leitoras, a suposta Ignez não apenas às elogia, mas também se assume como uma delas. O fato de se declarar melindrosa talvez não fosse tão bem-aceito por uma sociedade ainda marcada pelo

tradicionalismo histórico. Outra evidência que encontramos nesses pequenos textos é que a definição prática de ser ou não ser melindrosa, não era tão clara como se pode imaginar. Ao analisar essas cartas das leitoras, devemos ter em mente que as informações publicadas em *A Pihéria* nessa seção podem muito bem terem sido forjadas pelos editores da publicação. A prática de assinar com pseudônimos era bastante corriqueira na imprensa do início do século XX, existem muitos índices comprovados de autores homens que, passando-se por mulheres, assinavam artigos ou colunas. As razões para tal prática são as mais diversas; contudo, mesmo sabendo que a veracidade dessas cartas de contribuição das leitoras é algo discutível, elas nos levam a perceber como assuntos que envolviam as melindrosas eram destaques na época e como suas práticas geravam polêmicas, estando elas sempre em voga nos periódicos e adquirindo importância significativa entre os/as leitores/as. Ressaltamos que aqui mais nos interessa analisar os corpos das melindrosas, como se apresentavam e foram representados, e seu impacto sobre a sociedade, do que descobrir quem era e quem não era melindrosa. Nossa documentação não nos dá poderes para isso.

#### Imagem nº 04



4. Na representação da melindrosa, os artistas intensificavam tudo o que de mais marcante as personagens representavam. Aqui uma *flapper* pelo traço do cartunista Zuzu em *A Pilhéria* - Capa de *A Pilhéria*, Recife, 1927, nº. 301. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Esses indícios compilados acima não esclarecem de forma final o sentimento de toda uma sociedade, pois, como anteriormente dito, as melindrosas e as leitoras dos semanários pertenciam a uma ala da sociedade que não compreendia a maioria da população, e, como dito, não se sabe da veracidade dessas cartas, visto algumas estarem assinadas por pseudônimos, dificultando, dessa forma, um rastreamento mais preciso dessas colaboradoras. Contudo, o que podemos dizer é

que essas pegadas deixadas pelas prensas da informação do início do século XX trazem, ao menos, alguma luz sobre o assunto, pois a representação feminina nas páginas dos periódicos foi algo tão impactante e proveitoso que desde cedo a publicidade tomou consciência de que podia tirar proveito disso. A melindrosa, apesar de ser uma personagem bastante estereotipada, não se tratava de uma figura apenas fictícia, seus atributos eram cuidadosamente construídos e se desenvolviam baseados no seio da sociedade moderna urbana da época. Entretanto, as suas características viram-se intensificadas e multiplicadas na ponta dos lápis dos ilustradores, que representaram graficamente as moças da modernidade. Os desenhos assimilavam vários modelos de mulher moderna, unindo-as em uma figura pictórica denominando-a, por fim, de melindrosa. Rosiane Dourado se expressa bem ao definir a forma de representação dessas mulheres:

A melindrosa, enquanto representação gráfica, era uma caricatura da “nova mulher”, mas, uma caricatura que realçava primordialmente as virtudes da “mulher moderna”, tornando-a ainda mais graciosa

e conferindo-lhe muito mais liberdade do que ela poderia desfrutar na vida prática.”<sup>47</sup>

Como podemos observar nas imagens já elencadas neste trabalho, as revistas de variedades tornaram-se pequenas galerias de arte, onde artistas expressavam por meio de seus desenhos a melindrosa, que como Dourado ressaltou, maximizava-se tanto em liberdade quanto em estereótipo. A figura consolidava-se como uma das preferidas pelos caricaturistas.

Segundo o cronista Álvaro Moreyra, é ao traçado do carioca J. Carlos que é atribuída a “invenção” da melindrosa<sup>48</sup>. Entretanto, muitos artistas por todo Brasil presentearam a posteridade com desenhos de suas *flappersgirls*, inclusive chargistas pernambucanos, como Zuzu<sup>49</sup> e Jota Ranulpho, que colaboraram em algumas publicações no Recife, inclusive em *A Pilhéria*.

---

<sup>47</sup> DOURADO, Rosiane de Jesus. Op. cit. p. 99.

<sup>48</sup> MOREYRA, Álvaro. *A cidade mulher*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1991. p. 28.

<sup>49</sup> Pseudônimo de José Borges da Silva. Conferir NASCIMENTO, Luiz. Op. cit. p. 121.

## Imagem nº 05



5. Observe a leveza do traçado. As melindrosas de J. Carlos estavam constantemente com sorrisos nos lábios. Aqui uma participação do artista em *A Pilhéria* – Capa de *A Pilhéria*, Recife, 1926, nº. 256. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

As pictóricas melindrosas eram construídas com traços soltos, simbolizando a leveza de seus corpos, mas também esboçavam sensualidade com o olhar. À primeira vista, lembram mocinhas ingênuas, mas basta observar seus lábios grossos e em forma de coração – mui bem pintados em vermelho – em que se sentia certo ar de indiferença – uma indiferença misteriosa, que atrai. A ambiguidade é o predicado mais presente nas ilustrações das melindrosas.

Em síntese, observamos como os corpos criados nas cidades modernizadas foram peças fundamentais para que essa quebra com modos tradicionais acontecesse. É certo pensar que “[...] falar do corpo é abordar, ao mesmo tempo, o que se passa fora dele, mas o inverso também é válido. As cidades revelam os corpos de seus moradores”<sup>50</sup>. O corpo propriamente dito e a sua cobertura, sejam roupas, cremes ou adereços, traduzem sentimentos internos e externos que afloraram de uma sociedade em ritmo de transformação, sociedade que buscava representar o futuro, embalados pelos desígnios capitalistas, por uma nova configuração do indivíduo urbano. Conclui-se que o sentimento de pertencer à modernidade e a busca das mulheres doséculo XX por sua independência e liberdade atrelaram-se aos desígnios da sociedade moderna capitalista, resultando em um caldeirão de ideologias que se materializaram nos corpos das simpáticas melindrosas. O seu corpo foi o mais explorado nas campanhas publicitárias dos anos 1920, sendo capturado por novas formas de aprisionamentos estéticos, tornando-se também o *locus* da rebeldia e configurando-se, de certa forma, em uma nova

---

<sup>50</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi (Org.) Op. cit. p. 17.

linguagem de resistência e enfrentamento às antigas práticas sociais.

Finalizando, dizemos que as representações de mundo atuam como formas integradoras da vida social, definindo normas, discursos, imagens, instituições, na tentativa de se manter a coesão de um determinado grupo. Em outras palavras, as representações construídas “[...] são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais [...] indivíduos e grupos dão sentidos ao mundo por meio das representações que constroem da realidade”<sup>51</sup>. Essas realidades são capazes de se instalarem no inconsciente coletivo, de tal modo a apresentarem-se como naturais, reais e sem a necessidade de uma reflexão, criando-se para elas, dessa forma, legitimidade social. Assim, paulatinamente, o estilo melindrosa de ser foi modificando-se e sendo absorvido pela coletividade, até deixar de ser observado com estranhamento. Símbolos dos tempos de modernidade, marcos dos anos 1920, sinônimos da rebeldia das garotas à antiga ditadura dos espartilhos e representantes ainda do sentimento do pós-guerra – em que a regra principal era viver cada instante intensamente – as pernas raspadas, os cabelos

---

<sup>51</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 39.

curtos e as roupas que mostravam cada vez mais o corpo podem exemplificar em poucas palavras quem eram essas as mulheres de corpos rebeldes nesses *tempos de frenesi*.

## REFERÊNCIAS

ACOM, Ana Carolina. *Os Anos 1920 e a desconstrução das formas*. Disponível em: <http://www.modamanifesto.com/>. Disponível em: <http://www.modamanifesto.com/>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

ARRAIS, Raimundo Perreira. *Recife, culturas e confrontos*. Natal: Edufrn, 1998.

BESSE, Sussan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.

BONADIO, Maria Cláudia. *Moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920*. São Paulo: Senac, 2007.

COUCEIRO, Sylvia. Costa. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. (Tese) Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE), Recife, 2003.

DOURADO, Rosiane de Jesus. *As formas modernas das mulheres brasileiras: décadas de 20 e 30 do século XX*. (Dissertação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (PUC/RIO) 2005.

FEIJO, Ateneéia; TAFURI, Isabel. *Depilação: o profissional, a técnica e o mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Modos de homem & modas de mulher*. São Paulo: Global, 2009.

GARRET, Almeida. *Viagens na minha terra*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (Org.) *História da vida privada no Brasil*. vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos. *Identidades, sensibilidades e sociabilidades no Recife dos anos 1920 e 1930*. Artigo publicado nos Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008. Disponível em : <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1211974810\\_ARQUIVO\\_Completo-Identidades,sensibilidadesesociabilidadesnoRecifedodosanos1920e1930.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1211974810_ARQUIVO_Completo-Identidades,sensibilidadesesociabilidadesnoRecifedodosanos1920e1930.pdf)>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos. *Melindrosas e almofadinhas: relações de Gênero no Recife dos anos 1920*. In *Revista tempo e argumento* UDESC volume 02 número 02 jul/dez. 2010. Disponível em :<<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180302022010093>>.

Acesso em: 06 de dezembro de 2014.

MOREYRA, Álvaro. *A cidade mulher*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1991.

NASCIMENTO, L. *História da imprensa em Pernambuco. (1821-1854) VIII. Periódicos do Recife – 1916-1930*. Recife: Ed. Universitária, 1982. p 120.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de . *Educando pela roupa: A educação do corpo através da moda no Recife dos anos 1920*. Artigo publicado nos Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0518.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERRUCCI, Gadiel. *A cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria*. Anais do VII Simpósio Nacional dos professores Universitários de História – Anpuh: Belo Horizonte, 1973. Disponível em <http://anpuh.org/anais/?p=15864>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

A PILHÉRIA Recife, 1923 -1927.

PRIORE, Mary Del. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Senac, 2000.

RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920: os anos que mudaram tudo*. São Paulo: Ática, 1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (Org.) *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (Org.) *História da vida privada no Brasil*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SPILBORGHS, Mariana Alza. *Moda, beleza e sociedade: um estudo da ilustração no Brasil através da Revista Careta, 1920 e 1950*. (Monografia) Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2007.

## **MOÇAS DESONRADAS:**

Usos da justiça pelas mulheres e famílias pobres na cidade do Recife (1900–1912)<sup>52</sup>

Sandra Izabele de Souza\*

### **RESUMO**

Este artigo se propõe a analisar como o saber jurídico buscou formas de controle dos comportamentos sociais e sexuais das famílias das camadas pobres, buscando compreender o debate em torno da honra e das condutas masculinas e femininas. Neste sentido, utilizamos a categoria de gênero, na perspectiva da Joan Scott; e o conceito de honra, de Carlos Alberto Dória, que contribuíram para a discussão teórica. Honra, sexualidade e relações de gênero são os elementos principais analisados em 45 processos-crime de defloração e estupro da cidade do Recife, entre 1900 e 1912. Assim, percebe-se que muitas mulheres e famílias buscaram as delegacias de polícia e os tribunais de justiça no início do século XX, na tentativa de defender ou reparar a sua honra. À Justiça cabia o papel que perpassava por duas práticas pedagógicas distintas: marginalizar ou civilizar os hábitos e comportamentos amorosos dos populares e, assim, proteger ou condenar as condutas desses indivíduos. Logo, reforçava a instituição de modelos de feminilidade e masculinidade ideais dentro dos padrões de ordem e progresso da nação brasileira, cabendo à mulher a função de cuidar da família, do lar, do marido e

---

<sup>52</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq

\* Pesquisa desenvolvida no Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE), orientada pela prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alcileide Cabral do Nascimento, em 2013. A autora é estudante de Mestrado em História Social da Cultura Regional (UFRPE), em 2015.

dos filhos; e ao homem, o papel de sustentar a família e proteger a honra familiar. No entanto, verifica-se que, nas camadas pobres, nem sempre os indivíduos estavam dentro dos padrões defendidos por intelectuais e juristas brasileiros.

**Palavras-chave:** Relações de gênero; Honra; Crimes Sexuais; Família.

**M**aria do Carmo, “[...] de cor branca, [...] natural de Pernambuco”, de aproximadamente 14 anos, vivia com seus pais, José e Brazilina, e seus irmãos no bairro da Torre e costumava frequentar o famoso pastoril da Torre, sempre na companhia da mãe. Foi nesse pastoril que Maria do Carmo conheceu Climério, com 25 anos, solteiro, natural de Pernambuco, “profissão do comércio”, que se enamorou da jovem moça desde o primeiro encontro. Era o ano de 1900 ou 1901, não se sabe ao certo.

Os dois costumavam conversar na cerca da casa da moça, sempre sob o olhar vigilante da mãe. Até que certo dia eles foram surpreendidos pelo pai de Maria do Carmo, que os repreendeu por achar inapropriado para uma moça de família andar de conversas com um homem na cerca de casa. Logo, José foi indagando Climério sobre suas intenções com sua filha. O rapaz parecia não está preparado para assumir algum compromisso naquele momento, mas comprometeu-se em voltar em breve para fazê-lo. E voltou, assumindo perante José e dona Brazilina compromisso, com intenção de casamento futuro, com Maria do Carmo. Climério passou a frequentar

assiduamente a residência de Maria do Carmo, ganhando a confiança da família.

Tempos depois o pai de Maria do Carmo adoeceu gravemente e, numa das visitas de Climério, o “chefe” da família pediu que o rapaz não abandonasse a sua filha e que cuidasse da sua família. Climério prometeu cumprir com o pedido de José. O pai de Maria do Carmo não resistiu e faleceu, deixando todos, especialmente Maria do Carmo, sem um protetor oficial, já que até a sua morte ainda não se tinha realizado o casamento do jovem casal de namorados.

Maria do Carmo e sua família se mudaram para a Rua da Glória, na freguesia de Santo Antônio, e Climério, na tentativa de cumprir o prometido, cuidava da família, disponibilizando, em algumas ocasiões, recursos financeiros para pagar o aluguel e pernoitando na casa para evitar a invasão de ladrões, como verificado nos autos do processo.

No dia 9 de janeiro de 1904, aproveitando que dona Brazilina estava doente, Climério, sob promessas de casamento, conseguiu deflorar Maria do Carmo. O casal continuou se encontrando e pernoitando outras vezes. Maria do Carmo, percebendo-se grávida, falou com Climério para realizar o casamento, ele prometeu fazê-lo em breve, contanto

que ela não contasse o fato à sua mãe. Meses se passaram e vendo a moça que Climério não cumpria sua palavra e que não mais frequentava sua casa resolveu contar o ocorrido à sua mãe. Dona Brazilina, naquele mesmo ano, em defesa da honra da sua filha, já que esta não tinha mais um protetor homem que o fizesse, deu queixa ao delegado de polícia do distrito de Santo Antônio.

Esse processo se estendeu por quase três anos, contém 267 páginas. Ambas as partes apresentaram advogados e testemunhas. Várias versões foram construídas, cada um mostrando o seu lado da verdade. O juiz deu procedência à queixa, sendo o réu preso no Forte do Brum para esperar o julgamento. A Justiça convocou o júri, que absolveu o réu depois de escutar os depoimentos das testemunhas e os argumentos dos advogados. Dona Brazilina, inconformada com o desfecho dado pelo júri, apelou para o Superior Tribunal de Justiça, conseguindo que o processo fosse retomado. E, no dia 2 de abril de 1907, num parecer final a Justiça Pública fazia pedido de um novo julgamento. Infelizmente não temos o

desenlace para a história de Maria do Carmo e Climério, pois o processo termina com esse parecer<sup>53</sup>.

Essa é uma versão da história de amor de Maria do Carmo e Climério, mas outras histórias como essa chegaram às delegacias de polícia e aos tribunais de Justiça no início do século XX; e outras, não. Certo é que inúmeras moças foram seduzidas e tiveram sua honra maculada. Sendo moças honestas e pobres, elas e suas famílias solicitaram a intervenção da Justiça a fim de defender ou reparar sua honra.

Para realização desta pesquisa, utilizamos 45 processos criminais de defloração e estupro disponíveis no Memorial da Justiça de Pernambuco. Apesar de ser uma quantidade relativamente pequena, a análise dos processos possibilitou compreender algumas características dos conflitos amorosos entre moças e rapazes, mulheres e homens das classes populares e dos discursos produzidos sobre honra, sexualidade e gênero no início do século XX. Dos 45 processos referentes à Comarca do Recife, entre os anos de 1900 a 1912, 42 são de defloração, crime sexual mais comum da época, e três de estupro.

---

<sup>53</sup>PROCESSO-CRIME de Climério Augusto Fernandes, s/n, caixa 857, ano 1906, passim. Comarca do Recife. Acervodo Memorial da Justiça de Pernambuco.

Esses processos criminais constituem um universo riquíssimo para a pesquisa histórica, pois representam uma fonte repleta de traços singulares, carregados de significações. Segundo Boris Fausto, cada processo é percebido como um produto artesanal, que possui um corpo próprio, “[...] revelado no rosto dos autos, na letra caprichada ou indecifrável do escrivão, na forma de traçar uma linha que inutiliza páginas em branco”<sup>54</sup>. O processo é uma rede de documentos, que possui uma dinamicidade, onde os atos se transformam em autos, e os atores jurídicos vão criando suas versões do fato, utilizando a melhor parte do real e seguindo as normas sociais impostas pela sociedade<sup>55</sup>. É a partir dessa documentação que podemos perceber alguns comportamentos sociais e sexuais das camadas pobres, ora transitando entre o projeto de instituição de um modelo de família nuclear e burguês em curso, que visava fazer com que os membros da família assumissem novos papéis, ora criando outras possibilidades de vivência do amor e da sexualidade. Dessa forma, esses processos permitem atentar para os conflitos, as negociações, perspectivas e histórias de

---

<sup>54</sup> FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880–1924)*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 30.

<sup>55</sup> CORREA, Mariza. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 40.

amor e sedução desses sujeitos, bem como as relações de gênero marcadas por relações de poder profundamente desiguais entre homens e mulheres.

Em 1890, foi adotado no Brasil o primeiro Código Penal republicano, que modificava as leis dos crimes sexuais, vigorando até 1932, com a adoção da Consolidação das Leis Penais. Além disso, o início do século XX foi um período de importantes transformações políticas, econômicas e sociais — especialmente devido ao processo de industrialização, que modificou as relações de trabalho e produção, e ao surto modernizador nos principais centros urbanos, com as reformas urbanas baseadas nos princípios da higiene pública. O Recife, assim como outras capitais do País, foi palco dessas transformações dos tempos modernos.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar como e por que se instituiu uma política sexual direcionada ao controle das famílias pobres, buscando compreender o debate jurídico em torno da honra, das condutas e dos prazeres sexuais masculinos e femininos, a partir da ótica do poder judicial que enlaça as camadas sociais urbanas.

## **Marginalizar ou civilizar? A honra e outras evidências nos crimes sexuais**

O modelo de família burguesa defendida por muitos intelectuais estava baseado na autoridade do marido, na subordinação das mulheres e na dependência dos filhos<sup>56</sup>. Nesse sentido, as representações que permeavam as relações sociais eram múltiplas, perpassando pela ideia de família ideal e dos valores que deveriam existir no espaço desta, em que se reafirmavam os papéis sociais adequados para cada membro baseados nos valores da honra, do respeito, da moral e do bom comportamento, principalmente para as mulheres. Nos depoimentos de Climério, Maria do Carmo e dona Brazilina, percebe-se que a suposta ofendida e sua família estavam dentro de alguns desses padrões de controle e coerção caros ao modelo burguês de ordem familiar. Dona Brazilina cumpria com seu papel de vigilante da filha, o pai da moça não a deixou sem cuidados: percebendo o clima entre Climério e a moça, logo tratou de formalizar um compromisso entre os dois. No

---

<sup>56</sup> FREIRE, Thiago de Oliveira Reis Marques. *Em defesa da família: representação da família em dois jornais de Recife (1937–1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. p. 39. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 38.

entanto, apesar da vigilância dos seus pais, Maria do Carmo consentiu na relação sexual antes do casamento, mantendo relações sexuais com o noivo durante certo período. O comportamento de Maria do Carmo podia ser justificado perante a Justiça se ela conseguisse provar que fora seduzida e enganada por Climério, sob promessa de casamento, sendo considerada uma moça honesta. Para Viveiros de Castro, o consentimento da ofendida presume a ideia de antecipação de um direito conjugal do homem, ou seja, a mulher entrega ao seu futuro marido o seu bem mais valioso: a virgindade<sup>57</sup>. Aliás, devido à insuficiência de evidências materiais para comprovar a autoria e época do defloramento, comprovar a honra da família e da moça a partir de seus comportamentos perante a comunidade que está inserida passa a ser o centro de análise do processo. Ou seja, a honra é uma evidência subjetiva nos casos de defloramento.

Contudo, esses valores e modelos nem sempre estavam presentes dentro das organizações familiares das camadas pobres. É o que mostram as fontes utilizadas. O que se pode vislumbrar nos processos-crime são as tensões e os conflitos

---

<sup>57</sup> CASTRO, Francisco José Viveiros. *Os delitos contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha Editor, 1897. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2012. p. 105.

entre os indivíduos do espaço doméstico, diluindo, assim, as representações imaginadas e difundidas pelas camadas abastadas. Filhos e filhas que contestam a autoridade paterna. Pais e mães que não conseguem e, por vezes, não exercitam o controle permanente de seus rebentos. Homens e mulheres que precisam trabalhar fora do ambiente doméstico. Um lar onde a liberdade ganha asas pela ausência da autoridade paterna e vigilância materna.

Quando um caso como o de Climério e Maria do Carmo ocorria, a família geralmente tentava resolver os conflitos dentro do espaço privado. No entanto, se o rapaz se negasse a reparar a honra da moça, o passo seguinte era fazer queixa à polícia. Ao tornar público o conflito através de um processo criminal, não só o acusado poderia ser marginalizado, por ser o réu do processo, mas também a ofendida e sua família, pois estas também têm suas condutas analisadas e julgadas. De certa forma, tornar público um caso de defloração é expor a intimidade de uma família e assumir a desonra perante toda a comunidade. Com certeza, muitas famílias, pobres e ricas, devem ter preferido manter o caso em discrição.

Dória, citando Julian Pitt-Rivers, afirma que a honra é um traço fundamental herdado da cultura ibérica. O conceito

mediterrâneo de *honra* está relacionado à honra masculina e à pureza sexual feminina, do mesmo jeito que é percebido na América Latina. Para o autor “[...] o modelo ibérico de honra ressalta o indivíduo, em especial os homens, e a acumulação de ‘virtudes’ de sua família (ou de seu sobrenome)”<sup>58</sup>.

Nesse sentido, o código de honra é como um mapa social em que são definidos os lugares da mulher e do homem na sociedade. Esse código de honra solidificou um conjunto de regras sociais que incluem os símbolos, a indumentária, a alimentação, os gestos, a linguagem, os prazeres. Todavia, esse conjunto de regras não é igualitário para o homem e para a mulher, nem mesmo a ideia de honra. A honra feminina consiste na sua pureza sexual antes do casamento e na sua fidelidade após. E a passagem de “[...] imaculada a esposa e mãe só podia se dar no domínio estrito do sagrado vínculo matrimonial, conduzido por uma figura masculina”<sup>59</sup>.

Muitos intelectuais da época se empenharam para confirmar o “lugar-comum” da mulher e do homem, principalmente escrevendo artigos que eram publicados nos

---

<sup>58</sup> DÓRIA, Carlos Alberto. *A tradição honrada* (a honra como tema de cultura e na sociedade ibero-americana). Campinas: Cadernos Pagu (2) 1994. p. 59.

<sup>59</sup> Idem, p. 62.

jornais e nas revistas. Margareth Rago observa o significado para a nação dessa preocupação para com a família, especialmente com o novo modelo de feminilidade que era apoiado, conjunto expresso na “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”. À mulher cabia a função de cuidar da família, do lar, do marido e dos filhos, ela deveria estar sempre atenta para os mínimos detalhes da vida dos membros familiares<sup>60</sup>. Ao homem cabia o papel de sustentar e proteger a família e as mulheres. Nisso consistia a sua própria honra.

Em relação a isso, Dória conclui que as qualidades do homem são vistas como públicas, já a mulher deve possuir qualidades interiorizadas (de espírito e domésticas). No entanto, nas representações sobre a mulher, existe uma ambivalência que exprime dois aspectos inseparáveis: ela é metade subordinada e metade perigosa. Dessa forma, o autor explica que o “[...] controle sobre a mulher, afastando-a da esfera pública”, seria a “[...] condição para a realização plena da honra masculina, isto é, da família”. Pois, citando o frei José de Haro<sup>61</sup>, as mulheres teriam “[...] naturalmente a ambição de

---

<sup>60</sup>RAGO, Op. cit., p. 62.

<sup>61</sup> Este frei publicou um livro chamado *El Chichisveo Impugnado em Sevilla*, 1729. Ver DÓRIA, Carlos A. Op. cit. 2004, p. 63.

conseguir o mando e a liberdade e desejavam inverter a ordem da natureza, procurando dominar os homens”<sup>62</sup>.

A honra sexual das mulheres estava diretamente ligada à honra moral da família e à honra nacional, uma vez que a família representava a base da nação. Assim, era extremamente necessária a atuação do Estado na proteção à honra das mulheres honestas. A esse respeito, Iranilson Buriti assinala que:

A honra era vista como uma mercadoria usada para estabelecer relações de gênero centradas na hierarquização. Essa hierarquização de gênero era uma construção histórico-social baseada na anatomia dos corpos masculino e feminino e balizada na ciência médica. A família honrada era construída por uma mulher devota, ordeira, submissa e recatada, policiada pela Igreja através do altar e do confessionário, e pelo Estado através de juristas conservadores que elaboraram o Código Penal de 1890 e o Código Civil de 1916, ambos centrados em princípios

---

<sup>62</sup> DÓRIA, Carlos A. Op. cit., p. 63.

moralistas que naturalizavam a diferença entre os sexos<sup>63</sup>.

As opiniões eram diversas e contrárias, expressas em muitos segmentos e debates públicos, passando por jornais, revistas, escolas, faculdades e chegando aos tribunais dos juristas e advogados. Muitos preferiam seguir pelo caminho mais fácil e não ousar questionamentos que colocassem em debate o modelo de família e de honra daquele momento, pois “[...] a defesa da honra ainda era observada enquanto uma marca de superioridade moral e de civilização avançada”<sup>64</sup>. Uma mulher desonrada significava uma ofensa à autoridade paterna, às normas estabelecidas pela Igreja, à reputação familiar, ao patrimônio da família, ao Estado e à sua própria integridade moral. Caulfield nos alerta para o que estudiosos do Mediterrâneo e da América Latina chamam de *complexo honra-vergonha*, que dá aos homens completa liberdade sexual e determina a castidade e a submissão das mulheres à autoridade masculina. A historiadora continua dizendo que “[...] a mulher não possui honra, somente vergonha; a honra do

---

<sup>63</sup>BURITI, Iranilson. *Espaços de Eva: a mulher, a honra e modernidade no Recife dos anos 20 (século XX)*. Revista História Hoje. São Paulo, nº. 5, 2004. p. 2.

<sup>64</sup>Idem. p. 3.

homem depende em grande escala da habilidade em impor autoridade e defender a honestidade sexual das mulheres da família”<sup>65</sup>.

Muitos juristas do final do século XIX e início do XX foram atraídos pelos debates sobre a honra sexual e dedicaram suas obras a aprofundar os conhecimentos sobre os crimes sexuais, influenciando e escrevendo as leis brasileiras do início da Primeira República, cujos trabalhos foram utilizados pelas autoridades que participavam dos processos criminais. Viveiros de Castro, Evaristo de Moraes, Macedo Soares, João Vieira, Galdino Siqueira, Clovis Beviláqua, Roberto Lira, entre outros, foram os juristas que travaram intensos debates, pois acreditavam que a criminologia representava a possibilidade de compreender novas transformações sociais e a elaboração de estratégias de controle social, como estabelecer tratamento jurídico penal diferenciado. Tobias Barreto, por exemplo, afirmava que os grupos de indivíduos considerados irresponsáveis necessitavam de um tratamento jurídico diferenciado. A mulher, nesse sentido, equivalia a um tipo de “menoridade” e era vista com ambiguidades, ora como um ser

---

<sup>65</sup>CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918–1940). Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. p. 46.

frágil, que necessitava de proteção; ora como um ser perverso, ao cometer um crime ou induzir o cometimento. Era o que Viveiros de Castro professava: as mulheres poderiam ser a causa excitadora da criminalidade, e é preciso que a Justiça esteja atenta àquelas mulheres maliciosas que querem tirar lucros da ingenuidade dos homens bons<sup>66</sup>.

Viveiros de Castro, a partir de estudos e experiências próprias, tentava resolver os problemas para o julgamento desses crimes sexuais. Ele aconselhava fazer uma análise, primeiramente, dos dados materiais, como cópula carnal, virgindade física, defloramento e idade, para depois orientar a delimitação dos caminhos para a análise da dimensão subjetiva, como honestidade, promessa de casamento, virgindade moral e honra. Daí emergiam os valores sociais que mereciam ser defendidos nos tribunais<sup>67</sup>.

Nos processos pesquisados, verifica-se que após a denúncia as ofendidas eram encaminhadas para fazer o exame médico como prova do crime. A análise das exigências materiais devia ser aprovada para caracterizar o delito, ou seja,

---

<sup>66</sup> CASTRO, Francisco J. V. Op. cit. p. XX.

<sup>67</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 37.

era preciso confirmar se houve a cópula carnal e se foi completa ou incompleta, se ocorreu o rompimento da membrana hímen, a determinar a virgindade física e se a ofendida era menor de idade (menor de 21 anos). Como se pode ver no trecho de um auto de exame médico feito na menor Adelina Patriarcha de Oliveira:

[...] e encarregou-lhes de proceder o exame na pessoa de Adelina Patriarcha de Oliveira, respondendo aos quesitos seguintes: primeiro se houve defloramento; segundo qual meio empregado; terceiro se houve cópula carnal; quarto se houve violências para fim libidinoso; quinto quais elas sejam. Em consequência passaram os peritos a fazer o exame ordenado e mais investigações necessárias concluídas, os quais declararam o seguinte: que, examinando a pessoa de Adelina Patriarcha de Oliveira de cor parda, de altura mediana, natural deste Estado, com dezoito anos de idade, residente nos Coqueiros, filha de Maria Francisca da Conceição, constituição regular, temperamento linfático encontraram: órgãos sexuais normalmente desenvolvidos e sem vestígios de violência para fins libidinosos. A membrana hímen

dilacerada com os seus retalhos livres e cicatrizados, a entrada da vagina penetrável. E assim responderam os quesitos acima propostos: ao primeiro, sim; ao segundo, provavelmente membro viril; ao terceiro, provavelmente; aos quarto e quinto, não [...] <sup>68</sup>.

Mas só tais exames não eram suficientes para comprovar o delito, principalmente porque havia muitas dúvidas em relação ao hímen complacente, à época do crime e à possibilidade de ter havido atentado ao pudor sem defloramento <sup>69</sup>. Além disso, a mulher tinha que afirmar uma das três formas, sistematizadas pelo Código Penal de 1890, de consentimento ao ato sexual: sedução, engano ou fraude <sup>70</sup>. Assim, Adelina, tentando reparar a sua honra, afirmava no seu depoimento que Francisco, seu noivo, havia seduzido e prometido casar-se com ela, mas, depois de ter conseguido

---

<sup>68</sup>PROCESSO-CRIME de Francisco Baptista Cunha, s/n, caixa 772, ano 1907, p.06. Comarca do Recife. Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco.

<sup>69</sup> ESTEVES, Martha de A. Op. cit. p. 37–38.

<sup>70</sup> Segundo o art. 267 do Código Penal de 1890: “[...] deflorar mulher menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude. Pena – de prisão celular por um ou seis anos”. Ver CÓDIGO PENAL de 1890. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 20 set. 2010.

deflorá-la, não falava em casamento. Como no trecho abaixo do seu auto de depoimento:

[...] no dia vinte e seis de julho do corrente ano, fora desvirginada pelo seu noivo, Francisco de tal, conhecido por Francisco Padeiro, trabalhador em uma Padaria sita no Pátio do Terço; que o seu ofensor sobre ameaças pode conseguir a satisfação de seus desejos libidinosos, aproveitando para isto a ausência da progenitora dela respondente; que o seu noivo, Francisco, prometeu casar-se com ela respondente, no entanto três meses foram decorridos sem que Francisco desse comprimento de sua palavra; que ela respondente vendo a demora de seu noivo Francisco, deu queixa a sua mãe, e esta tomou em consideração trazer ao conhecimento a polícia; que o seu noivo, Francisco, havia ajustado casamento desde de novembro do ano próximo passado [...] <sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup>PROCESSO-CRIME de Francisco Baptista Cunha, s/n, caixa 772, ano 1907, p.08. Comarca do Recife. Acervodo Memorial da Justiça de Pernambuco.

Para conseguir comprovar a sedução, o engano ou a fraude, as mulheres tinham que articular um discurso bastante convincente sobre sua honestidade, dentro de todos os parâmetros estabelecidos pelo saber médico, jurídico e religioso. Várias versões sobre a honestidade da vítima e do acusado eram elaboradas. O tribunal se tornava um palco, e os atores jurídicos — a ofendida, o acusado, os advogados, os promotores e os juízes — tinham que usar a parte do “real” que melhor reforçasse o seu ponto de vista. E assim era construído um modelo de culpa e um modelo de inocência<sup>72</sup>.

A honra da mulher não estava somente relacionada à virgindade, mas também aos seus comportamentos e modos de ser. Era preciso demonstrar a honestidade da ofendida. Os advogados, promotores e juízes assumiam papéis muito importantes nos tribunais quando faziam suas defesas, acusações ou declarações, pois eles levavam sempre em conta os precedentes da ofendida, definindo se elas mereciam o apoio e a proteção da Justiça<sup>73</sup>. Isto é, a honestidade era um elemento subjetivo fundamental nos julgamentos dos crimes. A questão não estava ligada simplesmente à repressão de um ato criminoso ou à retribuição pertinente ao caso de defloramento,

---

<sup>72</sup> ESTEVES, Martha de A. Op. cit. p. 38.

<sup>73</sup> Idem. p. 39–43.

mas tratava-se também de uma missão de formar o cidadão completo, cumpridor de seus papéis como trabalhador, membro de uma família e indivíduo higienizado.

Enquanto a honestidade do homem era analisada a partir do trabalho, pois “[...] um homem honesto era aquele considerado um bom trabalhador, respeitável e leal, e ele não desonraria uma mulher ou voltaria atrás em sua palavra”, a honestidade da mulher passava pelos seus comportamentos, pelos da sua família e pelos das testemunhas perante a sociedade e “[...] referia-se à virtude moral no sentido sexual”<sup>74</sup>. Como Martha Esteves observou para o Rio de Janeiro, era “[...] através dos comportamentos e declarações dessas ofendidas, mulheres simples na totalidade, nossos juristas, no processo de acusação, defesa ou julgamento, cumpriam seu papel pedagógico da Justiça: protegiam ou condenavam os comportamentos populares”<sup>75</sup>. Daí a importância das testemunhas e de seus depoimentos para “salvar” as ofendidas. Nesse caso, também estava em jogo a própria conduta das testemunhas para a análise da honestidade da ofendida. Dessa forma, percebe-se que o papel da Justiça perpassava por práticas pedagógicas distintas: marginalizar ou

---

<sup>74</sup> CAULFIELD, Suaenn. Op. cit., p. 77.

<sup>75</sup> ESTEVES, Martha de A. Op. cit., p. 39–43.

civilizar os hábitos e comportamentos amorosos das camadas pobres.

Assim, no processo de defloração da menor Adelina Patriarcha de Oliveira contra o seu noivo Francisco Batista da Cunha, cinco testemunhas foram depor a favor de Adelina, na defesa da sua honra, sendo três amigas da ofendida e da sua mãe, dona Maria Francisca da Conceição. Com o parecer do exame médico, com os depoimentos das testemunhas e com o depoimento de Francisco, que dizia que Adelina desde bem antes de namorá-lo já não era mais “donzela”, no dia 16 de dezembro de 1907 a denúncia contra Francisco foi declarada como procedente, e ele foi preso na Casa de Detenção da cidade. Porém, em 11 de janeiro do ano seguinte, foi expedido um pedido de alvará de soltura, pois Francisco tinha se casado com Adelina, na tentativa de reparar o seu erro<sup>76</sup>.

Casos como o de Adelina nem sempre eram julgados como procedentes. Muitos deles nem chegavam aos tribunais. Mas, seria bem provável que Francisco não aceitasse casar com Adelina se o processo fosse julgado como improcedente, visto que o acusado alegava que a moça já não era virgem quando

---

<sup>76</sup>PROCESSO-CRIME de Francisco Baptista Cunha, s/n, caixa 772, ano 1907, passim. Comarca do Recife. Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco.

ele a conheceu. Como assinala Buriti, perder a virgindade significava a perda de “[...] um valor de troca de preço altíssimo e a oportunidade de um bom casamento [...], a chance de viver um futuro digno de uma donzela”<sup>77</sup>.

Percebemos no processo de Adelina que ela correspondeu aos padrões de moça honesta perante a Justiça, merecendo ser protegida pelo Estado. Muitos juristas do início do século XX parecem ter seguido os ensinamentos do jurista Viveiros de Castro sobre o tipo de mulher que merecia ter a proteção da Justiça:

A longa experiência que tenho tido de processos desta ordem, como promotor público e juiz criminal, ensinou-me que duas espécies de mulheres apresentam-se perante a Justiça como vítimas de atentados contra a sua honra. Umhas são em verdade dignas de proteção das leis e da severidade inflexível do juiz. Tímidas, ingênuas, incautas, foram realmente vítimas da força brutal do estuprador ou dos artifícios fraudulentos do sedutor. Mas há outras corrompidas e ambiciosas que procuram fazer chantagem, especular a fortuna ou a

---

<sup>77</sup> BURITI, Iranilson. Op. cit. p. 8.

posição do homem, atribuindo-lhe a responsabilidade de uma sedução que não existiu, porque elas propositalmente a provocaram [...]”<sup>78</sup>.

Caso Adelina não conseguisse provar estar dentro dos padrões de honestidade, não teria sua honra reparada com o casamento. Também a denúncia do defloramento de Maria das Mercês Nunes de Queiroz, “[...] com dezoito anos de idade, de cor parda, digo de cor branca, de altura mediana, [...], de constituição regular, de temperamento linfático [...]”<sup>79</sup>, cigareira da Fábrica Lafayette, contra Selidônio Vieira da Paz, de 21 anos de idade, guarda da Casa de Detenção do Recife, foi julgada como procedente, e o acusado preso no lugar onde trabalhava. Para isso, percebe-se nos autos dos depoimentos que a ofendida e sua mãe reuniram muitas testemunhas para comprovar a honestidade de Maria das Mercês e da sua mãe, dona Eudócia Nunes de Queiroz. Como se observa no depoimento de Francisco Damião de Barros, 21 anos, proprietário de carroças, casado, sabendo ler e escrever:

---

<sup>78</sup> CASTRO, Francisco J. V. Op. cit. p. XIX-XX.

<sup>79</sup>PROCESSO-CRIME de Selidônio Vieira da Paz, s/n, caixa 772, ano 1907, p.06. Comarca do Recife. Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco.

[...] e as perguntas que lhe foram feitas respondeu do modo seguinte: que há cerca de duas semanas ouviu dizer que um indivíduo de nome Selidônio, deflorou uma moça de nome Maria das Mercês, filha de Eudócia Queiroz; que ele respondente não conhece o referido Selidônio, autor do defloramento de Maria das Mercês; que conhece Eudócia e a filha desta, e sempre ouviu fazer-se da mesma família os melhores conceitos, muito embora pobre, porém vivendo honestamente do resultado do seu trabalho [...]”<sup>80</sup>.

Nos 45 processos pesquisados, constata-se que a maioria das denúncias que chegaram aos tribunais foi de ofendidas de cor parda, mais de 50% (tabela 1). Essa categoria, segundo Caulfield, era como uma categoria constituída por “[...] uma variedade de tipos reconhecidos pelos brasileiros como uma mistura de negros, índios e descendentes de europeus, que não eram oficialmente reconhecidos pelas autoridades como brancos nem como negros”<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup>Idem, p.16.

<sup>81</sup> CAULFIELD, Sueann. Op. cit. p. 282.

**Tabela 1**

**Quantidade de processos pela cor das ofendidas**

<b>Cor</b>	<b>Nº.</b>	<b>%</b>
Branca	13	28,9
Parda	23	51,1
Preta	8	17,8
Não mencionada	1	2,2
Total	45	100

Fonte: 45 processos de defloração e estupro. Comarca do Recife. Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco.

A definição da cor das ofendidas geralmente era identificada através do exame de corpo de delito, não sendo mencionado como fator determinante dentro dos discursos jurídicos, ganhando ênfase apenas nos exames feitos pelos médicos-legistas. Segundo Lilia Schwarcz, no início do século XX havia uma disputa pela hegemonia intelectual em relação às teorias de miscigenação entre a Escola de Direito e a Escola de Medicina. Enquanto os juristas acreditavam numa prática que estava acima das diferenças sociais e raciais, através da elaboração de um código unificado, os médicos brasileiros acreditavam que a mistura racial era um veneno para a nação e

que somente de suas mãos sairiam o antídoto aos males<sup>82</sup>. Talvez seja por essa razão que não se observa um debate intenso entre os juristas em relação à raça dos envolvidos durante o processo, o que explica também por que a cor era um elemento indispensável para os médicos-legistas.

Além disso, a identificação da cor das ofendidas era um fator muito subjetivo, pois não se tratava de uma autoidentificação da própria ofendida, mas dependia muito da percepção dos juristas e médicos-legistas. Portanto, era bastante comum em um mesmo processo a ofendida ser identificada no exame de corpo de delito por uma cor; e na certidão de batismo, por outra cor.

Devemos atentar, ainda, para o fato de no início do século XX as ideias de branqueamento da população brasileira terem bastante relevância nos debates, pois estavam ligadas principalmente à ideia da construção de uma identidade nacional homogênea. Os debates em torno das questões raciais se concentraram especialmente nas escolas de Direito e Medicina, em que de um lado se propunha a lei; do outro, um antídoto aos efeitos da miscigenação no Brasil. O tema de uma

---

<sup>82</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100017). Acessado em: 01 fev. 2011.

nação mestiça gerou novos dilemas entre os cientistas brasileiros. Se por um lado era oportuno falar em raça, pois possibilitava certa naturalização das diferenças, principalmente as sociais; por outro lado, significava a inexistência de futuro para uma nação mestiça, já que as teorias evolucionistas pregavam que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro e seria a causa da degeneração do indivíduo, e consequentemente da coletividade<sup>83</sup>.

Enquanto que a cor das ofendidas era uma das características relevantes nos exames de corpo de delito, a cor do acusado raramente era mencionada. Apenas em dois processos foi apresentada a cor do acusado, sendo um contra José Francisco Flor<sup>84</sup>, acusado e condenado como autor do estupro de Maria José, e outro contra João de Tal<sup>85</sup>, acusado como autor do defloramento de Isabel Maria da Conceição. Isso reforça as práticas dos juristas em relação às questões da raça nos processos pesquisados, pois, nos dois casos, percebe-se que a cor do réu só foi mencionada, de alguma forma, devido à atuação dos médicos-legistas. No primeiro caso, a

---

<sup>83</sup> Idem. p. 137.

<sup>84</sup>PROCESSO-CRIME de José Francisco Flor, s/n, caixa 772, ano 1907,s/p. Comarca do Recife. Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco.

<sup>85</sup>PROCESSO-CRIME de João de tal, s/n, caixa 760, ano 1901, p.02. Comarca do Recife. Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco.

menção da cor, relatada através do auto de arquivamento do processo, em que o acusado preso há 6 anos havia morrido em decorrência de varíola, como constata-se no trecho abaixo:

José Francisco Flor, filho de Amaro José Felipe e Florência de Tal, pernambucano com 35 anos de idade, casado com Joaquina Carneiro, preto e agricultor, [...]; faleceu ali (na Casa de Detenção), no dia 28 de Novembro de 1913, de varíola<sup>86</sup>.

No segundo caso, a cor do acusado é citada logo no início do processo, na denúncia que o promotor público enviava ao tribunal. Na denúncia encaminhada pelo primeiro promotor público, Thomas Luís Caldas Filho, o acusado é identificado como João de Tal, e até o final do processo não foi mencionado o sobrenome do acusado, além de aparecerem características físicas do acusado, expressando mais uma vez os discursos médicos, da antropologia criminal, que colocava em questão o indivíduo mestiço como propício à criminalidade. A exceção nos processos chama a atenção:

---

<sup>86</sup>PROCESSO-CRIME de José Francisco Flor, s/n, caixa 772, ano 1907, s/p. Comarca do Recife. Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco.

O 1º promotor público da capital, em virtude de suas atribuições e firmado nas diligências policiais juntas, vem perante V. S. denunciar de João de Tal, residente no engenho São Paulo, da Freguesia de Afogados, com a profissão de funileiro, de corpo regular, de cor parda [...] <sup>87</sup>.

Na análise dos processos pesquisados, há outro fator importante. Numa perspectiva quantitativa dos desfechos das denúncias, constata-se que as decisões dos juízes apresentaram maior percentual de procedências de denúncias nos casos em que as ofendidas foram consideradas pretas (50%) e pardas (39,2%) (tabela 2), o que significativa dizer que os juízes aceitaram as denúncias feitas por essas moças e mulheres de cor e procuraram punir ou fazer valer as promessas feitas pelos acusados. Já nos processos movidos pelas mulheres brancas, apenas 7,7% foram considerados procedentes. Nos processos julgados improcedentes, a cor das ofendidas é inversa: registram-se maior proporção às consideradas de cor branca

---

<sup>87</sup>PROCESSO-CRIME de João de tal, s/n, caixa 760, ano 1901, p.02. Comarca do Recife. Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco.

(61,5%), seguidas pelas pardas (30,4%) e pretas (12,5%). Considerando o número total de ofendidas segundo à cor, percebe-se que há maior quantidade de pardas e pretas em relação à quantidade de ofendidas brancas. Para Caulfield, isso indica, provavelmente, que “[...] pessoas consideradas pardas e pretas” predominavam nas camadas menos desfavorecidas economicamente, que estavam mais propícias a levar os casos de defloramento à polícia e à Justiça.

**Tabela 2**

**Relação entre a “cor” das ofendidas e as decisões dos juízes**

Decisões dos juízes	Cor das ofendidas					
	Brancas		Pardas		Pretas	
	Nº.	%.	Nº.	%	Nº.	%
Procedentes	01	7,7	09	39,2	04	50
Improcedentes	08	61,5	07	30,4	01	12,5
Extintos por casamento	03	23,1	04	17,4	02	25
Extintos por outros motivos <sup>88</sup>	01	7,7	03	13	01	12,5
Total	13	100	23	100	08	100

<sup>88</sup> Desses processos, dois foram extintos, pois os acusados eram militares e durante o andamento do processo haviam sido transferidos para outros estados. Quanto aos outros três processos não foram explicitados os motivos para o arquivamento.

Fonte: 44 processos de defloração e estupro. Comarca do Recife. Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco<sup>89</sup>.

Nesse sentido, as decisões judiciais parecem assinalar uma perspectiva intrigante em relação à questão racial. Para alguns juristas, principalmente oriundos da Escola de Direito do Recife e adeptos aos estudos da antropologia criminal, a relação entre crime e raça eram fatores intimamente ligados, uma vez que o criminoso passava a ser entendido a partir de três elementos: físicos, antropológicos e sociais<sup>90</sup>. Contudo, a partir dos dados constata-se que as discussões racial e étnica não configuraram elemento central nos debates jurídicos dos processos aqui analisados. Ou seja, parece que, apesar das discussões acirradas sobre as teorias deterministas e evolucionistas entre importantes juristas, como Silvio Romero, os promotores, juízes e advogados envolvidos nos processos não incorporaram a discussão na prática jurídica. Além disso, a falta de dados estatísticos sobre a composição racial e étnica da

---

<sup>89</sup>Foram 45 processos criminais, entre estupros e deflorações. Contudo, nesta tabela utilizamos 44 processos, visto que um dos processos não apresenta a cor da ofendida, como pode ser visto na tabela 1.

<sup>90</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 166.

população do Recife e de referência à cor/raça dos acusados nos processos dificultam uma análise mais detalhada sobre a questão.

### **Considerações finais**

Nesta pesquisa foram utilizados os processos-crime de defloramento e estupro, apenas como amostra, mas que serviram para constatar algumas particularidades das relações de gênero entre os indivíduos das camadas pobres, através de suas histórias e conflitos amorosos. A maioria dos casais era jovem e estava em contato direto com o espaço público, inclusive as mulheres, que parecem não abrir mão do trabalho, muito menos dos espaços de lazer, como as festas populares, como o Carnaval e o pastoril. Tais processos, também permitiram compreender a intervenção da Justiça como forma de instituir os modelos de feminilidade e masculinidade ideais dentro dos padrões burgueses de ordem e progresso da nação brasileira, toda uma política de controle dos comportamentos sociais e sexuais das camadas pobres.

A cidade do Recife estava inserida dentro uma sociedade marcada por profundas desigualdades de classe, raça e gênero,

em que os símbolos culturais evocam múltiplas representações, frequentemente contraditórias, o que vale para se pensar a feminilidade. Assim, o comportamento feminino era visto de forma binária: da Maria, exemplo da pureza virginal e da maternidade; e de Eva, sedutora, pecadora, perigosa. Esses dois modelos criavam tanto representações socialmente positivas, modelos a serem seguidos, quanto representações negativas, como no caso das jovens defloradas. Dessa forma, as ofendidas tinham que articular um depoimento convincente de que eram moças honestas e de que haviam sido seduzidas, de forma contrária não conseguiria ter sua honra reparada.

Procuramos neste artigo compreender a mulher ofendida não apenas como vítima dos crimes de sedução, por isso a maior quantidade de processos serem do crime de defloração, pois este, diferentemente do crime de estupro, presume o consentimento da ofendida à relação sexual, o que permite pensar em relações consensuais e vivências do amor, da sexualidade. Deve-se entendê-las também enquanto protagonistas de suas histórias, em que muitas vezes consentiam a relação sexual como parte de uma estratégia para acelerar o casamento ou como forma de vivenciar o prazer, o amor, a sexualidade. Apesar de o matrimônio ser para a

maioria das mulheres dessa sociedade a única possibilidade de vida, principalmente nas classes abastadas, nas camadas pobres nem sempre a relação era sacramentada pelo casamento, pois existiam formas variadas de constituição da família, como o amasiamento, relação encontrada entre as testemunhas e muito comum entre essas camadas, e a composição de núcleos familiares diferentes do modelo de família nuclear burguesa.

A prática do defloramento, como problema social, passou a ser criminalizada e ter uma alta demanda legal que afetava o projeto de sociedade aspirado. Ao mesmo tempo, dava visibilidade às divergências de concepção de mundo entre as elites e as camadas pobres, principalmente envolvendo as concepções de família e as normas de comportamento aceitáveis para homem e para mulher; a criação de uma legislação, que na teoria deveria proteger toda a sociedade, mas que na prática refletia os valores das elites; e as hierarquias de gênero presente no universo simbólico dos dois grupos, que consagravam uma maior liberdade aos comportamentos dos homens e restringia os comportamentos das mulheres.

Na maioria dos processos de defloramentos analisados, as mulheres estão em contato com o espaço público, seja por exercerem uma profissão fora do lar familiar, seja por

frequentarem as festas populares, nas praças e ruas, sobretudo, em companhias consideradas “inadequadas”. Algumas já tinham alguns relacionamentos anteriores. A maioria das mulheres das camadas pobres não estava dentro do padrão de passividade defendido pelos intelectuais da elite brasileira. Muito pelo contrário. Parecem exercer certa autonomia diante da própria vida.

## REFERÊNCIAS

BURITI, Iranilson. Espaços de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no Recife dos anos 20 (século XX). *Revista História Hoje*. São Paulo, nº. 5, 2004.

CASTRO, Francisco José Viveiros. *Os delitos contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha Editor, 1897. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2012.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918–1940). Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CORREIA, Marisa. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DÓRIA, Carlos Alberto. A tradição honrada (a honra como tema de cultura e na sociedade ibero-americana). Campinas, SP: *Cadernos Pagu* (2), 1994, p. 47–111.

ESTEVEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880–1924)*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FREIRE, Thiago de Oliveira Reis Marques. *Em defesa da família: representação da família em dois jornais de Recife (1937–1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Espectáculo da miscigenação*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100017). Acessado em: 01 fev. 2011





ISBN 978-85-7946-236-8

